



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

ANO XII

PORTO VELHO-RO, SEXTA-FEIRA, 14 DE JULHO DE 2023

Nº 124

SUMÁRIO

SUP. RECURSOS HUMANOS.....	2293
TAQUIRAFIA.....	2302
SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES.....	2343

SUP. DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº 1/2023-SUP-RH/DEP-PREV/ALERO

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019; Considerando a Ata Médica nº 26184/2023 constante no processo nº 100.272.000087/2023-64;

RESOLVE:

Conceder licença por motivo de doença em pessoa da família por 02 (dois) dias, no período de 04/05/2023 a 05/05/2023, à servidora **LUCIANA FERREIRA GONÇALVES**, ocupante do cargo de Analista Legislativo - Pedagogia, matrícula nº 100021098, pertencente ao quadro de pessoal permanente deste Poder Legislativo, lotada na Escola do Legislativo, nos termos do Art. 119, § 2º da Lei Complementar nº 68, de 09 de dezembro de 1992.

ROGER ANDRE FERNANDES

Secretário Geral
SEI nº 0047936

ATO Nº 2/2023-SUP-RH/DEP-PREV/ALERO

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução

nº 461, de 13 de novembro de 2019; Considerando a Ata Médica nº 26186/2023 constante no processo nº 100.272.000088/2023-17;

RESOLVE:

Conceder licença por motivo de doença em pessoa da família por 23 (vinte e três) dias, no período de 04/04/2023 a 26/04/2023, ao servidor **GEANCLÉCIO DOS ANJOS SILVA**, ocupante do cargo de Advogado, matrícula nº 100021107, pertencente ao quadro de pessoal permanente deste Poder Legislativo, lotado no gabinete da Advocacia Geral, nos termos do Art. 119, § 2º da Lei Complementar nº 68, de 09 de dezembro de 1992.

ROGER ANDRE FERNANDES

Secretário Geral
SEI nº 0048002

ATO Nº 175/2023-SUP-RH/ALERO

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

LOTAR

A servidora **ADRIANA AFONSINA DE SOUZA**, matrícula nº 300153794, ocupante do Cargo de Administrativo, pertencente ao Quadro de Pessoal da Entidade Autárquica de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia -EMATER, no Gabinete do Deputado Ribeiro do Sinpol, a contar 1º de julho de 2023.

Porto Velho, 14 de julho de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES

Secretário GeralALE/RO
SEI nº 0048053

MESA DIRETORA

Presidente: MARCELO CRUZ
1º Vice-Presidente: JEAN OLIVEIRA
2º Vice-Presidente: RIBEIRO DO SINPOL
1º Secretário: CIRONE DEIRÓ
2º Secretário: JEAN MENDONÇA
3º Secretário: NIM BARROSO
4º Secretário: ALEX REDANO

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - Carlos Alberto Martins Manvailer
Depto. Legislativo - Miranilde Rodrigues do Nascimento Robles
Div. de Publicações e Anais -

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Avenida Farquar 2562 - Olaria
CEP 76.801-189 Porto Velho-RO



ATO Nº 178/2023-SUP-RH/ALERO

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

N O M E A R

ARMANDO DA SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-25, no Gabinete do Deputado Jean Oliveira, a contar de 03 julho de 2023.

Porto Velho, 14 de julho de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES
Secretário Geral ALE/RO
SEI nº 0048215

ATO Nº 170/2023-SUP-RH/ALERO

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

N O M E A R

ASAPH RODRIGUEZ PAULO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-10, no Gabinete do Deputado Delegado Camargo, a contar de 03 julho de 2023.

Porto Velho, 14 de julho de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES
Secretário Geral ALE/RO
SEI nº 0047846

ATO Nº 161/2023-SUP-RH/ALERO

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

N O M E A R

CARINA FABRICIA RODRIGUES MELO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-16, no Gabinete do Deputado Edevaldo Neves, a contar de 03 julho de 2023.

Porto Velho, 14 de julho de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES
Secretário Geral ALE/RO
SEI nº 0047770

ATO Nº 162/2023-SUP-RH/ALERO

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

N O M E A R

CARINE LIMA BRAGA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-15, no Gabinete da Comissão Permanente de Esporte, Turismo e Lazer, a contar de 03 julho de 2023.

Porto Velho, 14 de julho de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES
Secretário Geral ALE/RO
SEI nº 0047778

ATO Nº 166/2023-SUP-RH/ALERO

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

N O M E A R

CARLA DAIANA PENNING WALDER, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Secretário Executivo, código DAG-04, no Gabinete do Deputado Luizinho Goebel, a contar de 03 julho de 2023.

Porto Velho, 14 de julho de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES
Secretário Geral ALE/RO
SEI nº 0047817

ATO Nº 176/2023-SUP-RH/ALERO

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

L O T A R

A servidora **CELIA MARIA PEREIRA DOS SANTOS BATISTA**, matrícula nº 4065, ocupante do Cargo de Agente de Saúde Pública, pertencente ao Quadro de Servidores do Município de Vilhena/RO, no Gabinete

da Deputada Rosangela Donadon, a contar 1º de julho de 2023.

Porto Velho, 14 de julho de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES
Secretário GeralALE/RO
SEI nº 0048063

ATO Nº 158/2023-SUP-RH/ALERO

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

N O M E A R

CLEITON SOBRAL DE SOUZA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-10, no Gabinete do Deputado Delegado Camargo, a contar de 03 julho de 2023.

Porto Velho, 14 de julho de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES
Secretário GeralALE/RO
SEI nº 0047740

ATO Nº 173/2023-SUP-RH/ALERO

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

N O M E A R

DELMA APARECIDA GODOI DE OLIVEIRA TELES, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-10, no Gabinete da 3ª Secretaria - Deputado Nim Barroso, a contar de 05 julho de 2023.

Porto Velho, 14 de julho de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES
Secretário GeralALE/RO
SEI nº 0047892

ATO Nº 165/2023-SUP-RH/ALERO

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro,

resolve:

N O M E A R

EDIVALDO ALVES DE LIMA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-10, no Gabinete do Deputado Jean Mendonça, a contar de 03 julho de 2023.

Porto Velho, 14 de julho de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES
Secretário GeralALE/RO

SEI nº 0047805

ATO Nº 156/2023-SUP-RH/ALERO

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

A L T E R A R

A referência do Cargo em Comissão da servidora **EMILE ESTEFANE ROCHA LIMA DE FREITAS**, matrícula nº 200173610, Assessor Parlamentar, para o código AP-25, do Gabinete do Deputado Jean Oliveira, a contar de 03 de julho de 2023.

Porto Velho, 13 de julho de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES
Secretário GeralALE/RO

SEI nº 0047566

ATO Nº 169/2023-SUP-RH/ALERO

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

N O M E A R

EUDO GRIGORIO DA SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-10, no Gabinete do Deputado Delegado Camargo, a contar de 03 julho de 2023.

Porto Velho, 14 de julho de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES
Secretário GeralALE/RO
SEI nº 0047841

ATO Nº 167/2023-SUP-RH/ALERO

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

N O M E A R

FELIPE XAVIER COSTA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-25, no Gabinete do Deputado Edevaldo Neves, a contar de 03 julho de 2023.

Porto Velho, 14 de julho de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES
Secretário GeralALE/RO
SEI nº 0047830

ATO Nº 180/2023-SUP-RH/ALERO

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

N O M E A R

FRANCISLEI INACIO FRANÇA DA SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-10, no Gabinete do Deputado Luizinho Goebel, a contar de 11 julho de 2023.

Porto Velho, 14 de julho de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES
Secretário GeralALE/RO
SEI nº 0048221

ATO Nº 172/2023-SUP-RH/ALERO

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

N O M E A R

GILMAR AGNALDO FLORIANO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-10, no Gabinete do Deputado Delegado Camargo, a contar de 03 julho de 2023.

Porto Velho, 14 de julho de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES
Secretário GeralALE/RO
SEI nº 0047860

ATO Nº 159/2023-SUP-RH/ALERO

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

N O M E A R

JOANA ARIELLY BISPO DE OLIVEIRA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-10, no Gabinete da Comissão Permanente de Esporte, Turismo e Lazer, a contar de 03 julho de 2023.

Porto Velho, 14 de julho de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES
Secretário GeralALE/RO
SEI nº 0047745

ATO Nº 163/2023-SUP-RH/ALERO

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

N O M E A R

JULIA RAFAELY OLIVEIRA GONÇALVES FERREIRA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-21, no Gabinete da Comissão Permanente de Esporte, Turismo e Lazer, a contar de 03 julho de 2023.

Porto Velho, 14 de julho de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES
Secretário GeralALE/RO
SEI nº 0047786

ATO Nº 168/2023-SUP-RH/ALERO

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

N O M E A R

KARINE CORREIA DE SOUZA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-10, no Gabinete da Deputada Gis-laine Lebrinha , a contar de 03 julho de 2023.

Porto Velho, 14 de julho de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES
Secretário Geral ALE/RO
SEI nº 0047838

ATO Nº 179/2023-SUP-RH/ALERO

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGIS-LATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA , no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

N O M E A R

LEANDRO SALES DE MATTOS, para exercer o Car-go de Provimento em Comissão de Assessor Especial, código AE-05, no Gabinete do Superintendente de Tecnologia da Informação, a contar de 03 julho de 2023.

Porto Velho, 14 de julho de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES
Secretário Geral ALE/RO
SEI nº 0048218

ATO Nº 171/2023-SUP-RH/ALERO

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA , no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

N O M E A R

MELICIA PAULA DOURADO SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parla-mentar, código AP-10, no Gabinete do Deputado De-legado Camargo, a contar de 03 julho de 2023.

Porto Velho, 14 de julho de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES
Secretário Geral ALE/RO
SEI nº 0047854

ATO Nº 164/2023-SUP-RH/ALERO

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGIS-LATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA , no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

N O M E A R

NATALI GABRIELA DA SILVA, para exercer o Car-go de Provimento em Comissão de Assessor Parla-mentar, código AP-10, no Gabinete do Deputado Lui-zinho Goebel, a contar de 11 julho de 2023.

Porto Velho, 14 de julho de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES
Secretário Geral ALE/RO
SEI nº 0047796

ATO Nº 174/2023-SUP-RH/ALERO

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGIS-LATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

L O T A R

O servidor **PAULINO FERNANDES**, matrícula nº 300099878, ocupante do Cargo de Professor Classe C, pertencente ao Quadro de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, no Gabinete do Deputado Ismael Cris-pin, a contar 1º de julho de 2023.

Porto Velho, 14 de julho de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES
Secretário Geral ALE/RO
SEI nº 0048031

ATO Nº 160/2023-SUP-RH/ALERO

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGIS-LATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA , no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

N O M E A R

SABRINA MARQUES DE SOUZA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor de Direção, código AS-03, no Departamento de Cadastro, Informações e Suporte Previdenciário - Superinten-dência de Recursos Humanos, a contar de 03 julho de 2023.

Porto Velho, 14 de julho de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES
Secretário GeralALE/RO
SEI nº 0047752

ATO Nº 157/2023-SUP-RH/ALERO

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

N O M E A R

SAVIO TORRES SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Especial, código AE-05, no Gabinete do Corregedor Geral, a contar de 03 julho de 2023.

Porto Velho, 14 de julho de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES
Secretário GeralALE/RO
SEI nº 0047736

ATO Nº 177/2023-SUP-RH/ALERO

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

N O M E A R

SHARON LINE AMARAL BENTO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Especial, código AE-05, no Gabinete do Controlador Geral, a contar de 03 julho de 2023.

Porto Velho, 14 de julho de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES
Secretário GeralALE/RO
SEI nº 0048213

ATO DE DIÁRIA Nº 0047657/2023-SUP-RH/DEP-PREV/ALERO

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, bem como com o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 02 (duas) diárias no período de 19/07/2023 a 20/07/2023 à servidora abaixo relacionada que, via transporte terrestre de Cacoal/RO a Porto Velho/RO, irá assessorar o deputado estadual Cirone Deiró em audiência de apresentação das propostas do plano de ação decorrente de auditoria operacional realizada pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, na área da educação inclusiva, conforme processo nº 100.044.000007/2023-64.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
200172233	Ana Rubia Menezes Barbosa	Assessor Técnico	Gab. Dep. Cirone Deiró

Porto Velho, 14 de julho de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES
Secretário Geral
SEI nº 0047657

ATO DE DIÁRIA Nº 0047654/2023-SUP-RH/DEP-PREV/ALERO

O **SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, bem como com o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 05 (cinco) diárias no período de 06/07/2023 a 10/07/2023 ao servidor abaixo relacionado que, via transporte terrestre de Porto Velho/RO aos municípios de Cacoal, Cerejeiras, Chupinguaia, Cabixi e Vilhena/RO, foi fazer a cobertura fotográfica das atividades do deputado estadual Luizinho Goebel pelo interior do Estado, conforme processo nº 100.029.000014/2023-54.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
200173691	Antônio Lucas Caetano Melo	Assessor de Direção	Divisão de Publicidade e Propaganda

Porto Velho, 14 de julho de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES

Secretário Geral
SEI nº 0047684

ATO DE DIÁRIA Nº 0047684/2023-SUP-RH/DEP-PREV/ALERO

O **SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, bem como com o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 05 (cinco) diárias no período de 10/07/2023 a 14/07/2023 ao servidor abaixo relacionado que, via transporte terrestre de Porto Velho/RO aos municípios de Ji-Paraná, Ouro Preto do Oeste, Jaru e Ariquemes/RO, foi transportar a equipe responsável por realizar diligências nos veículos de comunicação no interior do Estado, conforme processo nº 100.029.000013/2023-18.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
200173701	Antonio Mendes De Oliveira Filho	Assessor Executivo	Gabinete da Presidência

Porto Velho, 14 de julho de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES

Secretário Geral
SEI nº 0047684

ATO DE DIÁRIA Nº 0047669/2023-SUP-RH/DEP-PREV/ALERO

O **SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, bem como com o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 04 (quatro) diárias no período de 19/07/2023 a 22/07/2023 ao deputado estadual Jose Cassiano Gois de Freitas, matrícula nº 200172278, que, via transporte aéreo de Porto Velho/RO a São Paulo/SP e Cacoal/RO, irá participar do VIII Congresso Brasileiro de Guardas Municipais e Segurança Pública - 6º Encontro de Romus e Viatura Tática, o qual terá como temática "Consórcio Intermunicipal para Segurança Pública e Segurança Escolar", conforme processo nº 100.431.000012/2023-11.

Porto Velho, 14 de julho de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES

Secretário Geral
SEI nº 0047669

ATO DE DIÁRIA Nº 0047665/2023-SUP-RH/DEP-PREV/ALERO

O **SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, bem como com o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 05 (cinco) diárias no período de 10/07/2023 a 14/07/2023 ao servidor abaixo relacionado que, via transporte terrestre de Porto Velho/RO aos municípios de Nova Brasilândia, Rolim de Moura, Pimenta Bueno e Cacoal/RO, foi representar o deputado estadual Jean Mendonça em reuniões nas associações dos referidos municípios, para tratar de assuntos inerentes a emendas parlamentares, conforme processo nº 100.052.000004/2023-21.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
200172256	Hoton Figueira da Mata	Assessor Técnico	Gab. Dep. Jean Mendonça

Porto Velho, 14 de julho de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES

Secretário Geral
SEI nº 0047665

ATO DE DIÁRIA Nº 0047660/2023-SUP-RH/DEP-PREV/ALERO

O **SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, bem como com o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 05 (cinco) diárias no período de 17/07/2023 a 21/07/2023 ao servidor abaixo relacionado que, via transporte terrestre de Porto Velho/RO a São Francisco do Guaporé/RO, irá realizar assessoria técnica, representando a deputada estadual Gislaíne Lebrinha em visitas, levantamento de demandas e solicitações, conforme processo nº 100.049.000011/2023-82.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
200173099	Gleyck Belmino Costa Duarte	Assessor Parlamentar	Gabinete da Presidência

Porto Velho, 14 de julho de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES

Secretário Geral
SEI nº 0047660

ATO DE DIÁRIA Nº 0047638/2023-SUP-RH/DEP-PREV/ALERO

O **SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, bem como com o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 02 (duas) diárias no período de 12/07/2023 a 13/07/2023 aos servidores abaixo relacionados que, via transporte terrestre de Porto Velho/RO ao distrito de Vista Alegre do Abunã/RO, foram assessorar a deputada estadual Ieda Chaves durante o evento de entrega de reforma de escola e assinatura de ordem de serviço, conforme processo nº 100.501.000001/2023-52.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
200173807	Alcides Neto Nascimento de Aquino	Secretário Executivo	Gab. Dep. Ieda Chaves
200173929	Irana Francis da Silva Leite	Assessor Técnico	Gabinete da Presidência

Porto Velho, 14 de julho de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES

Secretário Geral
SEI nº 0047638

ATO DE DIÁRIA Nº 0047634/2023-SUP-RH/DEP-PREV/ALERO

O **SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, bem como com o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 04 (quatro) diárias no período de 10/07/2023 a 13/07/2023 ao deputado estadual Marcelo Cruz da Silva, matrícula nº 200165401, que, via transporte aéreo de Porto Velho/RO a Brasília/DF, foi participar de reuniões de interesse do Parlamento e do Estado de Rondônia, conforme processo nº 100.002.000003/2023-72.

Porto Velho, 14 de julho de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES

Secretário Geral
SEI nº 0047634

TAQUIGRAFIA

8ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 11ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

TEMA: Deliberar e buscar soluções a respeito dos embargos ambientais feitos pelo Ibama nas terras dos produtores rurais rondonienses.

EM: 30.06.2023

INÍCIO: 09h53min

PRESIDENTE: SR. ALEX REDANO
SRA. DRA. TAÍSSA

A SRA. ELÁINE MAIA (Mestre de Cerimônias) – Muito bom dia. Em nome da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia damos boas-vindas a cada um dos senhores e senhoras. Gostaria de avisar aos que estão em cima, temos cadeiras disponíveis. Aqui na frente temos três, aqui ao meio mais duas, por gentileza, acomodem-se, fiquem à vontade. Esse evento é feito para que vocês participem e tenham mais conhecimento sobre essa questão de buscar soluções a respeito dos embargos ambientais feitos pelo Ibama nas terras dos produtores rurais rondonienses.

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo ao Requerimento 195/2023, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Alex Redano e, após aprovação em plenário, realiza Audiência Pública para deliberar e buscar soluções a respeito dos embargos ambientais feitos pelo Ibama nas terras dos produtores rurais rondonienses.

Agradecemos desde já a todos que nos acompanham por meio virtual, seja pela página do Facebook e ainda pelo Youtube e pelo nosso na TV Assembleia, no canal 7.2.

Neste momento, vamos compor a Mesa de Autoridades desta Audiência.

Convidamos o Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual e proponente desta Audiência, Deputado Estadual Alex Redano.

Convidamos a Excelentíssima Senhora Deputada Estadual Drª Taíssa.

Convidamos a Excelentíssima Senhora Deputada Estadual Gislaine Lebrinha.

Convidamos o Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Pedro Fernandes.

Convidamos o Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Luis do Hospital.

Convidamos ainda o Excelentíssimo Deputado Estadual Delegado Lucas.

Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Delegado Carmargo.

Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Ezequiel Neiva.

Excelentíssimo Senhor Senador da República pelo Esta-

do de Rondônia, Senhor Jaime Bagattoli.

Excelentíssimo Senhor Coronel Chrisóstomo, Deputado Federal.

Excelentíssima Senhora Deputada Federal Cristiane Lopes.

Excelentíssimo Senhor Fernando Máximo, Deputado Federal.

Convidamos o Deputado Federal, Excelentíssimo Senhor Lebrão.

Convidamos para compor a Mesa a Excelentíssima Senhora Sílvia Cristina, Deputada Federal.

Convidamos também o Excelentíssimo Senhor Afonso Fernandes, Deputado Estadual da Assembleia Legislativa do Estado do Acre.

Excelentíssimo Senhor Eduardo Ribeiro, Deputado Estadual do Acre.

Convidamos o Excelentíssimo Senhor Doutor Bruno Trajano, Secretário-Geral da Comissão de Meio Ambiente, neste ato representado a Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Rondônia — OAB/RO.

Convidamos o Senhor Júlio Cesar Rocha Peres, Presidente da Idaron — Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia.

Convidamos o Excelentíssimo Senhor Marco Antonio Lagos, Secretário da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental — SEDAM.

Convidamos ainda para compor a Mesa, Senhor Edson Sápiras, representando o agro, neste ato.

Convidamos para compor a Mesa, o Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Ismael Crispin e Deputado Estadual Alan Queiroz.

Convidamos a todos para tomar lugar à Mesa de Autoridades. E neste momento, o Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Alex Redano, procederá à abertura oficial desta Audiência Pública.

Convidamos ainda, para compor a Mesa, o Deputado Estadual Alex Redano, o Senhor Janderson Dalazen, Secretário-Adjunto da Seagri.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Invocando a proteção de Deus, e, em nome do povo rondoniense declaro aberta esta Audiência Pública para deliberar e buscar soluções a respeito dos embargos ambientais feitos pelo Ibama nas terras dos produtores rurais rondonienses. Declaro aberta a Audiência.

A SRA. ELÁINE MAIA (Mestre de Cerimônias) – Convido a todos para, em posição de respeito, cantarmos o Hino Céus de Rondônia (Letra de Joaquim de Araújo Lima e música do Doutor José de Mello e Silva).

(Execução do Hino "Céus de Rondônia")

Podem sentar. Registramos e agradecemos a presença do Senhor Renato Pacheco, representante da categoria Catema Gestão Ambiental (Centro Avançado de Tecnologia e Estudos para o Meio Ambiente). Agradecemos a presença do Senhor Paulo Reis Lima, proprietário da empresa NW Wood.

Agradecemos a presença do Excelentíssimo Senhor Amir

Lando, ex-senador, da bancada federal de Rondônia. Excelentíssima Senhora Euma Tourinho, juíza, Presidente da Ameron (Associação dos Magistrados do Estado de Rondônia). Muito obrigada pela sua presença.

Senhora Andreia Baeta de Jesus, proprietária da empresa DB Agro. Senhor Juarez Tavares, gerente, representando o Viveiro Brasil. Senhor José de Assis dos Santos, Doutor, Advogado da Câmara Municipal de Cacaulândia. Excelentíssimo Senhor Simon Comiran, Vice-Presidente da Aprosoja Rondônia (Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado de Rondônia). Senhor Renato Doretto, Diretor do Sicoob Credisul.

Agradecemos ainda, a presença do Senhor Adélio Barofaldi, representando a Associação PanAmazônica e APRO (Associação dos Produtores Rurais de Rondônia); Senhora Luciana Mozer de Oliveira, Membro da Comissão de Direito da OAB/RO; Senhor Lucas Henrique da Silva, Membro da Comissão de Direito da OAB/RO; Senhor Renan Maldonado, representando a Associação da Resex de Jaci-Paraná.

Agradecemos ainda, a presença do Senhor Leandro Low, Advogado da Aprosoja. Agradecemos a presença do Senhor João Vitor Aguiar, Membro da Comissão de Agro-negócio OAB/RO; Senhor Marciel Dimas Lopes, Vereador de Campo Novo de Rondônia; Senhor José Márcio Raposo, ex-prefeito do Município de Ariquemes; Senhor Jurandir Bengala, Vereador no Município de Porto Velho; Senhor Antônio Aparecido Custódio, Presidente da APA (Associação dos Pecuaristas de Ariquemes).

Convidamos para compor a Mesa, o Excelentíssimo Senhor Deputado Alan Queiroz.

Queremos agradecer a presença dos senhores: Ivair José Fernandes, Prefeito do Município de Monte Negro e esposa, Joseila Bergamo. Agradecemos a presença do Senhor Daniel Marcelino da Silva, Prefeito de Cacaulândia; Senhor Roni Irmãozinho, Prefeito do Município de Buritis. Agradecemos a presença do Prefeito do Município de Campo Novo de Rondônia, Alexandre Dias; Prefeito do Município de Alta Floresta, Giovan Damo. Agradecemos a presença do Prefeito de Alto Paraíso, João Pavan.

Agradecemos ainda, a presença do Senhor Anildo Alberton, Prefeito do Vale do Anari; Senhor Valteir Cruz, Vice-Prefeito de Pimenta Bueno; Excelentíssimo Senhor, Cícero Godoi, Prefeito do Município de Castanheiras; Excelentíssimo Senhor Prefeito de Cacaulândia, Daniel Marcelino da Silva; Excelentíssimo Senhor Toninho Ce-rejeiras, Prefeito do Município de Candeias do Jamari.

Passamos a palavra neste momento, ao Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual, Alex Redano.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Mais uma vez, cumprimentar a todos. Temos aqui muitos amigos presentes, muitos vereadores. Cumprimento de uma forma geral, então, a todos os vereadores.

Quero aqui agradecer algumas pessoas, em nome do Roni Irmãozinho e do Ivair, cumprimentar todos os prefeitos presentes, também. Quero cumprimentar aqui, Paulão da Supremax; Antônio Custódio, o Cido - são do agro, região de Ariquemes. Cumprimentar todos os pro-

dutores rurais, de todas as regiões aqui presentes. Nós temos amigos aqui de Vilhena a Guajará, mobilizados. Então, obrigado pela presença de cada um de vocês.

O Vitor, representando aqui a Aprosoja, nosso muito obrigado. Minha grande amiga, Euma Tourinho - nossa magistrada, representando o Poder Judiciário. Vamos precisar muito do apoio do Judiciário, a sensibilidade, principalmente.

Quero cumprimentar aqui, os componentes da Mesa. Nossos colegas deputados que estão abraçados nessa causa: Deputada Dr^a Taísa, muito obrigado; minha amiga, Deputada Lebrinha; Deputado Pedro Fernandes; Deputado Doutor Luis do Hospital; meu colega de Vale do Jamari, Deputado Lucas Torres - que está abraçado a essa causa; meu colega de partido, meu companheiro, Deputado Rodrigo Camargo; Deputado Ezequiel Neiva. Nosso Senador da República, Jaime Bagattoli. Obrigado Jaime, por abraçar essa causa, ser da causa. Eu quero aqui, justificar a ausência do Senador Marcos Rogério. Ele me ligou agora de manhã. Ele já tinha um outro compromisso pré-agendado, não foi possível alterar a data, mas deixa um recado que está junto com a causa e pode contar com o apoio dele. Muito importante.

Quero agradecer ao nosso Excelentíssimo Deputado, Coronel Chrisóstomo. Coronel Chrisóstomo depois tem uma boa notícia. Estamos ansiosos, Coronel. Acompanhei a entrevista ontem. Minha amiga Deputada, Cristiane Lopes, obrigado pela presença. Grande Deputado, Fernando Máximo, muito obrigado. Deputado Federal, Lebrão, obrigado. Excelentíssima Senhora Deputada, Sílvia Cristina, muito obrigado.

Quero agradecer nossos companheiros do Acre: Deputado Afonso e Deputado Eduardo. Semana passada estivemos reunidos em Tocantins, com os deputados de Tocantins, do Maranhão, do Amazonas, de Roraima e do Amapá. Nós estamos fazendo uma grande união dos Deputados Estaduais e nós precisamos da união de todos os deputados federais dos Estados do bioma amazônico, da região Norte. Essa mesma situação que atinge o sul do Amazonas e pode vir a atingir Rondônia, todos esses Estados também tem o mesmo bioma e estão com o mesmo problema.

Quero agradecer aqui o nosso eterno senador, Ernandes Amorim, que está abraçado com a causa; nosso eterno ministro, Amir Lando que participou conosco da reunião em Brasília com o presidente do Ibama.

Quero agradecer de público aqui, a toda a nossa bancada federal pelo empenho, pela receptividade em Brasília. Semana passada tivemos uma reunião de mais de três horas com o Presidente Nacional do Ibama. Pesada a reunião, mas existem saídas, existem soluções.

Agradecer a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil - RO), presente aqui, muito importante. Doutor Bruno Trajano representando, ele que é da Comissão de Meio Ambiente.

Senhor Júlio Cesar, Presidente da Idaron. Quero agradecer, Júlio, a sua presteza, está sempre conosco nas reuniões. E, esse assunto atinge diretamente a sua pasta. Nós vamos precisar muito do apoio do Idaron.

Quero agradecer também o Senhor Marco Antonio Lagos, que é o Secretário da Sedam, também falar que o Secretário está sempre presente, sempre dando muita atenção e trabalhando em parceria com a Assembleia.

Quero agradecer aqui o meu amigo Edson Sápiras, nesse ato representando aqui o agro.

Quero agradecer a presença do Janderson Dalazen, Secretário-Adjunto da Seagri, no qual eu cumprimento todos os demais Secretários presentes.

Eu recebi uma sugestão aqui, da Deputada Dr^a Taíssa, para invertermos a pauta, mas nós temos alguns deputados que têm algumas viagens, algumas reuniões e vamos ouvir primeiro, então, a Mesa. Mas, o objetivo principal aqui é ouvir o povo, é ouvir quem está sofrendo no dia a dia. Mas, vamos passar para a bancada de autoridades. Eu só pediria, nos policiarmos com o tempo. Dois, três minutos e depois nós vamos fazer a inscrição para vocês que estão presentes aqui.

Cadê o pessoal do Cerimonial? A gente vai ter um microfone e uma pessoa para fazer as inscrições.

Agradecer ao meu grande amigo Denis, advogado ambiental. E falar para vocês, pontuar, antes de iniciarmos a Audiência, só alguns pontos que, no meu entendimento, são primordiais serem discutidos. Um ponto que deve ser levado em consideração é que tudo o que está acontecendo na região Amazônica existe uma grande e forte influência internacional. Na verdade, esse regimento é ditado, praticamente, por outros países. Países esses que nós somos sabedores, já desmataram as suas terras, são países poluidores, Adélio. E hoje eles de forma, principalmente, comercial, empresarial através do rastreamento de grãos, rastreamento de gado, eles, infelizmente, conseguem ditar muitas regras.

Só que esse é o momento da união dos parlamentares. Nós não podemos admitir que isso aconteça. A nossa soberania nacional está em jogo e, principalmente, a nossa soberania dos Estados da região Norte.

Então, nós precisamos estar unidos e nos posicionar. E são várias tratativas que precisam ser feitas para evitar esses embargos. Primeira situação é se posicionar contra algumas situações de pressões internacionais e ONG's (Organizações Não-Governamentais) internacionais. São muito milhares, milhões, bilhões de dólares investidos nesse sentido, mas, principalmente, em fiscalização.

Outra questão que tem que ser debatida, que tem a ver com os embargos, tem a ver com as reservas, é o crédito de carbono. Eu abri uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) há poucos dias, com o apoio dos colegas deputados, para investigar uma empresa, a criação de 11 reservas e a investigação de uma empresa chamada Permian Global. Só para terem os números, só de uma região que foi feita uma concessão estadual, essa empresa ganhou mais ou menos R\$ 5 milhões, concessão por 30 anos, estimativa de gastar mais ou menos R\$ 50 milhões ao todo e — pasmem! — a venda desse crédito de carbono, essa compensação ambiental para o grupo Volkswagen, por R\$ 7 bilhões.

Então, é um dinheiro que está saindo do Estado: essa é a verdade. Quero parabenizar o Governador Marcos Ro-

cha, que suspendeu esse contrato. E nós estamos construindo um projeto junto — quero agradecer à Sedam, quero agradecer aos demais deputados — para apresentar nesta Assembleia Legislativa, para que esse crédito de carbono, esses bilhões que estão sendo investidos fiquem para o homem do campo, que já é obrigado a preservar a sua reserva legal, não ganhando nada por isso.

Então, nós precisamos... se eles têm dinheiro, querem desmatamento zero, querem preservar a Amazônia, blá-blá-blá-blá, que esse dinheiro fique aqui no nosso Estado. Cada agricultor, cada sítante, fique com a sua parte do crédito de carbono. Além de ser justo, esse dinheiro vai circular na própria economia. Ao contrário, esses R\$ 7 bilhões não ficam nada no Estado de Rondônia.

Então, eu estou fazendo aqui algumas considerações que eu acho que tem a ver com essa questão. Na verdade, tudo deságua nisso. E nós temos alternativas, que não são fáceis. A bancada rondoniense está unida. Mas, é importante conscientizar as demais bancadas da região Norte, as demais bancadas do país. A questão do marco temporal de 2008. Na Europa, a tratativa é para 2020. Na Europa. E por que aqui é 2008?

Então, tem que ter um acordo. Essa questão dos embargos afeta tudo e a todos. Às vezes, a pessoa por falta de conhecimento, fala: "Não, eu sou funcionário público, isso aí não tem a ver comigo". Tem tudo a ver. Rondônia não tem grandes indústrias, Senador Bagattoli. Rondônia depende do agro. A partir do momento que o agro deixa de produzir riqueza, cai a arrecadação, cai tudo. "Eu só tenho uma oficina mecânica". Atinge.

Então, é algo que, se nós não cuidarmos agora, não adianta falar "vamos fazer reunião, vamos pra cima", quando estiver tendo uma fiscalização predatória, aí é mais difícil. Não adianta chorar depois do leite derramado. Então, a ideia dessa reunião, dessa Audiência, é a união de todos em cima dessa causa e lutarmos agora. Desculpa, me estendi. Vamos dar continuidade. Vou fazer a chamada dos deputados, de todas as autoridades, e gostaria que pessoal do Cerimonial ficasse à disposição para as inscrições de fala.

Quero agradecer aqui à Presidência da Assembleia Legislativa, em nome da assessora Jaqueline e de toda a sua equipe. Obrigado pelo apoio.

Convido para uso da fala a Excelentíssima Deputada Estadual Dr^a Taíssa.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Bom dia. Bom dia todos. Primeiramente, cumprimentar a Mesa em nome dos nossos deputados estaduais, nosso Presidente, que iniciou esta Audiência Pública que é tão importante para nós, Deputado Alex Redano.

Cumprimentar o nosso Senador da República Jaime Bagattoli e nossos deputados federais, em nome da nossa Deputada Silvia Cristina, e todas as autoridades aqui presentes.

Falar um pouquinho desse tema, que infelizmente ocasiona um caos enorme na nossa região — sou lá da região de Guajará-Mirim —, mas ocasiona um caos no

Estado inteiro. E eu trago alguns dados que me deixam extremamente assustada, o Deputado Alex sabe muito bem, cerca de 81% das nossas propriedades são da agricultura familiar, cerca de 74.329. E isso, quando se fala nas áreas embargadas, como o Deputado Alex falou, nós estivemos em Brasília e é uma vergonha a gente escutar que quem está mandando no nosso país, nas ONGs, é o exterior e que a gente não tem soberania nacional. Que a questão do rastreamento não é uma questão de legislação, é uma pressão internacional.

E essa reunião aqui é justamente para que a gente possa mostrar para o governo federal que nós não vamos aceitar o que está sendo colocado para a gente — infelizmente, eu vou usar um termo bem popular, Deputado Ezequiel — “de goela abaixo”, que é para, infelizmente, boa parte dos nossos produtores abandonarem suas propriedades. Tem muita gente desesperada vendendo suas propriedades, porque infelizmente está perdendo valor. E, assim, hoje dentro do Estado de Rondônia, nós temos, segundo dados do Idaron, 91.438 milhões de cabeças de gado. Como que a gente vai fazer se a maior parte da população tiver que sair das suas propriedades? Além disso, nós temos... Não, dados atualizados. Não, está atualizado. E além disso, de propriedades embargadas, segundo o Ibama, 5.700 áreas, em 2023 agora, que nós estamos no mês de julho, 396 áreas embargadas. E, assim, o que eles falam para nós é que, em decorrência do desmatamento, que o Estado de Rondônia está na terceira colocação, hoje, infelizmente a pressão seria cada vez maior, não é, Deputado Alex? E falo para vocês: fico muito feliz que a Sedam está aqui hoje para que a gente possa, juntos, buscar uma saída. Porque o que nós escutamos lá do Ibama é que outros Estados já estão focados na regularização fundiária para, realmente, dar uma saída para o produtor, para o homem e para a mulher do campo. E eu acredito que a saída é essa, falar para o nosso Secretário da Sedam, que a gente possa realmente montar uma força-tarefa, unir as pessoas e focar na regularização fundiária para dar uma saída para o nosso povo, porque, a realidade é assustadora.

Além disso, falar um pouquinho... Quando se fala no agronegócio e se fala, realmente, em questões ambientais, eu tenho certeza, todo mundo aqui, as pessoas falam muito assim: “Ah, mas a gente tem que cuidar do ecossistema”. Temos, sim. Mas também temos que produzir, temos que comer. Porque se o homem, a mulher do campo, não estiver na propriedade rural, a gente vai passar fome. E a realidade é essa. E o nosso Estado de Rondônia vai entrar em um colapso econômico, porque boa a parte do Estado de Rondônia é o agronegócio e é a agricultura familiar.

Nós, infelizmente, hoje, a gente está vindo aqui discutir uma situação que nós não deveríamos estar discutindo. A gente está discutindo uma regularização fundiária que, infelizmente, a gente não fez o dever de casa, que era já ter resolvido essa situação. Em vez de a gente estar buscando desenvolvimento para o Estado, fortalecer o agronegócio, fortalecer maquinário, fortalecer a

agricultura familiar, a gente está discutindo regularização fundiária porque não foi feito com antecedência, como deveria ter sido.

E a maior parte das pessoas que vieram para Rondônia, para destravar o “Novo Eldorado”, e, infelizmente, hoje, a vida inteira trabalharam, a vida inteira formaram seus filhos e hoje não têm a segurança de ter a propriedade. E digo para vocês: o que depender de mim, parlamentar, já estou elaborando um Projeto de Lei para que tanto a Sedam, como os órgãos do governo, a gente possa ter agilidade na questão da regularização fundiária. A gente respeita o ecossistema, sim, mas nós não vamos aceitar que o campo, a propriedade rural, seja ocupada pelo crime organizado. Porque quando a gente não está produzindo, é isso que vai acontecer, Deputado Luis.

Muito obrigada, Deputado Alex. E o que depender de mim, a gente está junto. E, principalmente, já estou elaborando alguns projetos para que o CAR (Cadastro Ambiental Rural), secretário, tenha agilidade. Que a gente possa mudar o nosso PPA (Plano Plurianual) e colocar recurso, porque não adianta aqui falar bonito, falar que é importante, mas a gente tem que ter ação. Obrigada.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Obrigada, Deputada Dr^a Taíssa. Agradecer aqui à senhora Vaneide Rudnick, que é responsável pela área ambiental da Emater; Doutor Denis Lopes, advogado da área ambiental, muito obrigado. Nosso querido amigo, senhor Antônio Custódio, famoso Toninho da São Luiz, representando aqui a Associação dos Produtores Rurais da RO-257 – APRO, é o Presidente da APRO. Obrigada, Toninho.

Nosso amigo Deputado Fernando Máximo deu uma sugestão, Adélio, muito importante. Nós temos uma Mesa muito extensa, então nós já vamos alternar. Vamos falar aqui um componente da Mesa e já passar também para os demais participantes da Audiência. Vamos alternar também entre os estaduais e os federais. E eu só pediria, por gentileza, quem gostaria de falar — temos já três pessoas inscritas aqui —, faz um sinal... Vereador, aqui outro companheiro, Senhor Ernandes Amorim, nosso companheiro ali também.

Não, o Cerimonial vai in loco, tá? Aquela moça ali, ela vai fazendo as inscrições. Eu só pediria para nós sermos bem objetivos nas perguntas. E eu quero agradecer aqui, está presente conosco, aqui, o César Luiz da Silva Guimarães, que é o Superintendente do Ibama/RO. Quero agradecer, César, que está sempre presente nas reuniões conosco e, principalmente, ser sempre muito transparente, muito verdadeiro. E é isso que nós precisamos.

E nós somos sabedores que os órgãos, principalmente aqui do Estado, são cumpridores das leis, das regras. E nós precisamos encontrar mecanismos para mudar essa situação. E quero também fazer um... O Secretário da Sedam, Senhor Marco Lagos, recebeu uma crítica, em Brasília, muito contundente, mas na minha opinião, essa crítica, eu falei “ufa”, criticaram que os órgãos ambientais de Rondônia estão diferentes dos demais Estados; que

no Pará a fiscalização é pesada. É multa, embargos e a Sedam está agindo pouco. Continue assim. Obrigado, Secretário, porque nós temos que ter bom senso. Não é com imposição, com fiscalização predatória que vai arrumar as coisas, é ao contrário. É pior. Nós precisamos encontrar o melhor caminho.

Vamos fazer assim, então: vamos fazer essa interação. Vou convidar mais uma autoridade. A Sílvia tem um compromisso logo mais; eu vou aqui pedir escusas à Mesa e quero convidar a nossa querida Deputada Federal, que vem fazendo um trabalho brilhante, Sílvia Cristina. Obrigado, Sílvia.

A SRA. SÍLVIA CRISTINA AMANCIO CHAGAS – Obrigada, Deputado Alex. Eu quero cumprimentar toda a Mesa, que me permitam, porque temos que ser breves. Em nome do Deputado Alex Redano, nosso parceiro, que mudou a data, especialmente para ter a presença dos deputados federais.

Então, da mesma maneira que nós recebemos, como toda a bancada lá em Brasília, é importante essa interação. Quero deixar bem claro para toda a Assembleia Legislativa de Rondônia, que nós estamos unidos. É bancada estadual, bancada federal e, com certeza, os prefeitos, vereadores, todos nós queremos uma solução para tudo isso.

Justificando a minha ausência, que daqui a pouquinho saio à francesa, tenho que fazer a entrega de veículo para a Saúde, aqui para Porto Velho, então preciso fazer essa entrega daqui a pouquinho, oficial, na Prefeitura aqui de Porto Velho.

Cumprimentar o Adélio Barofaldi, um rapaz maravilhoso que representa a categoria; e a todos vocês que estão aqui e, também, o nosso querido Giltamar e Rivelino e o nosso querido Vereador Bengala, aqui. Cumprimentar todos vocês.

Nós já estamos há algum tempo falando desse assunto, e tivemos, é claro, algumas vitórias, apesar de que não na sua totalidade, ainda não temos um final feliz, mas a questão dos prazos dos embargos para a retirada do gado para quem entra... Porque, o que é que acontecia? Dava-se cinco dias, as pessoas — o interessado — não se manifestava, o Ibama tinha que cumprir realmente a lei e não dava o prazo. Quem — agora, depois da reunião da bancada —, quem pedir esse prazo vai ser dado o prazo, porque é impossível tirar gado, fazer toda a logística, para que se tenha tudo certo em apenas cinco dias. Então, está resolvido, quero aqui agradecer ao representante do Ibama, o Augustinho, sempre ouve dos deputados lá. Mas, de fato, nós precisamos mudar. Quem chegou na década de 1980, 1970, especialmente, era obrigado a desmatar para entrar e para ter direito. Então tem que ser dados os prazos.

E uma outra coisa que é importante relevar, especialmente na legislação: hoje, quem desmata não são aquelas pessoas que realmente têm interesse na terra. Então, tem muita gente que tem que ser revista, porque quem cuida e quem tira o sustento da sua terra não vai fazer esse desmate, que nós também não concordamos

com certas coisas.

Nós temos que, agora, agir com a famosa regularização fundiária. Fala-se muito, é um nome bonito, é o que todo mundo quer, mas de fato ela ainda não aconteceu. Porque é dessa maneira que o produtor vai ter garantia dos financiamentos, ele vai ser de fato dono daquilo que ele tem, e aí, ficar juridicamente mais tranquilo.

Tem muita gente que, infelizmente, não tem essa tranquilidade jurídica. Tem um pedaço de papel e que na verdade não tem a posse propriamente da sua terra através de uma escritura pública. E aí fica realmente difícil. Nós temos que dar essa legalidade aos produtores. E é possível, sim, com recurso federal, com Emendas também. Eu creio que todos aqui, se falar de Emenda, eu sou muito reconhecida na área de saúde, mas não posso me furtar, especialmente nesse assunto, e temos batido junto com a bancada federal, porque nós dependemos da agricultura, dependemos do agro, dependemos do homem do campo. Rondônia é assim. Não é diferente, nem vai ser e nem queremos. Por isso que nós temos de estar lado a lado.

As áreas degradadas, gente, existem muitas aqui. Mas, o governo federal também peca, porque nós poderíamos ter essas áreas degradadas com incentivo para torná-las férteis, e aí, também, combater o desmatamento. É uma maneira. Nós sabemos que é possível, porque facilita também essa questão. Nós temos várias áreas e, se a gente torná-las produtivas, não precisa desmatar um centímetro. E é isso também que muitos produtores querem, para que nós tenhamos a oportunidade.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Oi. Desculpem. Está sendo transmitido ao vivo para todo o Estado, as rádios interligadas, só que está dando interferência. Desculpe, Deputada.

A SRA. SÍLVIA CRISTINA AMANCIO CHAGAS – Que coisa boa. Só para finalizar, que cada um tem de ser muito breve aqui, cada um tem algo importante para contribuir. A minha assessoria continuará aqui, porque os pontos importantes, nós também vamos analisá-los em nosso gabinete, e junto com toda a bancada estadual e federal.

Essa união é muito importante. Ela já se provou. Nós temos a visão do Ibama e temos todas as autoridades aqui sendo representadas. E, a partir de agora, dar de fato a resposta que se quer. É claro que, quando foi dito na última reunião, que o Augustinho deixou muito claro: “Olha, se a gente ver que Rondônia não está desmatando muito, nós tiramos o foco”. Mas, não é só isso, nós queremos ter tranquilidade para os nossos produtores; nós queremos ter legalidade, e nós queremos de fato, ter a regularização fundiária.

Contem sempre comigo e nós estaremos aqui, ouvindo cada um de vocês. Muito obrigada.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Obrigado, nossa Deputada Federal, Sílvia Cristina. Eu vou alternando aqui, já está inscrito aqui o nosso, sempre Senador, Ernandes

Amorim. Está sendo transmitido ao vivo, também. Pode usar a tribuna. Isso, pode se posicionar na tribuna. As pessoas que forem falar, eu vou convidar, é bom ir na tribuna porque estou recebendo aqui as informações, têm muitas pessoas assistindo em casa. E é interessante que as pessoas possam ter essa possibilidade, não só de ouvir, mas de ver também a pessoa. Com a palavra, ex-senador Ernandes Amorim.

O SR. ERNANDES SANTOS AMORIM – Bom, gente, bom dia a todos, é uma satisfação participar de uma Audiência desse nível. Eu agradeço aqui, o nosso Deputado Alex Redano, que em nome dele quero saudar todos vocês presentes, deputados; senadores; ex-Senador Amir Lando; empresários.

E dizer que a gente, mesmo sem mandato, tem andado bastante, tentando ajudar a resolver esse problema, que é um problema grave para quem produz, para o Estado de Rondônia e para o Brasil, que é esse problema ambiental. Assunto que está exacerbando, ultrapassando, e tem que ser resolvido na base da união. E eu ouvi falar ali, a união entre os deputados estaduais, e isso tem que ser entre todos, desde o pequeno produtor ao Presidente da República.

É um assunto grave. O Brasil é um país rico, produz tudo e a base da economia, o agro, é a agricultura e isso depende, em todo minuto, da questão ambiental. E nós temos os setores que estão nesta questão ambiental, ultrapassando até as vezes, os limites dos direitos dos Estados, dos municípios, até da população brasileira, por questões ambientais que pouco interessa a quem está trabalhando, a quem está produzindo. Interessa mais aos países de fora, às ONGs, que são as únicas privilegiadas que levam o "bolo" de todo esse sacrifício que o povo brasileiro está passando, neste momento.

Cito exemplo, que uma Resolução do Ibama, mexe com o Brasil inteiro, sendo que a gente tem um Presidente da República, tem deputados federais, senadores, deputados estaduais e governadores. E uma simples Resolução do Ibama, manda queimar máquina, manda prender, manda expulsar o indivíduo da sua terrinha, lá no fim do mundo. E isso precisa disciplinar, a bancada federal, o governo federal, precisa tomar posições sérias.

E eu, quero aqui, Presidente Deputado Alex Redano, dizer que falta aqui a presença do Governador do Estado porque no Estado, quem tem que mandar é o Governador. Se o Presidente quiser fazer alguma coisa no Estado, que tem que no mínimo, dialogar, marcar presença direta ou indiretamente. E o nosso governador é autoridade, para dar o certo controle, disciplina, dentro do Estado.

Nós estamos com problemas sérios também, que essa questão de invasões de propriedade, dentro do Estado de Rondônia. São quase 200 propriedades invadidas e que todo mundo sabe, que quem é responsável em combater essas invasões, é justamente o governador, não é o Presidente da República - qualquer que seja o Presidente da República -, é o governador. E a autoridade primeira a cuidar disso, é o Delegado de Polícia, que

tem como missão, tendo qualquer invasão, ele tem que ter o efetivo para ir lá e tirar os invasores na mesma hora. Se ele não tiver oportunidade e efetivo, solicita à Polícia Militar. E que essa Polícia Militar é obrigada a dar o apoio, tirar os invasores. Caso não tire os invasores, a obrigação maior é do governador, e o governador de nosso Estado não está cumprindo com os deveres dele. E eu vejo a questão ambiental, ainda meio duvidosa. Não digo agora, com o atual representante, mas nós temos uma propriedade na beira do asfalto, invadida e, dentro dessa propriedade invadida, derrubaram 7.800 hectares de mata. E nós estivemos duas vezes no Ibama, pedindo providência. Não teve uma autoridade lá para, quando nada, dizer um "sim" ou "não" do Ibama. Mas, em outras propriedades, um hectare de terra, uma pontinha que seja, está querendo prender o proprietário, querendo fazer isso, querendo fazer aquilo.

E nós precisamos nos unir e ter Audiência desse nível para fazer, reclamar às autoridades exercendo o poder. Dentro do Estado, quem tem que dar ordem é o governador. E muita coisa está acontecendo, porque o governador dá as costas para o problema. Ele, como chefe maior da Polícia Civil, da Polícia Militar, não era para haver esses tipos de desordem e até a maneira como comporta o Ibama das suas operações. O Ibama, o Instituto Chico Mendes e outras. É claro que não são só os funcionários pequenos que são responsáveis por isso, mas nós todos somos obrigados a estar nos unindo, reunindo.

E, aqui, para encerrar, quero aqui parabenizar o Deputado Redano e todos vocês que, em primeira mão, vêm aqui dar presença a um efetivo, que tirando essa foto aqui, mostrando já para o Brasil, o próprio Congresso já vai analisar. Porque quando tem uma Audiência Pública no Senado, ou na Câmara, você vai lá, tem dois, três deputados. Eu fui em duas semana passada, tinha dois deputados. E isso não resolve. Tem que ter posição séria. E parabeno, aqui, também a presença dos deputados federais, do senador. Eu estive com o Senador Bagattoli, dentro do Senado, essa semana passada, falamos com ele, com o Senador Mourão, com o Senador Jader Barbalho, com tantos outros. Que, como solução, nós teríamos que fazer o que fizeram em 2007, que foi perdoar todas aquelas multas que tinham antigamente, e dar a situação como apagada. E nós precisamos de, agora em 2023, fazer esse mesmo trabalho, apresentar o Projeto na Câmara e no Senado para anular todas essas multas que houve e legalizar a vida desse povo que tem lá.

É a única solução. Não precisa outras leis estar criando, porque não resolve o problema. Por isso, muito obrigado pela atenção e que Deus ilumine o destino de todos nós, trabalhadores, que fazemos a riqueza e o recurso que tanto o Brasil precisa.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Obrigado, ex-senador Ernandes Amorim. Eu estou aqui com uma lista aqui de quase 50 agradecimentos, eu vou simplificar aqui: eu quero agradecer a presença de todos os prefeitos,

a presença de todos os vereadores aqui em nome do Vereador Ci da 10; em nome do Senhor Valteir, Vice-Prefeito de Pimenta Bueno, cumprimentar todos os vice-prefeitos presentes. Quero aqui cumprimentar todos os Presidentes de Associações Rurais que estão presentes em massa nessa reunião. E, mais uma vez, agradecer a milhares de pessoas que estão assistindo de forma remota essa Audiência.

Eu só pediria que quem for usar a palavra, vamos marcar um tempo aqui de dois minutos. E as perguntas serão respondidas no final. Você pode direcionar a pergunta ao Senador Bagattoli, deputado federal, estadual, Ibama, Sedam... Você pode direcionar as perguntas às autoridades, no final, na fala delas já respondem.

Convido para uso da fala o grande deputado estadual, representante da região de Jarú, Deputado Luis do Hospital.

O SR. LUIS DO HOSPITAL - Bom dia a todos. Em nome do Presidente Alex, quero cumprimentar toda a Mesa aqui, deputados estaduais, deputado federal, Senador Bagattoli.

E dizer que nós realmente temos que apoiar o agro. Somos defensores do agro. A Assembleia Legislativa está imbuída dia e noite para que isso possa acontecer. Estivemos, recentemente, em Brasília, no Ibama, e muito me frustra ver, às vezes, as atitudes que o governo federal vem tendo no Brasil. Nós não podemos ser refém dos países exteriores, nós temos a nossa soberania nacional. Então, nós temos que, realmente, lutar de corpo, alma e coração, em defesa dos nossos produtores rurais aqui de Rondônia.

É até forte o que eu vou falar aqui, mas nós temos que dar o sangue para a nossa terra aqui, porque só nós sabemos o que nós queremos para o nosso Estado, não é, senhor Adélio? E dizer que nós temos que lutar dia e noite, porque eu fui em uma reunião no Ibama, sinceramente, até em uma reunião que chegamos em lugar nenhum. O governo federal precisa investir, praticamente 90% das terras de Rondônia não são regularizadas, Deputado Alex Redano.

Então, o governo federal precisa aportar recurso aqui para que o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) possa fazer a regularização fundiária, para nós sermos realmente donos das nossas terras e brigar por elas, porque, do jeito como está indo, infelizmente, a coisa não está boa. Está feia.

Então, nós vamos trabalhar realmente dia e noite. Vocês podem contar com os deputados federais, estaduais, falo em meu nome, como deputado estadual, vocês podem contar conosco e nós vamos lutar dia e noite para nossa soberania do Estado de Rondônia.

Que Deus abençoe a todos! Obrigada.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Parabéns pela fala, Deputado Luis do Hospital.

Convido, neste momento, o grande parceiro, nosso Presidente da Comissão de Meio Ambiente, o Deputado Pedro Fernandes.

O SR. PEDRO FERNANDES – Bom dia a todos. Vou ser breve para aproveitar o tempo.

Cumprimentar, em nome do Deputado Alex, toda a Mesa. Cumprimentar todas as pessoas representantes de várias entidades do Estado de Rondônia. Para nós vermos, em nome do Senador Jaime Bagattoli, cumprimentar todos os parlamentares federais que estão aqui, que é de grande importância nesse projeto nosso aqui, que é a questão dos embargos e a questão ambiental.

Tudo tem que passar pela Câmara Federal, pelo Senado Federal, para a gente ter uma solução definitiva. Ou muda e ajusta o Código Florestal Brasileiro para adaptar para nossa região, principalmente para o Estado de Rondônia, porque hoje vem recurso do mundo inteiro, só no Fundo Amazônico tem mais de R\$ 4 bilhões, que são usados apenas com projetos de comando e controle, que é para fiscalizar e punir. E a nova Resolução do Ibama vem de cima para baixo, para massacrar o setor produtivo, principalmente da região Amazônica, em que o Estado de Rondônia está inserido.

Porque hoje, por via satélite, eles vão embargar sua propriedade e o produtor é que tem que ir lá prestar conta e tentar resolver. Será que o Estado tem logística para destravar, para desbloquear, Júlio, você que está no Idaron; o Secretário da Sedam também que está aqui presente. Será que nós temos condições, logística, pessoas, capacidade para dar uma resposta em tempo hábil para o produtor? Nós vamos travar de vez o setor produtivo. Estou Presidente da Comissão de Meio Ambiente, participei ontem de uma Conferência da Associação do Ministério Público, junto com o Tribunal de Contas, junto com o Tribunal de Justiça. Estavam desembargadores, promotores, juízes e eles têm resoluções, têm decisões do Supremo Tribunal Federal, porque hoje a Constituição Brasileira, muitas vezes, não é respeitada. O que se respeitam são decisões do Supremo Tribunal Federal. E todas as decisões vêm para pressionar e achar o produtor.

Então, é uma situação, Deputado Alex, que nós temos que dar o grito. Esta Audiência Pública é nesse propósito, para nós mostrarmos que quem produz, que é a força motora do nosso Estado de Rondônia, é o setor produtivo, é o agronegócio. Então, nós não podemos matar a nossa galinha de ovos de ouro, que é a produção agrícola deste Estado.

Nós precisamos nos organizar, porque todo recurso que vem está sendo usado para pressionar a produção, agrando setores internacionais como os Estados Unidos, a União Europeia, que colocam restrições nos nossos produtos. E o Brasil está colocando alguma restrição? Está rastreando os produtos que entram no nosso país? Como ele é produzido lá? Não. Nós estamos ainda na era da troca do espelho pelo pau-brasil, pelo ouro do Brasil, e agora é a Amazônia do Brasil, que é a nossa soberania nacional.

Eu fiquei triste no dia em que eu vi o nosso Deputado Federal Coronel Chrisóstomo falar que esteve em uma reunião e os estrangeiros falando que a Amazônia é de-

les. Nós não podemos deixar. Vamos dar voz e vez. E a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, todos os 24 parlamentares aqui, estão ombreados com o povo de Rondônia.

Quero agradecer ao Deputado Alex Redano, por propor essa Audiência Pública; ao nosso Presidente Deputado Marcelo Cruz, por ter colocado toda essa logística, e a gente está transmitindo para o Estado todo e nós vamos levar para o Brasil afora.

Estamos participando de tudo que se fala a respeito dessa situação. Temos o Parlamento Amazônico, estamos fazendo várias reuniões. Temos aqui parlamentares do Acre que estão neste Parlamento e de todos os nove Estados da região Amazônica, porque hoje nós temos 91 deputados federais na Amazônia e 27 senadores. Precisamos visitar um por um para saber o posicionamento de cada um para depois a gente buscar apoio nas outras regiões do Brasil. Porque se não mudarmos o Código Florestal, os juízes, promotores e toda a parte jurídica vai se embasar na legislação e não vamos avançar. Precisamos nos unir.

Parabéns a todos os envolvidos, parabéns aos deputados federais. Muito obrigado por prestigiar essa Audiência Pública e os deputados estaduais estão à disposição. Estou na presidência da Comissão de Meio Ambiente, estou à disposição de todos: prefeitos, vereadores, presidentes de associações, toda a comunidade organizada, para propor, para falar. E junto com o Governo do Estado, estamos vendo o interesse do governo também em resolver essa situação, mas precisamos praticar políticas públicas envolvendo o povo no processo, senão nós não vamos chegar a lugar nenhum.

Estou em Rondônia desde o ano de 1983. Cheguei em Ariquemes com oito anos de idade. E sempre ouvimos falar nessa perseguição, fiscalização. Comando e controle não funcionam. O desmatamento avançou sempre. Se eles querem parar o desmatamento, chamem o povo para a conversa, deem garantias. Tem que ter garantias também, porque o povo não vai abandonar o que tem, o que construiu, para aderir a políticas internacionais sem ter garantias de retorno. Nós precisamos ter retorno. Retorno financeiro, porque se você desmata para plantar qualquer atividade agrícola ou pecuária, é para você ter o seu sustento e da sua família.

Muito obrigado a todos e que Deus nos abençoe.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Parabéns Deputado Pedro Fernandes. A Assembleia está muito honrada de ter Vossa Excelência como Presidente da Comissão de Meio Ambiente.

Mais um inscrito. Gostaria de convidar para a fala Doutor Guilherme Erse. Por favor, Guilherme.

Gostaria aqui de agradecer nosso companheiro vizinho, meu grande amigo Eduardo Ribeiro, Deputado Estadual do Acre, por favor, compõe a Mesa com a gente. Uma salva de palmas. O Acre está unido com Rondônia nesta causa. Quero aqui agradecer também, eu estou recebendo muitas mensagens aqui das pessoas que estão assistindo on-line. A Agro Boa Esperança, de Alto Paraí-

so parou o trabalho, estão todos os funcionários, todo mundo acompanhando ao vivo a Audiência. Parabéns pela atitude. Também o grupo da Sheila Tavares Paisagismo, obrigado pela presença. E estão unidos com vocês, eles estão aqui, querem apoiar, a Cooperativa dos Garimpeiros da Amazonia. Está apoiando também essa Audiência, apoiando essa causa. E estão pedindo apoio também do agro para ajudar os garimpeiros. A união faz a força. Essa questão ambiental, temos que estar todos unidos.

Quero aqui parabenizar mais uma vez o Deputado Pedro Fernandes, que é o Presidente da Comissão de Meio Ambiente e ele trouxe um vídeo. Está autorizado, pode transmitir o vídeo, por favor.

(Apresentação de vídeo no telão)

Obrigado. Parabéns, Deputado Pedro Fernandes. O vídeo estará disponível para todos. Este vídeo, praticamente, resume tudo. A pessoa tem 30 hectares, 24 hectares embargados! Com seis hectares, como é que vai tirar o gado? Vai pôr onde? Parabéns, Deputado Pedro Fernandes.

Eu só pediria às pessoas que forem usar a fala, serem bem objetivas e já deixarem as perguntas. Deixar às nossas autoridades, o César já está anotando ali, porque se for responder a cada um, vai prolongar. No final, as autoridades vão responder.

Com a palavra, o nosso grande amigo, querido advogado, o Doutor Guilherme Erse.

O SR. GUILHERME ERSE MOREIRA MENDES - Muito bom dia, Presidente Redano, em seu nome, tomo a liberdade de cumprimentar de forma efusiva a toda a Mesa de Autoridades presentes nesta importante Audiência Pública; oportunidade, também, em que, em nome da juíza, Doutora Euma Tourinho, cumprimento a todas as mulheres e a todos os membros do Judiciário que se fazem presentes; e, em nome do baluarte da advocacia do nosso Estado, Doutor Amir Lando, cumprimento a todos os colegas advogados; minhas senhoras e meus senhores; imprensa presente.

A minha fala hoje, Presidente Alex Redano, remonta inicialmente a nossa história. O que afinal é desenvolver? O que nós rondonienses, amazônidas, paulistas, capixabas, baianos, sulistas que para cá vieram, estamos a fazer? Desenvolver Rondônia é dar sustento a nós e a nossos filhos, nossas famílias. Porquanto, desde já, é preciso compreender que falas como essas senhoras simples, essas pessoas simples, que no vídeo expuseram o seu problema, retratam este cotidiano de dificuldade que é produzir com o condão de preservar, tendo sobre o pescoço uma legislação dura e uma fiscalização, que como se vê - e é o objeto deste debate -, extremamente danosa a todos nós.

Pós a Era da Borracha, no início dos 1900, Rondônia passou a viver um novo ciclo, a partir da década de 1970. Quem aqui nunca ouviu o bordão "integrar para não entregar"? E vários, como meu pai e tantos que aqui estão, vieram para Rondônia com esse objetivo, de desenvol-

ver. Contudo, a legislação, meus amigos, ela muda, ela é mutante. E a percepção daquele tempo, de repente, não é mais a de hoje. Para exemplo, trago a questão do voto feminino, que outrora era proibido e que hoje, é uma garantia, uma conquista. As leis trabalhistas, 300 anos atrás, tínhamos escravidão. Falo também das leis fiscais. E na legislação ambiental não é diferente.

Eu compreendo, sou testemunha do valor da nossa gente e do valor do que Rondônia produz, mas não podemos deixar de crer, deixar de compreender, que a legislação ambiental mudou. E neste prisma, estamos em uma fase de mudança, em uma fase de progressão.

E o que fazer com a legislação que hoje está vigente? Esse é o ponto. O que fazer com quem, pós 2008, utilizou mais do que o permitido em sua propriedade? Propriedade que se relativiza até o termo propriedade, porque a gente compra 100, mas só pode usar 20. Fruto do que estabelece a legislação ambiental. Em Rondônia, área de floresta, todos sabemos, só se pode usar 20% da área, tendo que remanescer 80% como reserva legal. A consequência prática e isso é o que estamos aqui discutindo, de quem avançou dentre os 80%, são os embargos. E os embargos trazem consequências danosas. Saibam as senhoras e os senhores, hoje, em Rondônia, são cinco mil, passam de cinco mil, as propriedades, Deputado Delegado Camargo, que constam com embargos ambientais.

Isso, há uma: incentiva à ilegalidade, "bom já que está embargada, então, eu vou avançar". Dois: gera um passivo ambiental imenso. E três: fortalece invasões. Claro, porque quem invade desmata em uma terra onde não se tem CPF, não vai se receber multa alguma; o agente de fiscalização não saberá encontrar aquela pessoa e ele pula dali e vai para outra. E o dano continua acontecendo. A mata continua sendo desmatada. É enxugar gelo. Isso gera evasão do campo, inchaço nas cidades, dividindo as oportunidades, que na cidade já estão escassas. E o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), agora, acaba de mostrar que 38 das nossas 52 cidades, Secretário, tiveram diminuição de sua população. Isso significa o quê? Que as pequenas cidades, a população está migrando para os grandes centros. E a miséria nas grandes cidades, todos nós já conhecemos.

A mão do Estado ou o dinheiro do grande não pode pesar nas costas do pequeno, ou seremos um Estado de alguns milionários e milhares de miseráveis. É preciso tratar desse tema dos embargos com grandeza. Sem chavões. Longe do debate eleitoral e dos gabinetes abastados. O Ibama, em Brasília, semana passada - eu tive a oportunidade de acompanhar, junto com toda a bancada federal e a bancada estadual -, foi claro na sua fala: Amazônia, no Brasil, e a Floresta do Congo são hoje as vitrines em relação à preservação ambiental.

Querem que o Ibama saia do seu Estado? É simples, disse o Presidente: "Parem de desmatar". Está aqui o testemunho de todos os deputados e deputadas, foi o que foi dito lá. Por isso, eu trago aqui uma ideia à bancada federal, a todos os membros dessa plenária, dessa importante Audiência Pública, Presidente Alex Redano,

que eu entendo que possa atender aos dois lados, simultaneamente.

Primeiro registrar que em Brasília, salvo o melhor juízo, não há campo político para um novo debate, de um novo Código Florestal. A Amazônia está, infelizmente, em recorde de desmatamento. Se analisarmos friamente os embargos, eles são uma ponta do problema. Não vai demorar para que, com pressão internacional, o mundo simplesmente pare de comprar as nossas commodities, sob o risco de amanhã sermos um Estado megaprodutor de soja, de carne, leite, abacaxi, café e não termos quem compre a nossa produção, por imposição mundial. Para quem está aqui, é fundamental prover dinheiro a quem preserva. Mais a quem preserva, e não a quem derruba. Mas, aí a gente tem o chamado passivo ambiental. É preciso uma solução média, que comporte permitir seguir com quem está na atividade econômica em curso, sem perder de vista a preservação.

E peço a licença aqui, para dizer que nosso Código Ambiental, que é de 2012, lá no artigo 66 diz: "O proprietário ou possuidor de imóvel rural que detinha, em 22 de julho de 2008, área de Reserva Legal em extensão inferior ao estabelecido no art. 12 (...)" e para a Amazônia é 80%, é permitido, vamos ver lá no parágrafo IV, optarem por recompor a Reserva Legal com "IV - cadastramento de outra área equivalente e excedente à Reserva Legal, em imóvel de mesma titularidade ou adquirida em imóvel de terceiro, com vegetação nativa estabelecida, em regeneração ou recomposição, desde que localizada no mesmo bioma".

Significa: se "João", tem uma área de 100 hectares, em Porto Velho, e já desmatou 50, ele tem um passivo ambiental de 30. Ele pode comprar 30 de alguém que não desmatou nada e compensar, amarrar na matrícula de uma e outra para poder, então, ter a sua reserva legal, lá, fora da sua propriedade, na área do "José". E quem pode liderar isso, Deputado Pedro? O Estado. Claro, porque o Estado sabe onde está pior. O Estado sabe onde estão os mananciais. O Estado sabe onde estão as matas ciliares que precisam ser recompostas. O Estado sabe onde está o eixo de onde a mata é mais importante estar em pé.

Para isso, é preciso, Senador Bagattoli, alterar a lei. Temos que trazer o permissivo legal para que, não só até 2008 se permita esta confrontação e este apoio de uma área com outro, mas que isso venha até aqui. E isso vai gerar renda. Porque, Presidente Alex, quem tiver mata em pé, passa a ter uma razão econômica para mantê-la em pé, à medida que ela vai socorrer a área de quem já derrubou.

Então, nessa perspectiva, pela vez primeira, teríamos a condição de dar o encaminhamento econômico a quem tem tudo preservado e sem precisar que a pessoa que já avançou na sua reserva legal tenha — que parece-me um disparate, em um senso comum de todos nós que produzimos — que reflorestar aquilo que eu já abri. Ora, dentro dos 50%, me parece justo — como foi lá até 2008 — que isso venha até aqui. E seria uma forma, portanto, desta compensação. Acho que é uma maneira

clara de Rondônia mostrar ao país que a gente pode preservar, à medida que quem está devendo vai conseguir comprar de quem tem em pé e, quem está em pé, não vai poder desmatar.

Ou seja, poderíamos chegar ao desmatamento zero, congregando preservação ambiental e produção daqueles que estão produzindo. Muito obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Quero parabenizar o Guilherme Erse. Essa ideia é realmente muito boa, muito interessante mesmo. Parabéns.

Vamos agora às autoridades também. Quero passar a palavra aqui e agradecer muito ao nosso Senador da República. Está presente aqui, está encampado nessa luta, não é, Senador Bagattoli? Quero cumprimentar também aqui — estou vendo aqui, não me passaram aqui, mas estou vendo ele aqui — um grande produtor, um grande político, fez muito pelo Estado de Rondônia, nosso amigo, o senhor Neodi. Obrigada, Neodi.

Já vamos falar também, passar a palavra a alguns prefeitos inscritos também, vamos chamar. Eu convido, nesse momento, para uso da palavra, o Excelentíssimo Senador da República Jaime Bagattoli.

O SR. JAIME MAXIMINO BAGATTOLI - Bom dia a todos. Quero cumprimentar aqui o Deputado Alex Redano. Em nome dele cumprimentar todas as autoridades, deputado estadual, federal, prefeitos e vereadores. E dizer que os mais importantes que estão aqui nesse dia de hoje, não são os políticos, são os produtores. Esses são as peças-chave dessa situação toda que está acontecendo no nosso Brasil e no nosso Estado de Rondônia.

Cumprimentar o senhor Marcos Antonio Menezes, que é Secretário do Meio Ambiente – Sedam; e o senhor Júlio Cesar, Secretário do Idaron. Duas Secretarias importantes aqui do Estado de Rondônia. Dizer, primeiramente, para vocês, que vocês têm que se empenhar. Sedam, Idaron, todos nós temos que nos empenhar para tentar salvar essa situação. E não adianta ficar discutindo de política, de blá-blá-blá e coisa, e nós não vamos chegar a lugar nenhum.

Eu e o Deputado Lúcio Mosquini estivemos com a Ministra do Meio Ambiente, a Marina Silva, e o Presidente do Ibama, o Agostinho. Seria fácil eu chegar aqui e fazer um palanque político aqui. Não conseguimos evoluir nada. E falo mais para vocês: eu só pedi pelos pequenos produtores até quatro módulos. Só isso o que nós queríamos, para resolver o problema inicial de quem derrubou antes de 2008 e até 2022.

Nós queríamos entrar por esse caminho. Falei para ela da situação, porque aqui nesta Rondônia — estão aqui o ex-senador Amir Lando e o ex-senador Amorim, pessoas que conhecem, igual a mim, da década de 1970 —, isso aqui só existiu documento e teve ordem só naqueles anos em que os militares estiveram no governo.

Então, tem que parar com o discurso, porque nós não vamos chegar a lugar nenhum. Vocês olham, como que a gente vai dar um...? Cheguei aí agora de manhã, estava aí a Rede Globo, a Rede Amazônica... como que

você vai dar uma entrevista? Um povo desses que está 24 horas contra a gente? Isso aí vai deixando a gente entristecido.

Vocês me colocaram lá, o setor produtivo deste Estado de Rondônia. Eu andei os 52 municípios, a maioria dos distritos eu **(ininteligível)**, que o Neudir, empresário e produtor rural, sabe disso, o cara que mais me ajudou nessa luta, nessa batalha. Eu fui com o intuito de fazer alguma coisa para o povo. Você chega lá, você fica discursando com um cara igual o Pacheco. O homem não quer nada de bem para a sociedade. Você fica com 25 pessoas, 25 senadores falando, discursando o tempo inteiro, sem chegar a lugar nenhum. O cara... aquilo, as pessoas, eles só pensam para dentro deles.

Eu, como Senador da República, se eu fosse pensar, Deputado Alex Redano, eu não tenho nenhum problema. Nenhum problema. Todas as áreas do grupo, todas estão escrituradas, legalizadas e ainda assim esses covardes da imprensa chegaram a colocar que eu tinha entrado meio hectare — meio! — dentro de uma reserva indígena. Que está aqui o Amir Lando, sabe disso, que ele tem o mesmo problema que todo mundo. Nós perdemos todas as áreas de mato em Corumbiara por causa de cinco índios. Todas. E homologaram em 2020.

Agora passou lá na Câmara dos Deputados, passou já, passou, e nós ganhamos com 128 votos. Só faltou eu me ajoelhar para o Senador Pacheco, pedindo para ele colocar no Senado para votar. Porque eu tenho certeza que passa, eu conversei com todos os senadores. Nós vamos ter, no mínimo, 48 votos. Tudo que é para o bem é difícil neste país, meu Deus.

Digo mais, Deputado Redano, esse negócio de dizer que o Incra não tem dinheiro, conversa fiada. Os poderes deste país têm dinheiro para rasgar — Senado, Câmara Federal, as Assembleias Legislativas, Câmaras de Vereadores e tudo —, é só se empenhar e colocar dinheiro para regularizar essas áreas. Esse negócio de dizer que não tem dinheiro, os Poderes é que estão com o dinheiro. Não sabem o que fazer.

Eu fico triste naquele Senado, gente. Eu fico triste, como empresário, em saber a "rasgança" do dinheiro público e ninguém pode fazer nada. Aí eu chego aqui, eu me entristeci hoje quando eu vi certos produtores entrando aí, que eu digo que são produtores, que devem ter 10, 20 hectares de terra aí. Os caras estão de joelhos, as pessoas estão de joelhos, e ninguém consegue fazer nada, gente.

Eu vou dizer um negócio para vocês: esqueçam isso aqui. Nós temos que, os políticos, ter coragem. Falei no Senado, falei lá no Senado, estou falando com os senadores, vai chegar o momento que o povo não vai mais para a rua. O povo não vai mais. O povo apanhou, o povo está preso, as pessoas de bem foram para a cadeia, os bandidos estão sendo soltos. É mais importante para o Judiciário um traficante do que um homem trabalhador, gente. Que país é esse?

Mas, falo para vocês que são deputados, eu tenho coragem de ir com o povo para a rua, sei que nós vamos ter que... nós vamos chegar no momento em que não

existe mais outra saída. O povo trabalhador está de joelhos, e vocês vão ver o que vai acontecer é no segundo semestre.

Olha a vergonha que está aquele contorno do porto. Quase mil caminhões se soja entrando por dia, de soja, de milho, exportação.

Aquele hospital, eu passei ali, tanto o Hospital do Amor como aquele das Irmãs, o Hospital Santa Marcelina, junta aqui Câmara dos Deputados, fiz um projeto lá, mandei para vocês nos ajudar na Câmara Federal e no Senado. Vamos colocar dinheiro, porque tem dinheiro dessas Emendas. Vamos ajudar asfaltado aquilo ali. Uma vergonha aquilo ali, gente. Pelo amor de Deus! Nada funciona nesse país!

A BR-364. Vou falar dessa BR-364, da forma que está a privatização lá, não dá, vai ficar muito caro, o custo é muito caro para o setor produtivo. Mas, não tem outra alternativa. Não vai existir outra alternativa. Para arrumar aquele trecho de Pimenta Bueno até Vilhena eu tive que me ajoelhar. Falei com o DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes) aqui, agradeço ao André que é engenheiro do DNIT, me ajudou para fazer um tapa-buraco. Morreram 7, 8 pessoas. Não dá! O país, não dá. As pessoas são irresponsáveis. Os 70% dos políticos deste país fizeram daqui uma roça deles. É a roça! Eu só quero terminar aqui, eu não quero mais me alongar. Eu só quero dizer a vocês, eu sou Vice-Presidente da Comissão (CPI) das ONG's lá em Brasília. Falei já para vocês do marco temporal. A CPI vai virar uma pizza mesmo, esqueça aquilo ali, é só os caras que mandam. Eles que mandam, não vai virar nada. Vou falar um pouco sobre o TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) que os frigoríficos assinaram. Aí que vai entrar o problema sério. Aí que vai entrar.

O JBS S.A. me ligou na semana passada. Me ligou. Por enquanto ainda um tira da propriedade que está com embargo. Um tira para o outro, o outro tira para o outro e assim vai indo. Em 2025, a partir de janeiro de 2025, o rastreamento é no nascimento do gado. Acabou. Acabou para nós. Vão dizer: "Não, o Bagattoli está bem porque o negócio dele está tudo certo." Não está nada. Nós dependemos dos 52 municípios do Estado de Rondônia. Não só nós, todo o mundo, o setor produtivo. E os mais importantes que têm aqui são os pequenos produtores, são os que tem que ser valorizados, esses são os que tem que ser valorizados.

Vou dizer para vocês, só para terminar. Eu estou disposto a ajudar. Sinto muito. Peço desculpas à população, porque eu seria um hipócrita se eu chegasse aqui e dissesse que nós estamos conseguindo evoluir. Só temos 25 senadores ainda, do lado certo para votar. Os outros nós não temos mais. São 25, 30, talvez 32. O único que passa é esse negócio do marco temporal. Por quê? Vocês olhem como passa um negócio. Passa por quê? Porque o marco temporal vai passar no Senado, porque o povo de todos os municípios cobra do senador. Aí vai passar. Eu até acho que nós temos, de cada Estado, dos 27 da Federação, nós temos dois por Estado, se não chegar nos 54, mas chegamos nos 48 com certeza.

Então, eu peço, sobre essa situação até do marco temporal: vão para as redes sociais, implorem para esse Pacheco, falem para esse cara colocar isso para votar. Isso tem que sair urgentemente antes do Judiciário votar, que eles vão reaver de novo a votação em 60, 90 dias.

E para terminar, dizer para vocês o que aconteceu na política do Brasil. Os valores estão todos invertidos. Conversei com o nosso ex-presidente da República essa semana ainda, é triste, muito triste o que está acontecendo nesse país afora. Por quê? O que aconteceu com este homem vai acontecer com todos nós no dia de amanhã. Só tem um sistema mandando. Não é deputado, não é senador, não é nada, é Supremo Tribunal Federal. Eles vão fazer o que eles querem de agora em diante. Tira senador, coloca. Faz. Tira deputado. Vão fazer da forma que querem. Não estou preocupado com isso. Se não for senador, eu não vim para ser senador.

Conheço este Estado, eu trabalhei demais, eu e minha família e só queria ter dado uma retribuição. E vou lutar ou lá dentro ou fora ou em qualquer lugar, vocês podem contar com o Senador Jaime Bagattoli. Obrigado, fiquem com Deus.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Parabéns, Senador Jaime Bagattoli. Parabéns pelo pronunciamento e obrigado por sempre defender o Estado de Rondônia. Convido, neste momento, para uso da fala, nossa querida amiga Excelentíssima Senhora Deputada Cristiane Lopes.

A SRA. CRISTIANE LOPES DA LUZ BENARROSH - Bom dia a todos. Em primeiro lugar, eu quero agradecer a Deus pela oportunidade de estar aqui nesta Audiência tão importante. Quero cumprimentar a Mesa. Em nome do Deputado Alex Redano, cumprimento a todos os colegas, a todos aqui que se fazem presentes. E, já falar da importância desta Audiência.

Cumprimentar o nosso Senador Jaime Bagattoli; cumprimentar também todos os produtores rurais aqui, em nome do produtor Edson, e dizer a vocês que, de todas as audiências, de todas as reuniões que eu tenho participado em Brasília, no tocante aos embargos ambientais, essa aqui no Estado de Rondônia, para mim, é a mais importante. E eu explico o porquê — e já parabeno o Deputado Alex pela iniciativa — porque aqui vão ficar registradas as falas dos senhores, as quais eu estou ansiosa para ouvir. As falas de vocês ficarão registradas em um documento após essa Audiência.

E, aqui, mesmo após essa fala dura do nosso Senador Jaime — e em grande parte eu concordo, sim, com o nosso senador —, mas nós não podemos desistir. Nós não podemos desanimar. Porque, se nós desistirmos, o que é que vai ser do nosso povo, que nos colocou aqui para poder representá-los?

Então, nessa Audiência, falar da importância do Estado de Rondônia, falar da força do agronegócio; me perdoe, mas é chover no molhado, porque todos que estão aqui sabem o papel fundamental e econômico que Rondônia

tem para o Brasil. Eu sempre falo que o Brasil tem potencial para alimentar o mundo. E Rondônia tem potencial para alimentar o Brasil.

Então, eu estou aqui para trazer soluções. Nós já estamos unidos. A bancada legislativa de Rondônia com a bancada federal de Rondônia, já estão unidas e empenhadas nessa causa. Agora eu venho trazer aqui propostas.

O único deputado e um senador — são 81 senadores, são 513 deputados — nesta causa, sozinhos junto à Ministra, senador, me perdoe: mas realmente nós não temos força, nós não vamos conseguir.

O que nós precisamos é buscar o líder de cada bancada, do Amazonas, e trazer para o debate. O líder do Acre — agora eu fico feliz que nós temos um representante aqui do Acre — trazer para a Mesa de debate; o líder do Estado de Roraima, trazer para o debate; Pará, trazer para o debate. Ou seja: nós precisamos unir forças com todas as bancadas de deputados federais da região Norte e todos os senadores da região Norte que conhecem a nossa realidade, que conhecem as nossas dores, porque foram colocados lá para representar o povo. E esse grupo, unido, ir até à Ministra para que ela possa nos respeitar.

Com todo o respeito ao representante do Ibama que está aqui presente, César, te agradeço. Me recebeu, já, uma vez, para tratarmos desse assunto. Com todo o respeito também ao Augustinho. Também ao Superintendente do Ibama, que já nos recebeu. Mas, não é o Ibama sozinho, não é o Ibama que vai resolver. O Ibama vai segurar um pouco as pontas para amenizar a dor.

Mas, quem precisa nos respeitar enquanto autoridades e nos receber, é a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. Quem precisa nos respeitar e nos receber é o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, porque ele está e ele precisa respeitar a região Norte. O Sudeste sempre é visto com outros olhos. A menina dos olhos do país parece que é o Sudeste, não é? O Centro-Oeste do país. Mas, eles têm que saber que a menina dos olhos do Brasil é a região Norte, é o Estado de Rondônia, porque é quem produz para colocar na mesa deles.

Então, eles precisam nos receber. Deixo essa sugestão, Senador. Vamos sensibilizar quem sente a dor que a gente sente. Vamos unir a bancada da região Norte, Deputado Alex, junto com o Parlamento Amazônico. Vamos montar essa comissão. Todas as ideias que estão sendo colocadas nesta Audiência vão servir de embasamento para nós. Para nós colocarmos na mesa, no diálogo, porque é assim que se conquista, é assim que se faz política.

Eu não posso simplesmente chegar aqui e jogar a toalha. Eu tenho que buscar a resposta. Conte comigo, Deputado Alex; conte comigo, Senador Jaime; todos os meus colegas. Estamos juntos nessa batalha. E eu gosto de uma boa briga.

Deus abençoe a cada um de vocês. Precisamos alterar o Código Florestal. Precisamos - todo mundo já sabe aqui, da regularização fundiária. Isso é fato. E juntos, a gente vai lutar. A gente não pode desistir. Desistir jamais. Deus

abençoe.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Parabéns, Excelentíssima Senhora Deputada. Parabéns. Essa questão do Parlamento, está bem avançada. A sua fala foi muito importante. Nós precisamos estar unidos. Os Estados da região Norte, unidos, têm muita força. Obrigado, Deputada Cristiane Lopes.

Com a palavra, o Excelentíssimo Senhor Deputado, Fernando Máximo.

O SR. FERNANDO RODRIGUES MÁXIMO - Bom dia a todos. Cumprimentar o Presidente Alex Redano. Na pessoa do qual, eu cumprimento todos os Deputados Estaduais aqui presentes. Parabéns, Deputado Alex; parabéns, Deputado Marcelo Cruz; parabéns a todos os deputados aqui presentes, por essa Audiência magnífica, espetacular.

Cumprimentar o Deputado Federal Coronel Chrisóstomo, que está aqui - nosso amigo, defensor da direita lá no Congresso também; Senador Bagattoli que está ali - nosso amigo, nosso colega, defende muito o agro também lá no Congresso. Cumprimentar todos os prefeitos aqui presentes, na pessoa do Prefeito Giovan Damo - nosso amigo, prefeito que está ali, de Alta Floresta. Cumprimentar todos os vereadores presentes, na pessoa do Vereador Remy - estava por aqui, agora. Está ali atrás. Cumprimentar todos os produtores rurais aqui, na pessoa do senhor Adélio Barofaldi, nosso amigo. Cumprimentar todos os presidentes das associações de produtores rurais, aqui presentes. Senhoras e senhores; servidores da Assembleia Legislativa; a imprensa, aqui presente. Nossos deputados do Acre, Deputado Afonso, aqui do lado; as autoridades do Ibama; Julião - que está ali, nosso amigo; Marco Antonio Lagos, que está ali atrás. Bom dia a todos.

Senhores, a gente fica observando essas coisas que vêm acontecendo no Brasil. E a gente começa a observar e falar: "Meu Deus do Céu, em que planeta nós estamos? Onde é que nós estamos vivendo?" Todos nós aqui queremos a floresta de pé. Todos nós queremos, e todos nós somos contra o desmatamento ilegal, mas nós queremos primeiro o nosso povo de pé, a nossa gente, o nosso trabalhador vivo, saudável. E da forma que está acontecendo, não vai ter produtor vivo, daqui a pouco. Não vai ter produtor porque está gerando miséria.

Esses embargos, tiram os nossos produtores, tiram o gado. Está obrigando os nossos produtores a saírem do interior e irem para as grandes cidades. Nossas cidades estão diminuindo de população. O nosso povo não está tendo o que fazer, e são pessoas de bem - nossos produtores, Coronel Chrisóstomo, são pessoas de bem. Pessoas que trabalham dia e noite para colocar o alimento na nossa mesa. Pessoas que geram impostos, geram renda, dão emprego. E a renda do homem do campo, das nossas exportações dos nossos alimentos produzidos servem para cuidar da saúde, cuidar da educação, cuidar da segurança.

Então, da forma que está acontecendo, daqui a pouco

começa a piorar tudo no nosso Estado. Um Estado que vive do agro; de pessoas de bem, que trabalham dia e noite, calo nas mãos. Aí vem o pessoal da Europa e fala assim: “Que maravilha, para de produzir alimentos na Amazônia; para de produzir carne; para de produzir grãos na Amazônia Legal.”

Beleza, é muito bonito eles falarem isso e mandar reflorestar, mas pergunta se eles estão parando de produzir lá? Pergunta se pararam de produzir alimentos lá na Europa? Pergunta se pararam de produzir, pergunta se a indústria deles parou de produzir? Desmataram, produzem, arrecadam bilhões de Euro por ano com a produção agrícola, com os produtos industrializados e querem mandar na casa dos outros. Cada um manda na sua casa! Quem entende da Amazônia, somos nós. É um absurdo isso o que está acontecendo e eles querem dar migalhas para a gente.

Bacana, quer que o nosso produtor pare de produzir? Quer que refloreste? Beleza, paga para isso. Quando eu compro um celular, quando qualquer um de nós compra um celular, compra um relógio, alguma coisa pela internet, que vem da Europa é de graça? Nunca foi de graça! A gente tem que pagar. A gente paga para eles. E se eles são tão bonzinhos assim, para de produzir eles lá, e começa a reflorestar lá na Europa, e aí depois, a gente pode pensar. É muito bonito querer mandar na casa dos outros!

Contem comigo 24 horas por dia, 7 dias por semana. Tivemos alguns embates, sim, respeitoso com o Ibama, com o governo federal. Embates respeitosos, mas embates para defender a nossa gente. Para dar voz a essas pessoas que estão aqui, que não têm condições de estar lá em Brasília, falando. E nós estamos lá, para representar, e vamos continuar. Não vamos desistir. Podem nos retaliar, estão retaliando. Querem perseguir, não tem problema, porque nós defendemos aquilo que achamos que é certo, os nossos produtores, pessoas de bem, que trabalham dia e noite. Nós não podemos ser covardes de não representar vocês.

Fui eleito deputado federal. Deus nos deu a oportunidade de ser o mais votado no Estado, principalmente, pela área da saúde, onde fui Secretário, onde estive na frente da pandemia, mas o agro é que move o nosso Estado. O agro, inclusive, é que gera recurso para o Estado bancar a saúde das pessoas, a educação e a segurança. E sou um deputado do agro, vou lutar pelo agro todos os dias porque é o que toca o nosso Estado e são pessoas de bem. Contem sempre comigo. Deus abençoe a todos. Muito obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Parabéns, nobre Deputado Fernando. Isso é muito importante, os nossos representantes se posicionarem.

Convido, nesse momento, para uso da fala, a nossa amiga Excelentíssima Juíza Euma Tourinho, representando neste ato todos os magistrados. Ela que é Presidente da Associação dos Magistrados. E falar, Euma, que isso vai desaguar muitas questões no Poder Judiciário. Nós precisamos muito da sensibilidade e o senso de justiça

do Judiciário nessas causas. Com a palavra, a senhora Euma Tourinho.

A SRA. EUMA MENDONÇA TOURINHO - Bom dia, Deputado Alex Redano. Bom dia a todos. O Senador Jaime Bagattoli, ainda há pouco, disse que ele e o Senhor Amir Lando, que estão aqui — amigo do meu avô —, chegaram e, desde a década de 1970, 1980, ajudaram a construir esse Estado. Muito importante quando nós vemos pessoas que conhecem a realidade do Estado.

Meu avô, Euro Tourinho, chegou na década de 30, mais precisamente em 1932. E tinham duas mil pessoas nessa terra. A cidade terminava onde é o Instituto Maria Auxiliadora hoje. De maneira que a Família Tourinho, a história da Família Tourinho, se confunde com o Estado de Rondônia. Eu sou magistrada há quase 25 anos e eu respondo, Senador Jaime, pelo meu CPF. Eu não respondo pelo Poder Judiciário, muito bem representado no Estado pelo Desembargador Marcos Alaor. Eu fui eleita para representar os magistrados. Eleita e reeleita. E tenho um perfil de aproximação da sociedade, porque sei que devo julgar o que existe no processo, de acordo com a Constituição e com as leis. Fiz um juramento para isso. Mas, não estou alheia às mazelas da sociedade, à tristeza das pessoas. E me incomodo, sobremaneira — como disse a Deputada Cristiane Lopes —, que a gente ache soluções a par do discurso. Porque discurso, às vezes, nós saímos de um congresso, às vezes 10, 12 horas, sentado. E pensamos: o que que eu pude abstrair daqui? O que, concretamente, vai ajudar a minha região? O que eu posso fazer para impulsionar o meu Estado?

Eu tenho falado muito de Rondônia. Todo lugar que eu vou, as pessoas, ao se despedir de mim, falam: “Eu amo Rondônia por sua causa. Eu nem conheço, mas eu amo Rondônia por sua causa”. De tanto que eu falo desse Estado. E no ano passado, em um curso que fiz em Brasília, na Escola Superior de Defesa, sobre gestão, segurança e desenvolvimento, junto com 105 pessoas — metade militares, metades de civis de alta envergadura, de Ministérios —, e eu no meio. E dão espaço, assim como hoje fui convidada e o Deputado Alex pediu que eu falasse.

Então, me dão espaço, eu falo. E, no meio desses servidores de alta envergadura, de Ministérios, um deles, Senhor Pedro Silva do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica) falou para mim que a partir de, então, ele abordaria Rondônia permanentemente. Dia 20 agora, no Ministério do Planejamento e Orçamento, ele falou, fez uma palestra a respeito, dentro do Ministério, falando de Rondônia. E disse - isso foi publicado, está nas redes sociais do Ministério do Planejamento e Orçamento: “No último dia 20, Pedro Silva Barros, do @ipeaonline, veio ao MPO fazer uma apresentação para o Subcomitê de Integração e Desenvolvimento Sul-Americano. Ele trouxe um histórico do processo de integração e abordou o conceito de “Estados Articuladores”. São 5: Acre, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Roraima. São estados fronteiriços, distantes dos portos do Atlântico e que podem assumir o papel de nós logísticos nos

próximos anos. Na última década, eles representaram mais de 50% do superávit comercial do Brasil com o mundo.”.

Nós, Rondônia e os quatro outros Estados, representamos mais de 50% do superávit comercial com o mundo. Então, respondo, Deputado Fernando Máximo, essa indagação do senhor: por que falamos tanto e queremos que a gente não produza? Porque nós somos um grande concorrente mundial. As pessoas que lidam com esse nível de riqueza, não querem uma projeção da Amazônia. Não querem que Rondônia se destaque. Porque, como Estado de pequeno porte que somos, deputada, queremos que a gente continue sem protagonismo.

Mato Grosso é protagonista da sua história. E nós precisamos do Mato Grosso e de São Paulo para fazer escoamento na nossa produção. Nós não queremos mais ser, ainda que um Estado de pequeno porte, tratados como pequenos. Nós somos grandes e queremos ser tratados como grandes.

E, por fim, para ser breve, Deputado Alex Redano, menciono um agradecimento que o mesmo servidor de carreira fez a mim, quando, mais uma vez, insistentemente, falei de Rondônia e dessa necessidade de fazermos riqueza com preservação. Sim, é possível. Nós precisamos de um planejamento estratégico do Estado. Nós devemos parar de apagar incêndios. Toda vez que temos um problema, ele se torna uma solução pontual. Chamamos Ibama, Sedam e outros órgãos e resolvemos aquela situação.

Nós não temos um planejamento estratégico para resolver décadas, para futuras gerações. Nós sempre estamos lidando de maneira artesanal. Nós precisamos ser profissionais. Nós precisamos de um plano de Estado, não de um plano de governo. Porque se muda o governo e ele não tem uma linha ideológica que o cidadão quer, nós paramos de evoluir. Não podemos. Nós devemos ter esse planejamento que vincule todos e que, portanto, seja um compromisso de todos.

Nessa menção que ele fez, em agradecimento, ele diz: “Muito obrigado, Euma Tourinho. Ontem, em um pequeno seminário do Ipea mencionei Rondônia e a ponte Guajará-Mirim e Guayaramerín, Bolívia. É um compromisso do Brasil construir essa via desde 1966, Protocolo adicional ao Tratado de Petrópolis de 1903. A construção será finalmente iniciada nessa década de 20. Se Guajará-Mirim está a mais de 3.300 quilômetros do porto de Santos, São Paulo, Guayaramerín está a menos de 1.600 quilômetros dos portos de Ilo, no Peru, ou de Arica, Chile. Rondônia será um dos cinco Estados articuladores da integração regional e seguirá crescendo muito mais do que os nossos Estados atlânticos. Seremos grandes, maior ainda do que já somos.”. Muito obrigada.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Parabéns pelas palavras, nossa amiga Excelentíssima Senhora Juíza Euma Tourinho.

Estamos aqui com o Deputado Eduardo Ribeiro e o Deputado Afonso Fernandes, companheiros do Acre; também o Conselheiro do Tribunal de Contas do Acre, Vice-

-Presidente, o Senhor Valmir Ribeiro. Muito bem-vindo ao nosso Estado de Rondônia.

Eu gostaria de franquear a palavra, representando o Estado do Acre, ao Excelentíssimo Senhor Deputado Afonso, um grande companheiro. Quero aqui ser justo, o Estado do Acre está sendo protagonista e está nos ajudando a mobilizar os demais estados, Roraima também. Edna Auzier, que é Presidente do Parlamento Amazônico, deputada do Amapá, está imbuída na causa também. Também agradecer ao Deputado Léo Barbosa, do Tocantins, que é filho do Governador Wanderlei, está imbuído nessa causa. E a união dos deputados estaduais, deputados federais e senadores dos Estados da região Amazônica é muito importante para termos força e conseguirmos sucesso.

Com a palavra, o Deputado Afonso Fernandes, do Acre.

O SR. AFONSO FERNANDES - O meu bom-dia a todos. Quero, primeiramente, agradecer a Deus pela oportunidade de junto com toda a sociedade organizada, os parlamentares em nível estadual e federal de Rondônia, agradecer pela oportunidade de estar aqui. Parabenizar o Deputado Alex Redano pela iniciativa, no Estado de Rondônia, de estarmos aqui participando de uma Audiência Pública muito significativa para todos os nove Estados que compõem a Amazônia Legal.

Nós, no Acre, no dia 13 de abril passado, nós tivemos essa iniciativa lá e discutimos os mesmos assuntos que aqui estão sendo discutidos. A palavra de ordem hoje aqui, senhores e senhoras, não poderia ser outra, a palavra de ordem para mim é união, é unidade, porque se ficarmos cada um puxando para um lado, tentando resolver o problema, não vamos conseguir.

Eu tive o prazer e a satisfação de estar, dias atrás, com os companheiros aqui de Rondônia e com o representante de todos os nove Estados da Amazônia Legal, em um evento em Palmas, no Tocantins, do Parlamento Amazônico, onde lá tivemos o privilégio assumir a Secretaria de Relações Institucionais.

E aqui, por que eu digo isso? Tem muito a ver com unidade. O Parlamento Amazônico é uma força imensa. Agora, precisa estar unida. Para vocês terem uma ideia, compõem o Parlamento Amazônico, 1/3 do Senado. São 27 senadores, 91 deputados federais e mais de 254 deputados estaduais. São essas unidades, são essas forças que tem por obrigação representar todo o povo da Amazônia Legal.

Nesse intuito, a gente precisa apontar soluções. Quais são as medidas que nós já, ao assumirmos a Secretaria Institucional do Parlamento Amazônico tomamos, senhores e senhoras? Já temos uma reunião marcada para o dia 8 de agosto com o Ministro das Relações Institucionais da Presidência República, Ministro Alexandre Padilha. Para já em outubro quando realizaremos a Marcha dos Deputados Estaduais do Parlamento Amazônico, nos dias 30 e 31 de outubro, em Brasília, onde exigimos uma audiência, não com a Senadora Marina Silva, com o Presidente Lula, que é o chefe-maior desta nação. É dele que temos que cobrar, porque foi ele que nomeou

Marina e outros ministros.

Então, as medidas que nós estamos buscando através da unidade e aqui conclamamos para que essa unidade se fortaleça, para que a gente possa, realmente, fazer valer esta força que é imensa. Então, em outubro é um compromisso meu, como representante do Parlamento Amazônico, realizarmos essa audiência com o Presidente da República. E, sim, nós precisamos ter lá todos os 27 senadores da Amazônia Legal, os 91 deputados federais e os mais de 254 deputados estaduais.

Faremos valer o nosso peso e entregarmos uma carta ao Presidente da República, que nos ajude a fazer a regra do jogo legal. Porque, fazendo aqui um comparativo com a regra do jogo no futebol. Se um jogador comete uma infração, primeiro é divertido pelo árbitro. Se ele reitera essa infração, recebe um cartão amarelo. E por último, se ele novamente infringir, vai ser expulso. Mas, estamos vendo no Brasil o inverso. Primeiro expulsa. Expulsa o produtor da terra e depois ele que vai correr atrás para regularizar e resolver os seus problemas. As ordens estão invertidas e nós precisamos colocar essas ordens na maneira mais legal possível.

Não vou me alongar muito, porque eu sei que ainda temos muitos a ouvir aqui. Eu estou muito feliz porque eu vi discursos aqui muito produtivos e que me deixam ainda mais satisfeito de saber que não só a classe política, mas da classe empresarial, da classe do agronegócio está unida nesse sentido. E todos nós, unidos, vamos conseguir a resolução para o problema.

Muito obrigado a todos.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Obrigado, Deputado Afonso. Obrigado a todos os deputados dos demais Estados da região Norte pela união.

Quero agradecer aqui o Eliseu, de Rio Pardo presente aqui; nosso amigo Salatiel, representando o cooperativismo. Nosso muito obrigado.

Vamos convidar agora dois inscritos, e depois voltamos para a Mesa. Gostaria de convidar aqui, tem vários inscritos da Aprosoja, vou convidar aqui o senhor Simon, Vice-Presidente da Aprosoja, para uso da Palavra. Obrigado Aprosoja, sempre apoiando.

Eu tenho aqui, a deputada no seu discurso, Cristiane Lopes, esqueceu de falar algo muito importante. Eu quero aqui, uma forma de agradecer à deputada, eu quero ler só o cabeçalho aqui desse Requerimento feito ao Congresso, "Requer o envio da indicação do Poder Executivo para sugerir a publicação de uma normativa que possa permitir que os pequenos produtores rurais do Estado de Rondônia possam renegociar suas dívidas adquiridas através de financiamentos de crédito rural e do Programa Nacional de Fortalecimento, o PRONAF." Ela esqueceu de falar na sua fala, corrigindo aqui deputada, parabéns.

Quero também convidar a todos, logo após a Audiência será, não é um almoço. Como é o nome que ele fala diferente? É brunch? É um coquetel. Então, a gente fez um coquetel para 300 pessoas, graças a Deus a gente está aqui em umas 500, mas já aumentou. Então, vai ter

um coquetel para 500 pessoas, para nós, pelo menos, enganar o estômago.

Convido, neste momento, o senhor Simon, Vice-Presidente da Aprosoja. Muito obrigado pela presença, a fala é contigo.

O SR. SIMON BOLÍVAR COMIRAN - Bom dia a todos os presentes. Gostaria aqui, em nome da Aprosoja Rondônia, agradecer o Deputado Alex Redano pela oportunidade da nossa fala aqui essa sessão. Em nome do Presidente desta Casa, Deputado Marcelo Cruz, cumprimentar todas as demais autoridades.

E para dar início, vou parabenizar a todos os produtores rurais, pequenos, médios e grandes, que na década de 1970 desbravaram essa terra, essa nossa terra de Rondônia, não medindo esforços para produzir alimentos e o sustento de suas famílias. Enfrentando várias adversidades, mas sempre sonhando com dias melhores. É importante que se diga que cada ciclo que passamos como ciclo da madeira, o ciclo do garimpo, da pecuária e da agricultura fazem parte da nossa história e da nossa cultura.

Foi assim que chegamos até aqui e é por isso que temos cidades e um Estado pujante do ponto de vista econômico e social. Renovar a nossa visão de mundo é sempre necessário. Reciclar nossos pontos de vista, também. Mas, rejeitar a história e desconsiderar o momento e o ambiente em que cada transformação se deu, é negar nossas próprias origens.

Temos o desafio de produzir mais e com menos impacto. O mundo pede e temos essa consciência. O que pedimos apenas é que antes do mundo externo, das comunidades metropolitanas, dos governos de países imperialistas, que nos nossos cidadãos que ocupam posições relevantes nesse debate, leve em consideração nossos aspectos históricos e sociais. O nosso Ministério Público, o nosso Ibama, os nossos parlamentares, os que são daqui precisam ter esse compromisso de olhar para a situação com maior sensibilidade.

É isso que pedimos, existe um Decreto que regulamenta os atos administrativos sobre crimes ambientais em nível federal, ele é de 2009, assinado pelo Presidente Lula, inclusive. Nele, visando pacificar o entendimento equivocado sobre a matéria, o Executivo traz em inúmeros dispositivos que o embargo deve se restringir à área em que houve o dano ambiental. Além disso, a norma não deixa margem para interpretações difusas. O objetivo do embargo é de dar viabilidade à recuperação da degradada, impedir a continuidade do dano e propiciar a regeneração.

Pois bem, senhoras e senhores, não é isso que tem ocorrido na prática, um aceiro, além das dimensões sugeridas pela norma, muitas vezes para conter um fogo, uma limpeza de pasto, por conflito de imagem de satélite considerada como supressão vegetal. O alargamento de uma estrada interna, dentre muitas outras situações que são inerentes ao ambiente rural, invariavelmente, tem deixado o produtor rural, sem crédito sem comercialização e à mercê de abordagens inadequadas de alguns

agentes fiscalizadores.

A lei diz que equipamentos podem ser destruídos em algumas hipóteses. Exceções, que são assim definidas pelo próprio agente e seu superior imediato. Eles acusam, julgam e executam as sentenças sem devido processo legal, contraditório ou ampla defesa. Caminhonetes, casas, veículos automotores que transportam insumos dentro de propriedades convertidas há anos são considerados sumariamente como equipamentos utilizados em desmatamentos.

A exceção vira regra e tudo é queimado. As famílias são desrespeitadas. A história é simplesmente ignorada. Precisamos todos juntos pensar como tripulantes e não como passageiros desta nave chamada Brasil. O que queremos de fato? O meio ambiente ecologicamente equilibrado, como reza o Artigo 225 da nossa Constituição Federal. Os ativos ambientais devem ser protegidos e usufruídos pelas atuais e futuras gerações. Ou queremos um ambiente inóspito, em que a única atividade econômica viável decorra do crime?

Nós, produtores e pecuaristas, estamos aqui. Nós vivemos aqui e queremos fazer o correto, ajustar atuais condutas, as mudanças legais que o uso e ocupação do solo sofreram na história recente do país. Mas, clamamos ser enxergados como irmãos, pessoas que têm famílias, sonhos e necessidades; compreensão, apoio, sensibilidade.

É isso que pedimos. Mas, não para governos europeus. Pedimos esse olhar de vocês: parlamentares, servidores públicos, promotores, procuradores e policiais ambientais. O nosso objetivo é comum. Não faz sentido nos tratarmos como inimigos ou oponentes.

Era isso que eu tinha para dizer. Obrigado a todos.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Parabéns, Simon. Quero agradecer a todos da Aprosoja pelo apoio a esse Parlamento. Eu convido a Senhora Doutora Eva Lídia da Silva, Conselheira da Faperon (Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Rondônia).

Depois vamos facultar a fala ao Deputado Chrisóstomo, Deputado Alan, depois ao querido prefeito de Campo Novo. Temos aqui muitos inscritos, mas vai dar certo. Vamos obedecer o tempo. Vamos tentar nos ater a dois minutos. Eu vou pedir - acho não é indelicado, não -, vai ficar uma menina do Cerimonial, deu dois minutos, dá aquela cutucadinha. Bem cortês.

A SRA. EVA LÍDIA DA SILVA - Bom dia a todos.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Os deputados também, que queiram falar, podem...

A SRA. EVA LÍDIA DA SILVA - Gente, dois minutos para falar de uma situação tão complexa, mas agradeço a todos pela oportunidade. Tendo em vista essa limitação do tempo eu quero aqui, somente agradecer pela oportunidade. Eu estou em nome da Faperon.

Hoje, faço parte do Conselho Jurídico. A Federação está totalmente empenhada em relação a essa questão tam-

bém, de criar mecanismo e atuar como órgão institucional, atuando juntamente com todos os passivos ambientais, no intuito de colaborar, porque é uma situação complexa.

Então, o Deputado Chrisóstomo, quero agradecer muito a participação dele, diretamente, nesse sentido em relação ao nosso projeto, que vai ser - se Deus quiser -, executado brevemente. Então ele vai explicar melhor essa situação. Foi apresentado através de uma Audiência Pública, em Brasília.

Então, assim, é um deputado que tem nos ajudado, e agradecer a todos os outros, o Deputado Lucas, Deputado Alex, pela iniciativa de mais uma Audiência Pública e todos que têm colaborado. Então, é o que eu tenho a dizer. Precisando, estamos aqui.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Com a palavra, Excelentíssimo Senhor Deputado Coronel Chrisóstomo.

Eu quero aqui, agradecer ao Deputado Federal Coronel Chrisóstomo, nós estamos fazendo algumas tratativas já há algum tempo. Ele liberou muitos recursos para os municípios do Estado de Rondônia e a questão da regularização fundiária, nós temos uma pauta e com certeza, ele vai falar. Parabéns, deputado, pela sua postura, obrigado meu irmão.

O SR. JOÃO CHRISÓSTOMO DE MOURA - Bom dia! Presidente Redano, muito grato por essa oportunidade. Parabéns por esse evento. Senhores parlamentares, parlamentares queridos, a todos um abraço forte. Sintam-se apertados.

Superintendente do Ibama, o senhor sabe que eu tenho uma coisa importante para falar, não é? O Presidente do Ibama já falou para o senhor, não é? Ele me disse que ia lhe dizer, mas o povo ainda não sabe, mas vai saber agora!

Somos destemidos pioneiros. Eu já era um menininho bonitinho, quando vocês vieram para cá. Desde os zero anos de idade, eu sou desse canto, eu sou de Guajará. Guajará tem deputado federal, sim. É Coronel Chrisóstomo. Desde os zero anos de idade.

Vocês vieram para cá porque chamaram vocês. Tem que respeitar. Basta olhar cada um de vocês aqui. O corpo fala. Aprosoja, o corpo fala. Olhando para vocês, já dá para ver que vocês merecem respeito e têm que ser respeitados por todos. Mas, o problema não é de nenhum órgão. O problema é do "barbudinho" que não quer ver esse Brasil crescer.

Eu não sei discursar, mas eu gosto de apresentar as constatações. Discursar, aqui está cheio de gente que sabe discursar. Eu não sei, mas eu sei constatar as coisas. Por favor, Presidente, o senhor pode pedir para eu apresentar a solução de tudo, aqui e agora? Bote o discurso aí, meu e do Presidente do Ibama.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Pode soltar o vídeo. **(Apresentação de vídeo no telão)**

O SR. JOÃO CHRISÓSTOMO DE MOURA – Agora, vou

contar a historinha disso aqui, que vocês não sabem. Eu descobri, em 2021, que nos cofres do Ibama - cadê o Superintendente - tinha R\$ 200 milhões. E sabe desde quando? Desde 2016. Eu descobri em 2021.

Fui ao Presidente Bolsonaro. Ele disse "É verdade esse negócio? Mas, veja direitinho isso aí.". Ele descobriu que era verdade, deputada. Eu estou mentindo? São quase R\$ 200 milhões. Eu fui agora ao Presidente Agostinho, meu amigo, e eu falei isso na frente dele. E o senhor está me ajudando porque nós estamos junto nessa.

Eu não falei disso? E ele disse o quê? Que é verdade. Quase R\$ 200 milhões. O ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) já está usando um pouco. Mas, é muito dinheiro. E esse dinheiro vem das duas hidrelétricas, porque pagaram pelas questões ambientais que elas realizaram aqui. Está depositado desde 2016. E estava encolhidinho lá até 2021, e eu descobri.

Agora, eu pedi para ele o seguinte: qual é o valor, em média, que precisa para regularizar?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - São R\$ 72 milhões.

O SR. JOÃO CHRISÓSTOMO DE MOURA – Ah, meu amigo. Foi isso que eu fui pedir para o Ibama, Presidente. Quarta-feira foi isso, esse vídeo é de quarta-feira passada. Eu estava vindo para cá, eu disse: quero levar uma notícia boa para o meu povo dos embargos. Ele disse assim: "Coronel, gostei. É verdade, o dinheiro existe, vou falar com o ICMBio para levar esse dinheiro para Rondônia e regularizar as nossas áreas de embargos". E aí chega de embargos em Rondônia, porque vocês querem é produzir, produzir muito. E eu preciso da comidinha na minha mesa. E são vocês que fazem isso, são vocês, produtores.

Sou apoiador da Aprosoja, sou apoiador dos criadores de peixe, sou apoiador do povo do gado. Não tenho um metro quadrado de terra, se estiver baratinho me dá ou me vende. Nós precisamos apoiar vocês!

Gente, não adianta. Eu vejo no Congresso Nacional o que está acontecendo. Não é moleza assim, não. Não adianta falar que os Estados da Amazônia estão com a gente. Não estão. O Pará é vermelho. Não vai ter cidadão do Pará, nem deputado federal que vai estar do lado da gente. Vamos ser realistas. Rondônia, não, aqui está unido. O povo aqui está unido. E olha, você está certo, Deputado Pedro, você está certo. Já perdi meu papel. Deputado Pedro, você está certo. Eu vou falar agora uma coisa para vocês que vocês vão chorar. Duas coisas que vou falar e vocês vão chorar.

Presidente Alex, semana retrasada, Deputada Lebrinha, "Deputado, o Presidente da Comissão do Meio Ambiente disse para ti presidir a Comissão do Meio Ambiente agora à tarde". Digo, "Uai, e me escolheram?". Disse: "Escolheram, vai lá". Aí eu cheguei lá e sabe o que era? Vocês vão se surpreender. Eram vários deputados federais da União Europeia. Aí eu digo: "Me botaram aqui?". "Porque o senhor é bom de briga". Ah é, na hora de dar bom de briga me botam; na hora de me

apoiar, não estão me apoiando. É realidade. Eu não sei discursar, eu só sei constatar.

Olha, gente, olha os deputados, de onde estavam, de que país eram: Finlândia, Países Baixos, Dinamarca, França, Alemanha, Áustria, Bélgica, Grécia, Itália e Portugal. Foi o que o Pedrinho falou, meu amigo, deputado federal. Eu presidi lá. E eu, indignado, na Mesa pelo que eles falavam. E vocês vão saber o que eles falavam. Deputados e deputadas, depois eu vou falar o que eles diziam. Mas, eu reuni lá depois, uma meia dúzia, tinha muitos deputados da União Europeia. Eu disse assim: "Deputados, é o seguinte, aquilo que vocês falaram lá, aqui no Brasil, não é assim. Se vocês entrarem no país, acabou. Aqui no Brasil, vocês não entram."

Senhores, olhem, é verdade o que eu estou falando. Sabe o que eles diziam, no discurso deles... Eu já falei com o senhor, o senhor me apoiou, inclusive ficou chateado. Sabe o que os deputados diziam? Está gravado na Câmara dos Deputados, se vocês quiserem saber: "A Amazônia é nossa". Deputada da Alemanha dizia, prefeito: "A Amazônia é nossa". O Embaixador da Finlândia, senhores deputados, disse: "A Amazônia é nossa". Aí, eu disse: "Não mesmo! Eu sou da Floresta Amazônica, nasci na floresta. Você quer tomar? Você vai passar por cima do meu caixão, porque se eu estiver vivo, eu não vou deixar, iremos brigar!"

Nessa Amazônia aqui estão os rondonienses, que são da Amazônia. A gente precisa de todos vocês, porque eles querem tomar a Amazônia.

E o "barbudinho mentiroso" está apoiando. Essa é a realidade! Não vamos! Aqui a gente não pode pensar diferente, gente. O Brasil está sendo tomado pelo comunismo, meu Deus. Essa semana, o Foro de São Paulo se reuniu, 20 países comunistas pensando, se reuniram em Brasília. Meu Deus do Céu, gente. Vamos nos atentar. Esse Brasil é nosso. Vamos nos unir. Esses embargos não podem acontecer.

Presidente, para concluir. Vamos juntos, eu e você, se tiver mais deputados, lá na sala do Agostinho saber quando... agora o dinheiro já existe, mais de R\$ 200 milhões. A gente só precisa de 70 (R\$ 70 milhões). Vamos resolver o nosso problema. São 70, para começar, nós já resolvemos o problema de vocês.

Vamos juntos lá. Qual é a data que o dinheiro vem para o Superintendente do Ibama repassar para o Incra? Repassar... comigo é no tête-à-tête. Aí eu queria fazer uma solicitação para o senhor, que eu já estou concluindo. Deixa eu lhe falar uma coisa com todo respeito, meu amigo, **(dirigindo-se ao Superintendente do Ibama)**: peça para o seu pessoal não ser truculento com o nosso povo. Eles podem chegar com toda a autoridade, sem dúvida nenhuma, **(simula um chute)** mas sem chegar com o pé na porta. Não pode, amigo. É uma solicitação que faço ao amigo, institucionalmente: um deputado federal ao nosso Ibama, que eu tenho todo o respeito por vocês. Mas, tenham também com esse povo aqui, olha.

Agradeço essa oportunidade, mas deixa eu dizer uma coisa aqui. Se eu chorar não tem problema, o meu pre-

sidente acabou de se tornar inelegível. É algo que meu coração não aceita. Um homem se tornar inelegível por não dever nada ao Brasil. Um homem que lutou, que eu falo sempre com ele, até no WhatsApp. Eu tenho o WhatsApp dele. Não foi justo o que fizeram com ele. Tiraram meu presidente por oito anos da política. Meus amigos, um momento triste para o Brasil.

Fiquem com Deus. Deus abençoe a cada um de vocês. Obrigado, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Parabéns, Deputado Chrisóstomo. A verdade emocionou a todos.

Nós temos muitos inscritos. Eu vou convidar agora o Deputado Lebrão, depois o Deputado Alan. Nós temos o Amir Lando também; o prefeito de Campo Novo. Nós temos o Deputado Rodrigo Camargo, vou anotar essa lista, e nós temos vários presidentes de associações, que nós vamos dar a fala também.

Eu vou passar agora, primeiramente, ao Deputado Lebrão.

O Deputado Crisóstomo emocionou todo mundo.

O SR. JOSÉ EURIPEDES CLEMENTE (Lebrão) - Depois desse discurso do Coronel Chrisóstomo, só me resta pedir para ele pagar um almoço para mim mais tarde. Parabenizar o Deputado pelo excelente discurso e pelo patriotismo que ele tem.

Mas, de maneira muito especial, Presidente Alex, quero cumprimentar Vossa Excelência, parabenizar pela iniciativa em realizar essa Audiência Pública, que é muito, mas muito importante para que a gente busque alternativas e possa gerar mecanismos para resolver o problema da região Norte do Brasil.

Em nome de Vossa Excelência, eu cumprimento todos os deputados que ocupam assento aqui no Parlamento do Estado, Casa que eu tive a oportunidade de ser aqui, por quatro vezes, deputado estadual. É uma honra.

Faço uma saudação especial a todos os parlamentares do Acre que nos visitam e participam desse momento importante. E mando também o nosso reconhecimento e parabenizo toda a bancada do Acre, do Amazonas, de Roraima, do Amapá que estão participando ativamente em todas as reuniões que nós estamos fazendo para resolver o problema da região Norte, de uma maneira geral, e nós aqui do Estado de Rondônia.

Em nome da Deputada Federal Cristiane, cumprimento todos os parlamentares também que ocupam o assento no Parlamento Federal e que nos honram. Para mim é uma satisfação muito grande ter a oportunidade de enriquecer os meus conhecimentos através do trabalho e do conhecimento de cada um de vocês.

Faço uma saudação especial a todas as autoridades que estão participando aqui desta Audiência para que a gente possa buscar, realmente, condições de resolver os nossos problemas de uma maneira geral. E posso dizer para vocês que não é fácil. Legislação ambiental, meio ambiente, é o tema mais discutido a nível mundial. O epicentro está aqui na Amazônia.

Quando você discute o meio ambiente no Congresso Na-

cional primeiro é citado a Amazônia, Deputada Federal Cristiane, e você sabe disso. Esquecem que o mundo queima por dia 110 milhões de barris de petróleo com 159 litros de petróleo cada barril. Incendeia a Amazônia todos os dias, se você pegar todo o petróleo consumido a nível mundial. Mas, se puxarmos somente a grande São Paulo, temos 6 milhões de veículos transitando diariamente somente São Paulo. Só a grande São Paulo queima a Amazônia uma vez por mês quando aconteciam essas queimadas que, lamentavelmente, não tem como evitar também, para falar o português claro.

Vereador Bengala, você que é vereador, que tem conhecimento de tudo, a gente discute, grandes discursos são feitos aqui, mas o problema nosso na legislação ambiental, inclusive no Código Florestal, por que nós estamos nessa situação? Quem é o responsável por isso? É o Congresso Nacional. O Congresso Nacional, é ali que se elabora e aprova as leis e, lamentavelmente, quando nós fizemos a última alteração do Código Florestal nós assassinamos a região Norte, Deputado Pedro Fernandes, Vossa Excelência que é Presidente hoje da Comissão de Meio Ambiente.

Como que um cidadão vai sobreviver em cima de uma propriedade podendo usar somente 20% do total daquela propriedade, que ele tem que preservar o restante da área sem compensação, sem indenização? É impossível. Lamentavelmente é impossível. Então, só se resolve através de leis. Hoje criticar, falar mal de deputado, criticar o trabalho que o deputado faz, é muito fácil. É bonito, às vezes, até sem conhecimento. Só que nós temos que entender que nós temos que alterar a legislação ambiental.

Eu apresentei, por exemplo, o Projeto de Lei 12.651, dia 25 de maio. O que significa esse Projeto de Lei? Ele altera o Código Florestal. Ele traz o marco temporal até a data da publicação desse projeto, Deputada Cristiane: 50% de preservação; o direito de recompor em cima de compensação florestal em qualquer um dos biomas da Amazônia; as autuações, a partir do momento que você assina o PRA (Programa de Regularização Ambiental), que na verdade é um TAC e você concluir, zera todas as autuações, elas se tornam zero. É o pagamento do trabalho que você fez. E que ainda é muito pouco para a gente manter a nossa população fixa nessa região aqui para, realmente, fazer acontecer aquilo que era colocado lá no passado, que era integração para não entregar. Coronel Chrisóstomo falou da União Europeia na Comissão de Meio Ambiente, lá na Câmara Federal. Eu sou um dos Vice-Presidentes da Comissão de Meio Ambiente. Pode ter certeza, é muito difícil. Nós temos a maioria que é ambientalista, mas que discute a Amazônia, Deputado Pedro Fernandes, sem conhecer um palmo da região Amazônica. Um palmo, eles não conhecem, mas querem discutir a Amazônia. E nós temos problemas, por quê? Nós temos que pegar toda a bancada da região Norte, da Amazônia inteira para lutar contra quantos deputados, Deputada Cristiane? É esmagadora a diferença que é feita hoje no Congresso Nacional.

O nosso país tem um tamanho continental. O Brasil é

muito grande e o Brasil só cresce para o Norte. Nós não temos outro lugar para fazer um crescimento que coloca o Brasil, realmente, na linha de frente como celeiro do mundo, como foi colocado há muitos anos atrás, Deputado Pedro Fernandes. E qual é a maneira que acharam para travar o desenvolvimento? Travando a região Norte. Então, isso cabe ao Congresso Nacional, o Senado da República.

Agora, eu não sou desanimado. Eu sou técnico. Como legislador eu quero fazer a parte técnica. Compensação de carbono, eu apresentei o 156 também para fazer a compensação de carbono. Vamos aprovar? Talvez sim, talvez não. Vai acontecer o quê? Indicação de um relator para o projeto. Pode ser emendado? Pode ser emendado. Mas, nós temos que chegar numa realidade que venha a atender, da melhor forma possível, a nossa região. E hoje, eu quero e já fiz e falei nessa última reunião que nós tivemos em Brasília - e Vossas Excelências, estava a Assembleia Legislativa quase que em peso lá -, não dá para comparar um Estado com outro.

O Estado de Rondônia não pode ser comparado com os nossos colegas hoje que representam o Estado do Acre. O Estado do Acre já esteve muito mais avançado do que o Estado de Rondônia. O Estado de Rondônia foi o segundo Estado que elaborou a nossa legislação aqui, que é a nossa famosa, que agora está aí em aproximação socioeconômica do Estado, da nossa linha de produção, não fizeram. E tiveram o desprazer de enfrentar uma Ministra sem competência, radical, que a Marina Silva, que naufragou o Estado do Acre e agora precisa recompor as suas forças, mas para acontecer tem que ter a união de todos os Estados da região Norte, senão nós não iremos avançar. E não será fácil fazer isso aí.

Então, eu quero pedir aqui, nós estamos com os nossos deputados federais, o senador que saiu, o Bagattoli. Eu tenho certeza, nós temos que apresentar uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição) de autoria de autoria coletiva. O que significa essa PEC? Descentralização do Estado. Nós temos que dar autonomia para que as Assembleias Legislativas, o Estado, através do Parlamento Estadual, possam legislar em cima de meio ambiente.

Nós não temos competência para discutir meio ambiente no Congresso Nacional. Como é que eu vou falar de meio ambiente no Estado de São Paulo? Eu vou falar do rio Tietê, que não corre, que rola? Eu vou falar do Tamanduateí que está da mesma forma? Do rio Pinheiros? Eu vou falar, por exemplo, da bacia do rio Atibaia, que dá água para que eles bebam? Eu vou falar da bacia do rio Piracicaba? Eu vou falar da bacia do Jaguari-Mirim? Eu vou falar da Praia dos Namorados, de Americana? Da Praia Azul, de Americana? Eu conheço esses pequenos problemas, mas não conheço o restante dos problemas do Estado de São Paulo.

Então, Legislação ambiental tem de ser descentralizada, tem que ser discutida pelos Parlamentos Estaduais, meu amigo Fernando Máximo, que inicia uma excelente carreira como deputado federal. Isso tem que ser feito. Vai ser fácil? Não.

Mas, eu peço para qualquer um de vocês que encabe-

cem esse projeto. Eu quero assinar como participante, para a gente fazer a coisa acontecer e manter aqueles que vieram para integrar essa região Norte; todas as nossas comunidades futuras que virão através das gerações aqui nessa região.

Porque, senão, sabe o que vai acontecer? E não precisam ter dúvida disso, não. Lá na Comissão de Meio Ambiente, o Coronel Chrisóstomo presidiu a Sessão e, realmente, ele bateu pesado. Ele só faltou esfaquear alguns daqueles europeus, lá. Mas estão querendo transformar a Amazônia numa colônia de países de primeiro mundo e isso nós não podemos deixar acontecer; porque, se depender da maioria de muitos parlamentares brasileiros, isso certamente irá acontecer.

Então, a responsabilidade nossa é muito grande, mas eu faço aqui, eu peço aqui, faço um apelo ao Superintendente do Ibama - aqui está o Doutor Marco, que eu tive a oportunidade de viajar com ele, discutindo o meio ambiente daqui para Brasília, esses dias -, bom senso. É preciso que haja bom senso. E para que haja bom senso é preciso fechar olhos para algumas coisas nesse momento.

E eu sei que é não é fácil. Mas, se isso não acontecer, certamente, o que vocês viram acontecer, por exemplo, com os nossos garimpeiros aí, que hoje estão à deriva, todas as balsas, pequenas balsas, na maioria familiar, atracadas na lateral do rio Madeira. Os jovens que estavam fazendo faculdade, hoje voltaram para casa, porque não têm condições mais, Prefeito Alexandre, de pagar as suas mensalidades, mas eles têm uma parte, um ponto a favor deles: eles têm as facções criminosas, eles têm o narcotráfico recrutando jovens para aumentar a criminalidade no nosso Estado. E nós não queremos que isso aconteça.

E para não acontecer, é importante, Deputado Redano, fazer exatamente aquilo que Vossa Excelência está fazendo juntamente com a bancada estadual, convocando, mobilizando toda a bancada da região Norte. E aquilo que acontecerá lá em Brasília, é preciso a presença maciça de todos aqueles que nos representam no Congresso Nacional, Deputado Fernando Máximo, para a gente, realmente, pegar e falar com o Presidente Lula, para que a gente possa frear.

Nós não podemos aceitar, de maneira nenhuma, essa vingança da derrota que a esquerda teve aqui na região Norte, pagando com o sangue de homens e mulheres de mãos calejadas que transformaram este Estado. Então, dessa forma nós vamos conseguir atingir um objetivo que não será fácil ser alcançado. Mas, dentro de uma unidade, certamente nós alcançaremos. Me coloco mais uma vez aqui, à disposição de cada um de vocês.

Estou finalizando minha história política no Congresso Nacional como Deputado Federal, mas tive o prazer de ocupar, por cinco vezes consecutivas, quatro no Parlamento Estadual, um no Executivo do município onde eu me lancei na política, mas fazendo da melhor forma possível o meu trabalho. Um abraço a todos vocês. Muito obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Obrigado, Deputado Federal Lebrão. Eu já coloco aqui a equipe técnica para anotar esse encaminhamento. Eu também sugiro a mesma coisa, a união dos deputados estaduais — são mais de 250 — e a tentativa de união dos 91 deputados federais da região Norte. Vamos nos unir!

E esse movimento, eu tenho certeza, muitos que estão aqui irão também a Brasília. E vamos pressionar os demais deputados federais do resto do país a fazer essa alteração, que seria a salvação do Estado de Rondônia. Deputados federais Fernando Máximo, Cristiane, Lebrão, vamos abraçar a causa. O Senador Bagattoli se ausentou, mas com certeza apoia. Senador Marcos Rogério também ligou, apoia; Deputado federal Chrisóstomo. Passo a palavra agora ao nobre deputado, grande companheiro, defensor do agro, defensor do homem do campo, o Deputado Alan Queiroz.

O SR. ALAN QUEIROZ - Gente, bom dia a todos, boa tarde, iniciando já a tarde. Cumprimentar todas as autoridades aqui presentes, em nome do nosso Presidente, parceiro e preocupado em resolver essa questão. Quero te parabenizar, Deputado Alex Redano, em nome dos demais 23 deputados, toda a sua atuação em defender essa pauta.

Cumprimentar nossos deputados federais, a importância de eles estarem aqui também. E em nome da Deputada Federal Cristiane Lopes, que foi vereadora comigo. Deputada federal que fez um grande pronunciamento lá na nossa pauta em Brasília, onde estávamos com os representantes do governo federal.

E aqui, Deputada Cristiane, eu vou te fazer já um pedido de encaminhamento para toda a bancada federal. Eu acho que a gente precisa, na Audiência Pública, gente, ser propositivo. Acho que os discursos são importantes, mas a gente tem que direcionar as nossas ideias e opiniões. E foi importante o que a gente ouviu aqui.

Cumprimentar todas as pessoas que aqui estão. Cumprimentar o tio Valdir, que veio lá de Ariquemes, que está aqui com a gente; o Diogo. Quero cumprimentar todos. Importante vocês estarem aqui.

Quero rapidamente, fazer uma breve síntese, muito rápido mesmo, breve do que aconteceu lá em Brasília, quando nós tivemos uma Audiência Pública. Estava toda a bancada federal e 20 deputados, dos 24 deputados estaduais, 20 deputados estaduais estavam em Brasília. Foi uma pauta debatida intensamente. Vereador Bengala estava lá também, representando Porto Velho. E a pauta, gente, na verdade, para ser muito objetivo, o que o governo federal coloca de forma muito clara? Que precisa cessar urgentemente o desmatamento.

Rondônia, hoje, só perde para o Pará em desmatamento no país. Então, a gente precisa, nós produtores — e eu me coloco também como produtor — precisamos também ser fiscais, principalmente, com aqueles que depreciam o meio ambiente de forma irresponsável. E cuidar daqueles que já o fizeram em muitos momentos sem o conhecimento, porque queriam produzir nas suas terras e cuidar desses agora, com outro olhar. E dessa forma

aqui vai, Presidente, a nossa sugestão.

Ouvi aqui muitas pessoas que foram muito felizes com o que falaram. Em especial, uma pessoa que talvez nem seja produtor, que é a juíza Euma Tourinho. E ela fala com muito conhecimento no sentido de que Rondônia não pode ser coadjuvante. E não é. Rondônia cresceu sozinho. O agro cresceu sozinho, porque muito pouco a gente teve de políticas públicas voltadas ao crescimento do agro. A gente foi meio que no peito e na raça. E nós não podemos deixar, nem baixar a cabeça, nem desanimar.

Há possibilidade, sim, construída com inteligência e com união. E aqui vai, Presidente, uma sugestão. Gostaria que fosse registrada. Precisamos fazer algumas alterações de legislação, Deputado Federal Lebrão, que foi companheiro meu de Parlamento aqui nesta Casa, no mandato passado. E para a gente começar, não adianta querer resolver todo o problema, que a gente não vai conseguir. E todo o discurso que hoje aqui teve, falaram em um pequeno agricultor, e eu também acredito que seja o ponto mais fraco da corda. E eu acho que é para eles que temos que iniciar as mudanças na legislação.

Não é possível um pequeno produtor apenas produzir em 20% da sua área. Temos que pensar em áreas de até quatro módulos, que seria em torno de 240 hectares, ter uma legislação que permita eles trabalharem em 50% da sua área. E dentro desses 50%, aqueles que já estenderam a degradação da terra, ou seja, se eles derrubaram mais de 50%, temos que ter uma política pública, não de governo, uma política pública, para que a gente possa reflorestar essa área com plantas produtivas.

Hoje, já é permitido o cacau, o açaí e assim por diante. Temos que inserir também o café. É possível a gente inserir o café em área de reflorestamento. E a gente pode fazer com que o produtor nosso diversifique a sua produção. Esse é o caminho. Começar dessa forma. Deputado Lebrão, enquanto a gente não consegue, que essa legislação seja trabalhada aqui no Estado de Rondônia, com as leis estaduais. Enquanto há condição, hoje, de ser apresentado a nível federal, vai esse encaminhamento, essa nossa sugestão, Senhor Presidente.

E parabenizar aqui o Coronel Chrisóstomo. Quando estive lá em Brasília, falei também exatamente das usinas do Madeira. As usinas do Madeira causaram um impacto ambiental gigantesco no nosso Estado, em especial em Porto Velho, onde hoje é considerada a área que está sendo mais danificada com relação ao desmatamento. E ali, Coronel Chrisóstomo, eu falei exatamente das compensações das usinas do Madeira e devem ser direcionadas, de fato, onde houve os impactos. A arrecadação que se teve daqui tem que ser destinada para cá. E Vossa Excelência, de forma muito sábia, consegui colocar que esse recurso seja destinado ao nosso povo.

Portanto, quero registrar aqui, Senhor Presidente, a nossa fala. Defendo, sim, o grande produtor. Defendo o pecuarista, o agro precisa ser olhado de forma carinhosa, mas eu tenho certeza: os maiores têm condição de pagar

uma área que esteja de reserva para poder compensar o reflorestamento. Mas o pequeno, não. O pequeno mal consegue viver. E é nesse que nós precisamos começar. É daí que se começam as mudanças necessárias para a gente, de fato, ter o nosso Estado com a capacidade de produção.

E, principalmente, com a regularização fundiária e termos a consciência de que nós podemos ainda, cada vez mais, produzir e, de fato, ser o nosso Estado que todo mundo espera, que é de fato o crescimento de forma geral, não só no agro. Avançou o agro, todo mundo ganha com isso.

Finalizo aqui, parabéns a todos por estarem aqui com a gente, e a gente possa, a partir daqui, ter outras ideias. E a gente pede isso para vocês: contribuam. Vocês que estão lá na ponta, de repente, trazem muito mais ideias do que a gente, que muitas vezes está distante, está bom?

Muito obrigado. Fiquem todos com Deus.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Parabéns, Deputado Alan. Boa propositura.

Agradecer a presença do ex-deputado federal Lindomar Garçon. E falar para vocês que nós estamos com essa sala aqui, nós temos mais duas salas aqui na Assembleia, no segundo andar, que a população está lá presente — não coube, no momento, todo mundo —, estão assistindo pelo telão. Sejam também bem-vindos.

Agora, a fala será franqueada nosso eterno senador, eterno Ministro Amir Lando. Logo após, nosso querido prefeito de Campo Novo e, logo após, Deputado Delegado Camargo. Já são 15 minutos para as 13 horas, vamos nos ater aos dois minutos. Com a palavra, nosso querido amigo Amir Lando. Esse homem entende muito, viu?

O SR. AMIR FRANCISCO LANDO - Quero cumprimentar a Mesa, na pessoa do Deputado Alex Redano; estendendo à bancada federal, especialmente em nome do Deputado Lebrão, meu amigo de 40 anos.

Meus amigos, a situação é caótica no Estado de Rondônia. Nós temos dois pontos, que são conexos, mas diversos: a questão fundiária e a questão ambiental. Não é apenas regularizando que nós vamos resolver a questão ambiental. Há uma lei draconiana, brutal, em cima dessa questão do meio ambiente. Será que nós viemos para a Amazônia para ocupar e tornar esse pedaço do Brasil, nação brasileira? Com o nosso esforço, com trabalho, com suor e sangue derramado ao longo das linhas da colonização.

Essa gente, hoje, está sendo tratada como delinquente ambiental, quando deveria ser saudado, como foi no passado os heróis do sertão. Nós temos que olhar por dois pontos. Em primeiro lugar, a legislação vigente. O que se pode abstrair? O que se pode parar com essa agressão do Ibama? Tem muita coisa aqui que eu queria, nesse momento, destacar. Em primeiro lugar, nós começamos essa colonização nos anos de 1970. Aqui chegava eu também, em 1970, como advogado. Na

época, IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária), depois Inbra.

Assentamos pessoas vindas de todo o Brasil, de panelas vazias, esperança no coração e, sobretudo, o desejo de trabalhar e aqui criar o seu lar, a sua casa. Aqui nasceram seus filhos, aqui estão as suas esperanças. Aqui estão, sobretudo, seus amores. Aqui estão os compromissos com essa terra e com o país. E essa gente, nós temos que tratar com uma legislação em primeiro lugar. A grande maioria lá atrás era sobre a vigência do Código Florestal anterior, a Lei 4.771, que estabelecia o limite de 50%. Esse é o limite. Cada caso é um caso. Não se pode passar o trator de esteira em cima de todos com 20%. Não é nada disso.

Nós temos aqui o zoneamento econômico-ecológico. Esse zoneamento foi aprovado pela Lei Complementar 233/2000, da Assembleia Legislativa. E o que diz? Aqui estabelece outros limites. Por exemplo, ao longo da BR-364, até chegar lá em Cerejeiras, nós temos 80% que podem ser derrubados. Mas, 20% preservados. E ainda há possibilidade da compensação.

Então, não é criminalizar simplesmente quem derrubou mais ou menos, é respeitar a legislação. Nós vivemos em um estado democrático de direito e a lei tem que ser respeitada. Na democracia, quem governa são as leis, não são as pessoas. As pessoas passam. A lei, o Estado, a nação permanecem.

E nós, que aqui estamos hoje, eu queria dizer que esse é o começo de uma nova caminhada. Aqui é uma senda para a defesa da Amazônia e dos amazônidas, de todos que aqui estão. Aqui começa pela união dos nossos deputados estaduais, federais, e certamente dos outros Estados, a defesa do interesse da nossa gente.

Somos 28 milhões de habitantes. E o primeiro direito é o direito à vida, e a vida é o trabalho. É exatamente pelo trabalho que a gente vai provendo a nossa vida. Não podemos agora simplesmente parar. Nós não viemos aqui para voltar, nós vamos permanecer sobre a nossa vontade de dizer: "Esta terra é nossa. Aqui nasceram os meus filhos. Aqui eu piso com força, porque esse território é brasileiro".

Queria dizer para o Deputado Federal Chrisóstomo que, já no Parlamento alemão, há mais de 30 anos, eu ouvi esse mesmo discurso: "A Amazônia não é dos brasileiros. A Amazônia é do mundo. A Amazônia é nossa, porque nós temos tecnologia para explorar". Mas eu, naquele momento, como senador, disse: "Jamais. A Amazônia é dos brasileiros". E quem está lá vai ter que eliminar essa gente que veio para ocupar e não para voltar para o Sul, para o seu torrão de origem.

Nós estamos aqui para dizer que a legislação é essa, é a legislação do nosso Estado. Vamos respeitar o nosso zoneamento econômico-ecológico. Vamos respeitar o que está escrito, e não é do jeito que querem, simplesmente com a história de 20%, olhando apenas o presente como se nós não tivéssemos história, como se nós fôssemos imbecis. Só os imbecis é que esquecem a sua história.

E é por isso que nós vamos defender com aquilo que temos à mão. E vamos pensar, claro, numa modificação

legislativa, vamos pensar em soluções de lege ferenda. Eu acho que nós temos que ver esse marco temporal por um ângulo que realmente estabeleça um equilíbrio entre preservação e compensação. Não compensação da área que foi derrubada, mas compensação pela preservação. Quem preserva merece também ter a recompensa. E é por esse caminho que nós temos que estabelecer um novo marco que combine as duas coisas, porque não pode ser apenas um lado que recebe a obrigação e o outro fica exonerado.

Então, meus amigos, não queremos um tratamento desigual. Nós queremos, sobretudo, que se respeite a lei no tempo. E está escrito no Código Florestal, no artigo 69, que a lei deve ser aplicada em cada caso de acordo com o tempo que aconteceu o fato do desmatamento. Então, não é assim! Alto lá! Como temos uma lei que nos defende, vamos usar o pouco que temos e vamos buscar o mais que é necessário. E é isso, a nossa bancada federal. É o teu projeto, Deputado Lebrão. Parece-me, assim, muito sábio nesse sentido. Ele encaminha uma solução. Vamos lutar. Eu acho que a população é que realmente decide. E hoje Rondônia está aqui presente, unida de pessoas de todos os recantos, os nossos municípios estão aqui trazendo o seu apoio. Pode-se dizer hoje que Rondônia está em assembleia na Assembleia Legislativa. E, para terminar, eu queria apenas dizer, só para concluir, a questão fundiária tem que ser olhada de acordo com a lei, de acordo com a nossa legislação. Nós não somos mais território, nós não somos apenas um estamento da União, uma autarquia da União. Nós temos aqui as nossas terras devolutas, o Estado tem que assumir. São 150 quilômetros a partir da divisa com a Bolívia, são da União, as terras devolutas. As outras, são do Estado. Veja, é tão absurdo que a União propôs e aprovou a Lei 13.465, de 2017, doando para o Estado terras que eram do Estado. Isso é uma vergonha. É um acinte quanto a nossa dignidade federativa. Ou a gente defende o nosso Estado e a nossa dignidade de ser um Estado federado, ou seremos tratados de maneira covarde e vil como se fôssemos nada nessa União. As terras são nossas, foram transcritas indevidamente. A União abocanhou e abocanha ainda as terras dos Estados, transcrevendo em nome do União, ferindo a Constituição que diz o que é do Estado e da União está partilhado, está escrito nessa grande escritura que é a Constituição Federal. Temos muito a fazer.

Ademais, as reservas da União têm que ser declaradas por leis federais. As reservas estaduais têm que ser declaradas por leis daqui do Estado de Rondônia. Não é por Decreto, não é uma pessoa só que define. É a nação reunida no Congresso ou é o Estado reunido na Assembleia.

Teria muito o que discutir, mas dizer: a regularização depende em grande parte, do Estado. Não vamos esperar o Incra, o Incra está naquela situação, de "cobiçando a mulher alheia", e não é isso que a gente pensa. O Incra está dando o que não é dele, está registrando o que não é dele. O Incra está cada vez mais se apropriando das terras do nosso Estado. "Dai a César o que é de César,

dai a Deus o que é de Deus".
Muito obrigado.

(Às 12 horas e 56 minutos, o Senhor Alex Redano passa a Presidência à Senhora Dr^a Taíssa)

A SRA. DRA. TAÍSSA (Presidente) – Obrigado, nosso eterno ministro.

Aproveitar agora, para convidar o nosso Prefeito de Campo Novo de Rondônia, Alexandre, da nossa região, Deputado Delegado Lucas também que é o delegado de lá. Prefeito.

O SR. ALEXANDRE JOSÉ SILVESTRE DIAS - Bom dia a todos. Em nome do Deputado Alex Redano quero cumprimentar a Mesa. Quero cumprimentar, em nome do meu vizinho Roni, todos os prefeitos; em nome do Vereador Gerson, todos vereadores aqui presentes.

Venho aqui dizer que a população de Campo Novo de Rondônia está muito aflita com essa situação. Hoje, Campo Novo de Rondônia vive toda semana uma operação. Inclusive, quero dirigir minhas palavras ao Superintendente do Ibama, Senhor César Luiz, que nós estamos abertos ao diálogo. Que o Ibama, como órgão federal, nunca se aproximou da nossa população para conversar e dizer o que eles esperam.

O povo de Campo Novo de Rondônia é um povo ordeiro, um povo trabalhador, um povo honesto, que merece respeito. Eu vi um senhor de idade chorar, porque o Ibama estava lá fazendo o trabalho deles, e esse senhor olhar para o servidor do Ibama e falar que é um trabalhador e esse funcionário -arrogante, autoritário, do Ibama, vestido com essa farda -, falar que eles eram todos vagabundos.

Isso nós não vamos tolerar dentro de Campo Novo de Rondônia. Nós vamos, sempre que tiver uma notícia assim, emitir uma Nota de Repúdio mesmo, em defesa da nossa população, em defesa dos nossos servidores, em defesa do nosso agro, nossos produtores em geral.

As últimas duas operações que houve dentro de Campo Novo de Rondônia em menos de 30 dias, duas PCs (pás carregadeiras) foram queimadas em áreas particulares com fácil acesso de retirada. Por que não deram a chance de retirar esse maquinário? E no mais, ainda saiu uma notícia, que estava em reserva. Não estava em reserva.

Nós pedimos respeito, nós pedimos diálogo. Nós estamos abertos ao diálogo, é o que eu passo. Os garimpeiros têm sofrido muito. Garimpeiro não é bandido. Se tem parte de garimpo dentro do Estado, legalizado, lá no Campo Novo de Rondônia também tem a possibilidade de ser legalizado. Esse dinheiro que o governo federal arrecada de outros países tem que chegar até os municípios, dando condições para que o município apresente algum programa para que possa ser reflorestado, para que eles possam cumprir com o Código Ambiental.

Há pouco tempo, na última operação que o Ibama teve no nosso município, penúltima, porque na semana passada eles estavam lá com dois helicópteros, nós perdemos um pioneiro de Campo Novo de Rondônia. E não foi

só esse pioneiro, foi um pai, trabalhador, honesto, ordeiro, e seu filho de 28 anos de idade. O Ibama chegou lá, queimou uma máquina e esse pessoal foi à noite tentar salvar o pouco que restava. E estes homens morreram eletrocutados. Uma grande perda para o meu município. Uma grande perda para o meu município.

Então, é isso que nós pedimos, Superintendente. Eu estou à disposição para o dia em que o Ibama chegar e quiser um diálogo com essa gente. Falem para a população o que vocês querem e eu garanto, e dou minha palavra, que todos vão parar para ouvi-los. E ordenem que o seu pessoal tenha respeito com a população, igual ao que o Coronel Chrisóstomo frisou. É só isso que nós pedimos.

Ninguém quer infringir a lei. Garimpeiro não é vagabundo. Garimpeiro não é bandido. Mas, nós temos que saber exatamente o que vocês querem. Quando chegam no nosso município tudo se amedronta. Ninguém nunca chegou e falou quer uma reunião, que quer um diálogo com dois, três representantes do garimpo, representantes do agro, absolutamente nada. E o senhor sabe que com diálogo fica tudo mais fácil. Fica tudo mais controlado.

Então, eu, Alexandre Dias, Prefeito de Campo Novo de Rondônia, em nome dos garimpeiros, em nome do pecuarista, em nome do agro, peço, pelo amor de Deus, que o senhor pense nisso que eu acabo de falar e me coloco à disposição do senhor.

Eu sei que nós não podemos levar muita gente, mas marca uma reunião, pelo menos com a liderança, para a gente saber o que realmente o Ibama espera dos garimpeiros e do agro do meu município.

Convidar meu amigo Roni, que estamos sempre aí também nessa luta, pessoal do Minas Novas, pessoal do Rio Pardo, nós estamos sempre à disposição. No mais, muito obrigado e parabéns a todos os deputados que estão engajados nessa luta.

(Às 13 horas e 02 minutos, a Senhora Dr^a Taíssa passa a Presidência ao Senhor Alex Redano)

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Parabéns pelas palavras, meu amigo, Prefeito Alexandre, prefeito de Campo Novo.

Quero cumprimentar mais uma vez, está aqui o Giovan Damo, Roni Irmãozinho, todos os prefeitos apoiando o homem do campo.

Convidar para o uso da fala, meu colega de Parlamento, nós que somos do Partido Republicanos, Deputado Rodrigo Camargo.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Senhores, acordem. O que está diante dos nossos olhos é a maior operação já em curso de confisco de propriedades rurais, travestidas de um discurso politicamente correto chamado "preservação ambiental".

Olhem para este mapa. Esses pontinhos vermelhos são áreas notificadas do Estado de Rondônia, nas quais há notificação do Ibama.

(Apresentação de slide no telão)

Eu quero aproveitar esse momento para cumprimentar o proponente dessa Audiência Pública, o Deputado Alex Redano, por meio do qual cumprimento todos os meus colegas de Parlamento aqui presentes.

Na pessoa da minha amada e querida esposa, Larissa Camargo, eu cumprimento a todos aqueles que nos acompanham através da rede mundial de computadores. Quero cumprimentar, através da Tânia, todo o pessoal que atua na área do garimpo; através do Paulão, da Supremax, os demais pecuaristas.

Eu sempre digo isso e repito: "A moderação na defesa da verdade é um serviço prestado à mentira". Uma frase do professor Olavo de Carvalho. Vou repetir: "A moderação na defesa da verdade é um serviço prestado à mentira". E é por isso que eu já digo para os senhores: não esperem ouvir de mim, jamais, um discurso politicamente correto, porque essa é a forma mais covarde de uma pessoa prestar um serviço à mentira.

Então, para que eu não tenha aquele sentimento, mesmo que eu vim da viagem de Brasília, quando tivemos uma reunião com o Rodrigo, Presidente do Ibama, o sentimento que agora "ferrou geral", Augustinho, Rodrigo Augustinho, "ferrou geral". E para que nós não cheguemos aqui, mais uma vez: nós trilhamos aquele caminho do nada, para lugar nenhum, que é o que me parece, eu vou trazer alguns cenários para os senhores e, no final, vou ser assertivo e vou propor algumas estratégias que eu acho que dão certo ainda. Já está quase irreversível isso, mas eu me debrucei sobre a Instrução Normativa nº 15, do Ibama, que é o que está amparando esses embargos.

Tem que ter um amparo jurídico para o que eles estão fazendo e é essa Instrução aqui, eu vou falar sobre ela. Então eu vou pedir vênua, Presidente Redano, eu vou usar um pouquinho mais que os três minutos, porque eu preciso alertá-los e deixar registrado aqui nesta Casa o que vão fazer conosco se nada for feito.

Desde já, eu quero dizer que faz 13 anos que eu sou Delegado de Polícia, e há 13 anos eu combato o crime. Então, eu não vou aqui, passar pano ou seda para quem desmatou e quem cometeu um crime ambiental. Não é isso que está aqui em curso. Nós vamos falar sobre outra questão que eu quero alertar vocês.

Por gentileza, coloca na tela a segunda imagem.

Relatório da ONU (Organização das Nações Unidas). Olha a data: dia 27. Revela aumento de crimes ambientais na Amazônia impulsionados por quem? Pelo agricultor? Não. Pelo garimpo? Não. Pelo Agronegócio? Não. PCC (Primeiro Comando da Capital) e Comando Vermelho. Hoje, o maior desmatador não é o produtor rural. Vamos deixar de criancice aqui. É o crime organizado que se utiliza da BR-364 para escoar cocaína, vindo aqui de uma região chamada El Chape, na Bolívia. E pegam esse grande corredor, chamado BR-364, com grande escoamento de soja, de grãos, de madeira. Com falta de fiscalização e antes, o PCC utilizava esse transporte para escoar a droga. Agora, são eles mesmos desmatando e

ganham duas vezes: com o transporte da droga e com o desmatamento.

Então, vamos começar botando os pingos nos "is". Segundo ponto que eu gostaria de tratar aqui, vocês devem ter visto e eu voltei assim quase que paralisado de Brasília, porque o meu sentimento era que nós saímos do nada para lugar nenhum. O governo do PT (Partido dos Trabalhadores), esse desgoverno comuno-larápio, já falou que para conter esse desmatamento ele vai cancelar - vou falar de novo, se você não prestou atenção -, o PT vai cancelar todos os registros de cadastros de propriedades que estiverem sobrepostas a terras públicas. E segundo eles, isso faz parte do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia. Calma, que tem mais. Esse plano vingativo desse governo comuno-petista, eles vão reabrir 3.500 processos administrativos de supostos desmatamento ilegais. Inclusive, aqueles anteriores a 2008.

Tem mais. Eu ouvi, ninguém me contou. Eu sou testemunha disso. O plano desse desgoverno é criar mais três milhões de hectares em reservas até 2027. Para por aí? Não, não para. Na reunião que nós tivemos com a bancada federal e estadual, lá em Brasília - desculpa, na Audiência proposta pelo Senador Jaime -, eu vi o Garo (Garo Joseph Batmanian), lá falando. Quem é o Garo? Ele é Diretor-Geral do Serviço Florestal do PT, do Governo Federal. Segundo ele, eles pretendem recuperar mais doze milhões de hectares. Só que não diz o que é esse "recuperar". Como vai se dar. Vai vendo.

Vocês têm visto que aqui, eu vou trazer alguns impactos para vocês. Primeiro, sabe como é que estão sendo feitos os embargos? Deixa-me dar uma "partezinha" prática aqui, que ninguém falou. Não está indo nenhum fiscal examinar. Não, não. É de forma remota, por satélite, eles pegam uma imagem de 2008, sobrepõe com a imagem agora, e se tiver o desmatamento, eles já embargam. E sabe como é que se dá esse embargo, de forma remota, por satélite? Eles publicam no Diário Oficial. Levanta a mão aqui, quem olha todos os dias o Diário Oficial. Levanta a mão. Ninguém, não é?

Aí, eles publicaram no Diário Oficial que a tua área está embargada e você não sabe, porque você não acompanha o Diário Oficial. Logo na sequência, depois do embargo, vem também uma notificação para você retirar os animais de lá. "Rodrigo, tu estás tirando isso da tua cabeça?" Não, meu filho. Isso aqui é da Instrução nº 15. Passados alguns dias, eles mandam você retirar o seu gado, seus animais da área embargada. Como que faz essa notificação? Diário Oficial. Você acompanha o Diário Oficial? Não.

Então, eles já chegam lá, apreendendo os seus animais. E você não pode fazer nada, porque foi publicado no Diário Oficial. Você teve prazo para recorrer, você não recorreu e foi. "Tudo isso está onde, Rodrigo, tu tiraste da tua cabeça?" Não, meu filho. Está aqui, Instrução Normativa nº 15.

Qual é a estratégia, deputado, para a gente combater isso aqui? Vamos lá, primeira estratégia, vamos falar a verdade aqui. Primeira estratégia: procure um advoga-

do, procure um advogado. Primeiro, para entrar com uma ação notificando, processando o governo federal e o Ibama, em 1º Grau. Tem que ser individual, não adianta você juntar um monte de associação, produtor, e entrar com ação coletiva. Isso não dá certo. É individual. Entra com uma ação contra o Ibama, contra o governo federal para que eles digam se a área de vocês é objeto de embargo.

Eles vão ter que se manifestar, ação judicial vai por mim, 1º Grau. Essa é a estratégia. Vão responder. Logo na sequência, você já entra com alguma liminar, aí você vai ter que fazer consulta com o seu advogado. Pedindo que, enquanto não seja visto o contraditório e ampla defesa, o governo federal se abstenha de apreender qualquer produto, lá dentro da tua propriedade.

E eu quero dizer que isso tem vários impactos, sabe por quê? Eles vão apreender o teu gado, e tu vais pensar: "Ah, vou vender o gado para o frigorífico". Não pode. Uma associação da Febraban (Federação Brasileira de Bancos) - que são os maiores bancos do país: Itaú; Banco Santander; Caixa Econômica Federal -, já chegaram ao acordo dizendo que não vão financiar abatedouros que comprem gado de área embargada. Já começou por aí.

Aí tu vais tirar o teu gado e vais tentar mandar para uma propriedade rural do teu amigo. Não pode, porque se não a área dele vai ficar embargada também. "Então, eu vou fazer o que com o gado?" Pois é, eles vão apreender o teu gado. É que tu não entendeste ainda a gravidade da coisa. Está se tornando irreversível.

Para de criancice. Está estourando. Esse país está se tornando comunista. Para. Para. Para. "Rodrigo, aonde mais vai acontecer?" Escuta o que eu estou falando, pessoal da Aprosoja. Vai vir o Plano Safra agora. Crédito rural. O produtor não vai poder dar a sua área como garantia desse crédito. Eles vão fechar a torneira do financiamento do agronegócio. É assim que se acaba com o agronegócio. Gente, tem que estudar, é assim.

Então, tem que ter algumas estratégias, a primeira eu já estou trazendo: ação individual contra o Ibama e contra o governo federal em juízo de 1º Grau - primeira estratégia. Segunda estratégia: o que está amparando tudo isso aí que o Ibama está fazendo? Essa Instrução Normativa nº 15. "Rodrigo, como é que pode, deputado, revogar essa Portaria?" Já mandei lá para o gabinete do Senador Jaime Bagattoli. Só quem pode suspender atos que exorbitam a competência, neste caso aqui, o Senado. Já mandei para o Senador Jaime.

E na Audiência Pública que eu fui lá no Senado, eu falei: "Senador, propõe a suspensão. Só o Senado que pode propor." Porque no momento que você tira essa Instrução Normativa, tudo que eles fizeram é abuso de autoridade, compreende? São estratégias que a gente precisa aqui traçar. Então eu gostaria... Bota aquela imagem número um lá, por favor, das áreas de embargadas, só para a gente terminar aqui. Eu não quero me estender, mas eu preciso deixar algumas estratégias para vocês aqui. Bota lá na primeira. É isso, o mapinha.

Ali está o mapinha de Rondônia, estão vendo? Aqueles

pontinhos vermelhos eu já falei o que são, áreas com notificações ambientais. Beleza. Agora você pega essas áreas de vermelho, aí sobrou aquele pouquinho lá de branco. Agora você pensa: o que desse branquinho aí vai ser área do MST (Movimento dos Sem-Terra), o que é a área de demarcada como reserva indígena, os quilombos, reservas ambientais estaduais... Falando nisso, eu quero mandar um recado aqui, vou aproveitar essa oportunidade: o senhor traiu, por duas vezes, o povo de Ariquemes e o Estado de Rondônia ao criar 11 reservas florestais aqui nesse Estado, Senador Confúcio Moura. O senhor não me representa.

Eu não compactuo com diplomacia das sombras. Eu não compactuo com diplomacia das sombras e não espere de mim aquilo que é politicamente correto. Meu compromisso é com a verdade.

Segunda estratégia — já falei a primeira, ação individual em juízo de 1º Grau —, falei a segunda: que nós temos que correr atrás para suspender essa Instrução Normativa aqui. E, por fim, senhores, uma outra estratégia que eu acredito que, essa sim, aí a longo prazo — as que eu falei até agora, de curto prazo —, longo prazo. “Ah, regularização fundiária é legal?” É, mas é a longo prazo demora, envolve dinheiro. Não, não tem mais tempo para isso.

Não tem mais tempo. Regularização fundiária vai demorar, para. Para. Vamos pensar em coisa a curto prazo. “Ah, e mudança do Marco Regulatório?” Misericórdia. Você vai levar um tempão lá no Congresso, cara. Então, se a gente não tiver isso aqui, que está tendo aqui, que se chama mobilização de massa - isso se chama mobilização de massa - é isso o que faz o político se movimentar. Mobilização de massa. Se não juntar... Cadê os governadores de Estado? Só vejo deputados. Então, senhores, isso aqui é importante, mobilização de massa. Mobilização de massa.

Por fim, eu vou depois gravar um vídeo — eu digo quais são as minhas outras estratégias que eu gostaria que vocês colocassem —, mas o futuro do nosso país, o futuro do Estado de Rondônia, depende de uma geração de políticos corajosos, que tenham no coração os valores cristãos como baliza das suas condutas. E que saibam, principalmente, recusar-se a servir de instrumento ao, talvez, a mais perversa trama que a esquerda já fez, que é tomar a propriedade das pessoas. E é por isso, senhores, que eu rogo que o nosso Senhor Jesus Cristo nos abençoe. Preparemos o nosso cavalo para batalha, mas ciente que somente Ele dá a vitória.

E é por isso que, esse momento, eu peço que você tome a posição em pé, que nós vamos honrar aquele que pode ser honrado. Porque somente Ele é que pode dar sabedoria para, um dia, nós sairmos da situação em que nos encontramos. Por favor. Está bom?

Pai amado, Pai querido, Pai bondoso. Nós queremos hoje te louvar, te agradecer pelo sopro da vida. Obrigado pela oportunidade de mais uma vez estar aqui, proclamando que eu creio na tua palavra e na tua presença viva entre nós. Eu te peço, Senhor, que Tu derrubes as tuas bênçãos e a tua graça sobre essa Casa de Leis, sobre

cada produtor que veio aqui com alguma esperança em seu coração. Somente Tu é digno de aplauso, somente Tu é digno de todo o louvor. Por isso, Senhor, me faz cada vez menor, pela tua face resplandecer. Eu preciso, Senhor, neste momento, que Tu visites todos aqueles que têm alguma responsabilidade pública sobre essa nação. Aquebrante o coração deles. E saiba, Senhor, que, aqui no Brasil, nós cremos em Ti, ó Pai amado. E é por isso que todos aqueles, assim como eu, dizem amém.

Para finalizar, senhores, por favor não batam palma para mim, que somente Ele é digno de palmas. Então assim, tem uma frase muito importante do Professor Olavo de Carvalho, que ele finaliza dizendo assim: “Não parar, não precipitar e não retroceder”. Deus abençoe a nossa nação. Contem comigo, eu estou aqui na trincheira, pronto para o combate. Vamos em frente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Parabéns meu colega, meu companheiro de partido, Deputado Delegado Camargo, belíssimo discurso.

Convido agora... seria o Deputado Delegado Lucas, ele pediu para convidar a população. Convido o Senhor José Carlos Teixeira de Oliveira, Presidente da Associação dos Ruralistas do Município de Buritituba - ARB.

Minha amiga Eva Lídia, Reserva das Flores.

Vou deixar mais algumas pessoas que quiserem fazer perguntas, deixar mais algumas perguntas porque, quando ele for falar, ele já poder responder. Se todo mundo está satisfeito. Tranquilo? Eu tenho muitos inscritos aqui. Pode pular um pouquinho? Autorizado? Deixa comigo. Vou, então, fazer o seguinte... é que eu tenho medo do pessoal ficar chateado. Está o Vereador Bengala. Então, ele está representando você, Bengala? Você vai falar, não é? Vou chamar o Vereador Bengala depois em seguida, aí os deputados que faltam, o Deputado Delegado Lucas e o... Vossa Excelência abre mão? O Deputado Delegado Lucas abriu mão. A Deputada Lebrinha abriu mão também. A Sedam abriu mão também? A Sedam vai falar, não é? Ibama e Sedam vão falar.

Vamos fazer o seguinte: José Teixeira, em seguida o Vereador Bengala. É rápido, Bengala. E aí nós passamos para a Sedam. Thatiane abre mão? Não abre? Tá. Vocês vão mandando aqui no meu Whats. José Carlos Teixeira, por dois minutos.

O SR. JOSÉ CARLOS TEIXEIRA DE OLIVEIRA - Boa tarde a todos. Para mim é uma oportunidade única estar aqui. Quero agradecer a Deus por essa oportunidade a mim conferida. Quero cumprimentar toda a bancada estadual e a bancada federal e dizer que não nos abandonem, que nós dependemos da bancada, porque diz que a lei emana do povo e nós, através do nosso voto popular, emanamos o nosso voto aos senhores, a Vossas Excelências.

Queria dizer também aqui para todos os nossos parlamentares que não podemos deixar que resoluções do Ibama submeta a lei, ela é inferior à lei. Como que uma resolução vai abater uma lei? Que país que nós estamos?

Então, eu acho que é complicado, no meu ponto de vista. Quero também aqui pedir de coração a todos nós presentes aqui, todos que deixaram os nossos lares, cada um, eu que estou aqui desde ontem, estamos lutando por um fim só, que é permanecer, trabalhar, para ser honrado nos nossos negócios, nas nossas famílias, todos nós, presentes. Aqui tem prefeitos, vereadores, deputados federais, senadores, "ex" de tudo. Então, todos nós estamos lutando por um fim só. Nós somos só um povo e só uma nação.

Nós também não podemos permitir que nosso país venha a obedecer a ONG's internacionais. E por que não o nosso povo brasileiro, que é o dono da nossa nação? Também não poderia deixar de pedir aos nossos parlamentares aqui, os federais e os estaduais, que continuem unindo e apoiando. A união que eu quero dizer é buscando a união dos deputados aqui — parabéns ao deputado do Acre —, todos os deputados da região Norte, que somos nove Estados, me parece, se não me falha a memória, que busque essa união. E só com a união nós vamos vencer. Ninguém é bom sozinho, isso todo mundo sabe. Então, essa união, e o Brasil todo precisa de união.

Nós, do nosso Município de Buritis, estamos clamando essa união, Buritis, como todo o Vale do Jamari.

É isso. O tempo é muito pequenininho, a gente tinha muita coisa para falar, mas a união é a coisa mais importante entre toda a federação, o Estado e os municípios.

E quero também, por fim, pedir de novamente que todos eles se unam em torno de nós, porque nós somos, de verdade, os patrões. E meu muito obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Obrigado, nosso representante da região de Buritis.

Recebi aqui, gente, algumas pessoas que vieram de longe, pessoal da Asprecam (Associação dos Produtores Rurais Extrativistas do Rio Castanho e Madeira do Abunã) quer muito falar. Mas, assim, eu vou fazer o seguinte, Roberto, Dalva, vou conceder a um representante da Asprecam. Quem é? É o Roberto? Então, convido o Roberto para fazer uso da palavra e, logo após, o nosso amigo Bengala, o nosso vereador. Depois a Thatiane vai ter um minuto. E depois vamos ouvir o Ibama e a Sedam.

Peço desculpas, gente. Vou pedir desculpas, porque o que vence é a maioria. Então, a maioria já quer ouvir, porque avançou a hora. Pessoal da Aprosoja também. Mais uma vez, obrigado Vitor.

Essa luta é antiga. Umirizal. Acho que eu fui o primeiro deputado, junto com o Deputado Jean Oliveira, a começar a defender, e vai dar certo, se Deus quiser.

Roberto, da Asprecam.

O SR. ROBERTO CORREIA - Bom dia a todos. Lá na roça a gente tem um dizer que a tarde só fica boa depois do almoço. Então, bom dia. Bom dia ao nosso Presidente, à Mesa. Deputado Alex Redano, agradeço pela oportunidade de estar aqui mais uma vez e a todos os deputados

federais, nosso senador.

Bom, como foi mencionado, para quem não sabe, gente, a região que nós estamos, do Umirizal, está ali atrás do Castelinho. Então, é uma região que pega desde ali do antigo Mutum e se estende até o Abunã, condenando o Distrito de Abunã à morte definitiva.

Uma vez criada essa reserva e mantida, é o fim de quem está no Abunã, porque lá não vai mais nem pode pescar, nem caçar, nem fazer nada. Já está numa situação difícil, quem conhece a região do Abunã sabe como está sofrido. Sem emprego, frigorífico que se fechou e muito sofrimento.

Então, eu gostaria de fazer um questionamento. Se essa questão desse embargo, se não - que já chegou -, nós já temos propriedades que foram notificados na nossa região, e creio que, provavelmente, serão embargadas, da maneira que o nosso delegado falou, não se fica nem sabendo. O que fazer? O que que a Assembleia propõe a se fazer? Porque essa reserva, Umirizal, assim como muitas outras, são reservas estaduais e não reservas federais e isso depende da Assembleia.

Já estamos desde 2015 lutando. Então, fica a pergunta para Mesa. O que vai fazer? Essas pessoas que estão lá, vão ser indenizadas? Vai criar alguma lei para indenizar as pessoas? Vai mudar o caráter dessa reserva? Vai se extinguir, como é o desejo dos produtores que estão lá? Fica essa questão. Eu deixo essas questões.

Dizer que a Polícia Ambiental, juntamente com a Sedam, está visitando a nossa região de maneira truculenta. São 4, 5, 6 viaturas, armados com metralhadora, abordam os agricultores, ameaçam, é "mão na cabeça, mão na cabeça", como se estivessem lidando com o Comando Vermelho. Venho, assim, como o Deputado Alex Redano pediu aqui também, respeito à população, Senhor Secretário da Sedam, pessoas da Polícia Ambiental.

Lá tem pais de família, tem lá mães de famílias, tem cidadão de bem. Que se tenha respeito ao abordar as pessoas, e não dessa maneira que está sendo feito. Se quer notificar, entre em contato com a associação, marca uma reunião e notifica as pessoas, não precisa agredir, assustando as pessoas, traumatizando. É terrível!

Recentemente estiveram pessoas lá na nossa Linha, e é todos os dias, todos os dias eles estão lá abordando, notificando. Então, fica a informação que, não sei se chegou aqui à Casa de Lei. E pedir aos deputados estaduais que criem uma lei para indenizar, se não houver jeito. Eu não sei o que vai fazer. Dizer aos nossos companheiros, aos nossos irmãos que estão lá e nas outras reservas, que não desanimem. Não desanimem. Permaneçam firmes. Tenham fé, tenham esperança, pois não se perde a batalha até estar morto. Vamos permanecer firme.

Agradeço a todos. Agradeço mais uma vez ao Deputado Alex Redano pela oportunidade. E dizer que nós da Asprecam estamos lá, se quiser marcar uma reunião, estamos abertos ao diálogo e estamos aí. Obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Obrigado Roberto. Respondendo. Questão de ordem.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Obrigado, Senhor Presidente. Só uma Questão de Ordem. Eu estou aqui cumprindo uma missão que me foi confiada, e assim eu creio, pelo meu Salvador. E eu não cheguei aqui sozinho, eu cheguei aqui graças ao apoio da minha família. Então, eu gostaria de convidar para compor a Mesa a minha amada excelentíssima esposa, mãe dos meus quatro filhos, Larissa Camargo. Por favor, meu amor, vem compor aqui representando todas as mulheres que aqui se encontram também. Obrigado. Se eu estou aqui, grande parte eu devo ao seu apoio. Muito obrigado, vem aqui ao meu lado, que é o melhor lugar onde eu me sinto, por favor. Obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Seja muito bem-vinda nossa Excelentíssima Juíza Larissa Camargo, esposa do nosso Deputado Delegado Camargo. Está convidada para compor à Mesa.

Só respondendo ao Roberto, a questão dos embargos, são federais. Então, é impossível à Assembleia, é inconstitucional indenizar.

E para vocês terem noção do absurdo, são muitos absurdos, mas há duas situações que, assim, é um absurdo muito grande: é a questão do Umirizal —, a maioria com título definitivo da terra — da noite para o dia, ser declarado reserva. É um absurdo. Como também, o Soldado da Borracha. Nós abrimos uma CPI e nós estamos muito otimistas em quebrar isso e tirar de ser reserva esses 11 locais que são considerados reservas.

Então, essa é a nossa luta, essa é a nossa esperança. Está avançando muito a CPI. Agradeço o apoio de todos os deputados que estão nos apoiando nessa causa.

Agora, rapidamente, os dois últimos inscritos, o Rio Madeira B (Floresta Estadual de Rendimento Sustentado), o Vereador Bengala; por favor. E, por favor, a Thatiane também, que é engenheira ambiental, é do setor; e, depois, convidar aqui o senhor Marco Antonio Lagos. Sente aqui na Mesa.

O SR. JURANDIR RODRIGUES DE OLIVEIRA (Bengala) – Pessoal, boa tarde. Vou ser bem rápido, é só, praticamente, uma pergunta, até porque as pessoas que me antecederam já falaram tudo que tinham que falar. Mas, eu não poderia deixar aqui de comentar o meu Deputado Alan, e em seu nome Alan, cumprimento todos os demais deputados que se encontram na Mesa, Deputado Alex e os demais deputados.

Não podia deixar de cumprimentar aqui o Secretário da Sedam, Marco, que até quando a gente tem ido sempre lá, ele tem sempre atendido a gente com muito respeito; também, da mesma forma, o César lá do Ibama. Parabéns, César.

Eu só sei dos problemas que acontecem, principalmente no nosso Município de Porto Velho, porque eu moro na área rural e acompanho, até porque, já estou no meu quarto mandato de vereador aqui em Porto Velho. Então conheço muito bem principalmente quando se fala da área rural.

E eu, hoje, — Marco e César — os dois do Meio Ambien-

te, eu ando muito por aí. E, veja, Deputado Alan, quando você fala ali na região da Vila da Penha, Marco Azul, Rio Pardo, União Bandeirantes, Resex do Jaci-Paraná, que é onde eu moro. A gente chega em algumas casas, a gente vê, hoje, as pessoas deprimidas, mas deprimidas mesmo, de verdade. Esses dias eu cheguei na casa de um senhor e ele estava muito triste, não só ele, como a esposa dele. Eu disse: “O que está acontecendo, seu Antônio?”

Lá, inclusive, lá na Vila da Penha, inclusive a Dalva estava junto comigo nesse dia, está aqui a Dalva, Diretora do posto lá do Abunã. Ele disse: “É porque chegou um cidadão aqui e ele disse que eu tenho que retirar o meu gado e eu estou com o meu gado passando fome. Eu tenho pasto e o gado passando fome”. E eu disse: “Quem foi esse cidadão?” Ele disse: “Uma pessoa da Sedam”. Eu disse: “Mas, o senhor tem alguma ordem judicial?” Ele disse: “Não”. Eu digo: “Então, abre a sua porteira e deixa o gado comer o capim”. Foi assim que eu falei para ele.

Então, gostaria de pedir, aqui, César e ao nosso Secretário Marco, orientassem bem essas pessoas, porque eles não podem fazer assim com o cidadão. Porque, ele chega lá na minha casa, vai falar isso para mim e eu acredito que não é verdade. Mas, muitas pessoas entendem que têm que fazer. Você entendeu, Deputado Alan? Então, aqui, parabenizar a Assembleia Legislativa.

Eu hoje quero dizer que eu estou muito feliz e estou muito contente, porque eu vi lá em Brasília, inclusive eu acompanhei, quase todos os deputados federais, e quase os deputados estaduais. Então, eu vejo hoje que os nossos parlamentares estão abraçando essa causa de verdade.

Vai ter resultado e eu não tenho nenhuma dúvida disso, porque vocês, e nós estamos representando esse povo que está aqui. Parabéns a todos os produtores e produtores rurais do nosso Município de Porto Velho e de todo o Estado de Rondônia. Parabéns.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Meus amigos, obrigado Vereador.

Thatiane, por favor.

A SRA. THATIANE ARAÚJO TEIXEIRA DE SOUZA - Bom dia a todos. Boa tarde, na verdade. Em nome do Deputado Alex, cumprimento todos os deputados estaduais aqui presentes; em nome do Deputado Fernando Máximo, todos os deputados federais. Cumprimento a todos aqui presentes. Em nome do nosso Vereador Ci da 10, lá de Campo Novo, cumprimento a todos os vereadores. Gente, eu me chamo Thatiane Araújo, sou engenheira ambiental e sanitária. E, senhores parlamentares, eu tenho total interesse sobre o assunto, total conhecimento sobre o assunto, total experiência, também.

Sou consultora ambiental, presto serviços também em defesa de multas ambientais, e eu estou aqui para me dispor, voluntariamente, a estar ajudando nos assuntos dos embargos ambientais da melhor forma possível. E agradeço pela oportunidade e que todos tenham uma

excelente tarde. Obrigada a todos.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Bacana. Obrigado. Gente, tranquilo. Mais alguém? Não? Todo mundo abre mão da fala? Olha, a voz da maioria... Então, eu peço desculpas. Não fiquem chateados comigo. Mas, vamos passar aqui para os principais, não é? Passar aqui para a Sedam e para o Ibama.

Passar primeiro aqui para a Sedam, e aqui não são três minutos, não. A gente está com fome, mas pode falar à vontade, uns dez minutos. É porque a gente precisa dos esclarecimentos. Com a palavra Marco Antonio Lagos, Secretário da Sedam.

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS - Boa tarde a todos. Bom, primeiramente agradecer ao Presidente Alex Redano, que preside a Sessão, essa Audiência Pública. Agradecer a todos os deputados estaduais, todos os deputados federais; nosso Senador Jaime Bagattoli, não sei se ainda está presente; Deputado Fernando Máximo; a todos.

Agradecer a todas as associações, que a democracia se faz com diálogo, e é ouvindo todas as partes, todos os problemas que nós chegaremos a uma solução.

E dizer que a Sedam cumpre a lei e assim sempre vai ser, sempre. A lei sendo boa ou ruim, é dever do servidor público cumprir a lei. Foi falado aqui há pouco, da questão do Umirizal, que a Sedam estava intimando. Nós estamos, sim, intimando a todos da região, que ali se tornou uma reserva. E que aquela propriedade está na reserva. Até porque, o direito de defesa começa com a intimação da pessoa, dela ter ciência, que ali é uma reserva. E eu peço a todos, procurem seus advogados, engenheiros, profissionais de confiança, ajuízem ações, questionem a Sedam - administrativa e via judicial.

A democracia se faz com respeito aos Poderes, com respeito às decisões e não cabe a Sedam, dizer que ali é ou deixa de ser uma reserva. Foi feito por Decreto, o Judiciário validou - até o momento está válido -, e não cabe ao servidor da Sedam, sob pena de cometer a improbidade administrativa, e prevaricação, não fazer as notificações das pessoas que ali estão.

Então, por essa razão, nós vamos cumprir a lei. Nada mais, nada menos do que a lei determina. Eu peço que quando houver um abuso por parte de um servidor, seja filmado. A Polícia Militar anda armada? Anda. É parte do uniforme da Polícia Militar, a arma, ostensiva. É obrigação do policial estar com a arma ostensiva, mas ele não pode apontá-la para um cidadão e nem xingar o cidadão.

Quando houver um abuso, denuncie. Da mesma forma que existem maus servidores públicos, existem maus profissionais em toda área. Então, haja a denúncia contra o mau servidor para privilegiar o bom servidor - que é a grande maioria. A grande maioria dos policiais são excelentes servidores públicos. E como toda área, a grande maioria é a regra, é o melhor. Agora, os poucos maus servidores, devem ser denunciados. Ponto.

Não deve se xingar um cidadão. Não. A função do fiscal

é, havendo uma infração administrativa ou um crime, lavrar o que a lei determina. E não ofender. A lei não determina ofensa a nenhum tipo de cidadão. Isso não deve acontecer.

Salientar que a Polícia Ambiental não faz parte da Sedam. Ela pertence à Secretaria de Segurança Pública. Não menos ou mais importante, tão importante quanto o órgão ambiental, é o órgão de apoio da Secretaria de Segurança. Porém, todos os servidores devem respeito com o cidadão, isso é regra. E quando houver abuso, deve, sim, o cidadão denunciar. Para que nós evitemos o abuso do servidor público, porém, o escudo de não fiscalizar, não pode haver, porque isso é prevaricação.

Nas questões ambientais, assim como qualquer outra questão, deve ser cumprida a lei e a fiscalização é necessária, cumprindo a lei. "Ah, mas então eu acho que a lei é muito injusta". Devem os parlamentares fazer novas leis. Mas, não cumprir a lei, não é uma forma republicana. A lei deve ser cumprida, sim.

Não concordo, não acho que 20% para um pequeno produtor seja uma coisa justa. Acho que deveria para o pequeno produtor - pelo amor de Deus, sempre (**ininteligível**) -, deveria ser maior. Para poder dar esse cara ter renda, ter qualidade de vida com aquela pequena propriedade.

Devemos também, no Estado, investir mais em tecnologias. Eu lembro de um discurso de um pessoal da Confederação Nacional de Agricultura, que a soja quando chegou ao Brasil, produzia de 15 a 18 sacas por hectare. Hoje, nós temos fazenda batendo 140 sacas por hectare. Isso é com tecnologia.

Com certeza, a criação de animais em uma área, com tecnologia, se consegue ganhar muito mais animais com menor área. Isso faz da produção mais socialmente, ecologicamente correta. Quando eu produzo mais alimentos com menor área. Isso é tecnologia, o Brasil investe. Se não investisse, não éramos líderes mundiais em alimentos.

Vi gente dizer que Rondônia produz pouco por hectare. É mentira. Se produzíssemos pouco, não seríamos o 5º maior produtor de carne do Brasil. Produzimos muito, podemos melhorar. O nosso produtor é muito aguerido e luta muito para ter maior qualidade de comida na mesa do brasileiro, na mesa do povo rondoniense. A Sedam reconhece isso. Contudo, não pode deixar de cumprir a lei, sob pena de prevaricação aos servidores da Sedam, da Polícia Ambiental, inclusive do Secretário, se não o fizer.

Os órgãos de controle como o Ministério Público, como Tribunal de Contas, estão de olho - nos cobram e, corretamente, somos cobrados -, para cumprirmos a Lei. Nada mais, nada menos. A baliza moral da Sedam, minha e do Governo do Estado, é a lei. E irá ser cumprida, achando bom ou ruim. Teremos que cumprir a lei. A lei não é boa, nem ruim. Ela é a lei. E vai ser cumprida.

Eu gostaria que algumas coisas da lei mudassem. Com isso, temos um grande diálogo com a bancada federal, um grande diálogo com essa Assembleia Legislativa, com a bancada estadual, para mudarmos algumas

Leis. Mas, é sempre mudando a lei, nunca por rebelião, revolta ou qualquer outro meio, o descumprimento civil. É cumprindo a lei.

A Sedam está sempre à disposição. Todos que me procuraram até hoje, todos foram ouvidos. Eu peço que quem tenha reivindicações, faça de forma escrita à Sedam, por escrito. E terá uma resposta por escrito. Demorando um pouco mais, um pouco menos — em razão do volume do serviço —, mas nós responderemos a todos. Associações, cidadãos, deputados, todo tipo de autoridade. Quando nos procuram, nós respondemos. E prometo lutar para que a Secretaria seja sempre a Secretaria de Desenvolvimento Ambiental, respeitando o meio ambiente, mas respeitando o cidadão, em prol do desenvolvimento desse Estado de Rondônia. É a missão que o governador me deu, desenvolvimento com sustentabilidade. E isso vai ser feito enquanto eu estiver na pasta.

Agradeço a todos e estou sempre à disposição. E, caso tenham perguntas, estou aqui a respondê-las. Muito obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Obrigado, Secretário. Eu vou passar às perguntas. Antes, porém, eu cometi uma falha aqui. Quero pedir desculpas à nossa respeitada OAB, passar a palavra aos cumprimentos, ao nosso Doutor Bruno, representante da OAB. Estamos muito honrados. Quero agradecer a OAB. Todas reuniões, audiências, mandando representantes. A nossa gratidão. Com a palavra, para os cumprimentos, Doutor Bruno.

O SR. BRUNO TRAJANO PINTAR - Boa tarde a todos. Imagino que já estejam cansados, mas eu prometo ser breve. Meu nome é Bruno Trajano, represento aqui o Doutor Márcio Nogueira, Presidente da OAB de Rondônia. Represento também a Comissão do Direito do Agronegócio e a Comissão do Direito Ambiental também, do Estado de Rondônia.

Nosso objetivo principal é aproximar de você, produtor rural. Antes de tudo, gostaria de afirmar que eu não sou político. Respeito a todos. Não tenho interesse político algum. Estou aqui subsidiado do meu próprio bolso.

Então, esse trabalho é voluntário, para tentar auxiliar você, produtor rural, está bom? Sou especialista em Direito Agrário, sou especialista em Direito Ambiental e até mesmo tenho alguns pensamentos a respeito de embargos, que poderia até auxiliar vocês, deputados aqui, inclusive os estaduais.

Podemos conversar depois, mas só vou dar um exemplo simples. Hoje, vocês... Quem é produtor aqui, por favor, levanta a mão. É ruim fazer essa pergunta, mas, hoje, quem está sofrendo com o embargo ou conhece alguém que sofre, levanta a mão. Tá. Então, o embargo, eu sei que é importante Projeto de Lei para ser aprovado em Brasília, eu sei que isso é relevante, mas o embargo está acontecendo. Você não consegue colocar o alimento em casa agora, porque você está barrado. Não consegue vender para um frigorífico, não consegue comprar insumos agrícolas.

A Aprosoja ali sabe bem. Inclusive, eu acho que a Aprosoja deveria fazer parte dessa bancada porque, para quem não sabe, eles estão aqui em Porto Velho, estão em Brasília, estão buscando resolver isso também. E de uma forma afincó.

Então, assim, para os nossos políticos, sendo objetivo, uma solução: quando pesquisam o CPF de vocês lá no site do Ibama, aparece lá uma Certidão Negativa. Isso é a primeira coisa pesquisada para que você seja bloqueado, para que você seja restrito. Esse é o primeiro ponto.

Quando você já tem essa Certidão Negativa, automaticamente já não é vendido para você. O nosso representante da Sedam informou que respeitam a lei, tudo bem. Fala de um polígono ali, e ali deveria não ser vendido só daquela região, mas não é bem assim que funciona.

A empresa não compra de quem já tem o problema. Simplesmente se nega, ponto final. Qual seria o objetivo? Me de licença. Eu vou... Nós temos que ensinar o produtor rural o que é o CAR, o que é o PRA e o que é o Termo de Compromisso. Isso deveria partir daqui para lá.

A partir do momento que o produtor sabe o que é o CAR, o PRA e o Termo de Compromisso, ele sabe como regularizar o imóvel dele e tentar retirar o embargo. O nosso objetivo, como OAB aqui, é tentar auxiliar isso. Vamos tentar promover eventos para ensinar o produtor a fazer isso.

Um detalhe importante, quando sai aquela Certidão Negativa lá que o cidadão não pode, ela está positiva, existe esse procedimento só para ele conseguir retirar. Esse é o único procedimento: ou demanda judicial ou Mandado de Segurança.

Então, falo para os senhores aqui que são os deputados estaduais, a norma resolutiva da Sedam prevê essa situação. Então, se vocês atacarem as normas resolutivas da Sedam, que é a nível estadual, vocês podem fazer com que eles emitam, durante essa espera, uma Certidão Positiva com efeitos negativos. Entenderam aonde eu quis chegar? Uma Certidão Positiva — você tem um embargo —, mas os efeitos negativos.

Estou apresentando uma solução aqui para vocês. Não é uma previsão de lei, não é um projeto, não é isso. Vão sentar, conversar com a Sedam, a nível estadual, que nem foi bem dito pela Casa. A nível federal, já não é competência de alguns, a não ser que seja deputado federal, senador, alguma coisa do gênero. Mas, em nível estadual, é possível fazer isso.

Eu vou citar para vocês aqui outra possibilidade, só um exemplo, para questão de conhecimento. Nós temos aqui, se chama Consepa, é o Conselho Estadual de Política Ambiental, da Sedam. Então, eles definem como irão acontecer as coisas, como vão acontecer as coisas. Um exemplo: alguém aqui já foi multado por desmatar a mata nativa? Se já foi, levanta a mão, por favor. Esse é um dos motivos para aplicação de embargo. Esse é um dos motivos. Mas e aí, o que é uma mata nativa? A Consepa define isso. Se isso for alterado, você não precisa

ir alterar a legislação federal. Entenderam aonde eu quis chegar? Entenderam? Tudo bem.

E como define, por exemplo, uma mata nativa? A mata nativa, eles consideram o que não seja oportunista, na sua Resolução 3ª, do Consepa — vocês podem olhar —, o que não seja oportunista e tenham até 50 indivíduos por hectare. Para quem não é produtor aqui, você sabe o que é um hectare? São dez mil metros quadrados, um hectare.

Então, a lei fala que, se tiver mais de 50 indivíduos, automaticamente você já não pode mexer. E o mais absurdo ainda: dez centímetros. Dez centímetros são isso aqui. Se você parou o seu imóvel e ultrapassou dez centímetros, você não pode desmatar mais.

Então, senhores, está na mão de vocês. Aumenta, coloca um metro. Já vai dificultar a aplicação da multa e conseqüentemente o termo de embargo. Vocês conseguiram entender a minha lógica? Gente, vocês estão comigo? Eu sei que vocês estão cansados, mas eu estou apresentando uma solução prática e agora para resolver o problema.

Então, mas vocês votaram neles, cobrem eles (**respondendo a manifestações da plateia**). Cobrem eles. Eu vou reafirmar: eu não sou político e não tenho interesse nenhum para ser político, eu sou da área privada e pretendo continuar. Pois não?

Vamos lá, vamos lá (**respondendo a manifestações da plateia**). O embargo é federal, mas ele é amparado por uma lei que rege uma política feita aqui dentro do Estado. Vamos lá. O artigo 50 da Lei Federal fala que é proibido desmatar floresta nativa. Só que o que é “floresta nativa”? Isso é incumbido ao Estado, que no caso seria a Sedam, explicar o que seria uma floresta nativa. E aí a Sedam explica da seguinte forma no seu Conselho, na Consepa:

“Art. 2º. Para os fins da presente Resolução, entende-se por limpeza de pastagem ou cultura agrícola as operações que envolvam roçada e retirada de plantas oportunistas e invasoras em regeneração natural que apresentem até 50 (cinquenta) indivíduos por hectare, com Diâmetro Altura do Peito – DAP de até 10 (dez) centímetros, [...]”.

Então, a Resolução estadual é que define o que seria uma mata nativa. Então, daí é o seguinte: se alterar a Resolução estadual, automaticamente a lei federal não vai ser inconstitucional. Entenderam esse ponto? Simples e objetivo. Aí, vamos lá. Ah, mas... (**manifestações da plateia**)

Mudar a lei federal ainda demora muito. Eu estou apresentando uma alternativa, mas agora, imediato. Isso. Então é o seguinte, o ideal... esses conselhos funcionam como? Tivemos agora o Conselho de Bacias Hidrográficas, um exemplo. Vou dar um exemplo, a Aprosoja participou...

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Providenciem o microfone.

O SR. BRUNO TRAJANO PINTAR – Eu acho que eu vou

finalizar, que são só dois minutos. Vamos lá. Tivemos Conselho de Bacias Hidrográficas. Como é que funciona?

O SRA. CRISTIANE LOPES DA LUZ BENARROSH – Perdão, não é como funciona, eu sei como funciona. Eu queria que o senhor falasse para eles quem são os membros. (**fora do microfone**)

O SR. BRUNO TRAJANO PINTAR – Então, como é que compõe? É isso mesmo que eu vou falar. Eu vou dar o exemplo do Conselho das Bacias Hidrográficas, que é a própria Sedam que faz. Automaticamente, para criação disso, tem que ter os membros. Existe uma comissão prévia, criada pela própria Sedam, no caso, e eles colocam depois uma votação para quem faz parte desse Conselho.

Então existe a necessidade da pressão política para que a gente coloque cidadãos e interessados. Inclusive, no Conselho, hoje, de Bacia Hidrográfica, após eu ter assumido parte da Diretoria das Comissões, eu fiz questão que a OAB tivesse uma cadeira, e hoje a OAB tem na questão de bacia hidrográfica. Então, todo o recurso hídrico que vocês forem usar na propriedade de vocês, nós vamos analisar quando for criada uma Resolução como essa. Então, nós precisamos do apoio político para que seja reestruturada essa comissão, esse Conselho para que sejam votadas novas Resoluções.

Tirar o embargo, gente — vamos voltar para a terra aqui —, tirar o embargo, isso não vai acontecer. Não vai acontecer. A legislação, se alterada, vai fazer com que os embargos de vocês sumam? Não vai. Vamos supor, o que eu ia falar antes, que a Polícia Ambiental aplique uma multa a você e o embargo por você ter desmatado uma área que não está condizente ou está condizente com a lei. Com esse subsídio você tem ainda uma alternativa de entrar com um Mandado de Segurança para reaver esse embargo e suspender. Estou falando isso porque eu já fiz isso.

Eu só queria deixar um tema importante aqui, que se chama o Tema 999, do Supremo Tribunal Federal. Ele foi definido, salvo engano, no fim de 2020/2021, não tenho muita certeza. Que é quando todo mundo fala assim: “Gente, isso de embargo ficou muito difícil, ficou complicado”. E, realmente, ficou. Porque esse Tema trata o embargo como imprescritível. Só que a galera esquece que o restante não é tomado como foco. Será que vão embargar o Cristo Redentor? Pelo o que eu sei ele está no morro. Vai embargar? Esse Tema é de repercussão geral, existe a possibilidade de ser discutida ainda no Supremo. Seria interessante o nosso senador estar aqui para ouvir esse ponto.

Mas, eu me coloco à disposição de vocês, tanto do senador que, inclusive, é meu vizinho lá de Vilhena. Ele é meu vizinho lá de Vilhena. E fico imensamente feliz que o Cone Sul do Estado esteja representado aqui hoje. Então, no caso, teria eu e o senador aqui. Então, fico feliz demais. Agradeço ao Presidente. Eu vou cumprimentar vocês novamente, não sei se cumprimentei no início, e com todo respeito do mundo, eu fiz essas informações

a vocês, porque eu acho que isso é interessante para o povo e não se esqueçam, gente, eu falei isso, também abre uma porta para que vocês os cobrem, para que eles cobrem a Sedam. É a única forma. Nossa democracia é representativa. Eles representam o interesse de vocês. Está bom?

O SR. DELEGADO CAMARGO – Eu posso aproveitar um gancho na sua fala? **(fora do microfone)**

O SR. BRUNO TRAJANO PINTAR – Pode. Pode sim, por favor.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Olha que interessante o que ele nos explicou aqui. Eu vou fazer um gancho na fala do Doutor, muito bem colocada.

Olha só. Quando eu tive também a oportunidade de fala eu dei a ideia, a estratégia de nós entrarmos judicialmente. Mas há outra via também, que é a administrativa. Eu vou pegar o gancho dele. Quando a Sedam, o órgão ambiental vai lá e embarga a área, você tem direito a um processo administrativo para se defender desse embargo. Você pode opor um recurso contra o agente atuador. Sabe qual é o prazo que eles têm, segundo a Instrução Normativa nº 01/2001, para responder e esse recurso de vocês? Cinco dias.

Se o agente que autuou não te responder em cinco dias, o chefe imediato dele tem mais cinco, ou seja, o prazo máximo para o Estado responder o seu recurso é quantos? Dez dias. OK. Então, a primeira estratégia. Foi autuado? Descobriu que foi autuado? Entra com ação. Descobre que foi autuado, recurso. Cinco dias, no máximo dez, eles têm que responder.

Se eles não responderem, Mandado de Segurança neles. Mandado de Segurança para quê? Direito líquido e certo ao devido processo legal. Então, essa é outra estratégia que dá para somar. Ação judicial é uma coisa, setor administrativo, outra. Tem que entrar com as duas.

Então, todo mundo aqui que recebeu uma notificação, eles têm cinco dias para responder teu recurso. Não respondeu? Mais cinco. Não respondeu? Entra com um Mandado de Segurança de 1º Grau. É uma estratégia. Depois eu quero fazer umas quantas perguntas que eu tenho, Deputado Alex Redano, eu não sei se eu aproveito agora ou falo depois. Já faço agora? Então, ok.

Eu tenho umas perguntas para fazer aqui, que eu acho que é do interesse de muitos. Superintendente, quantos...

Ah, desculpe. Irmão, me perdoe, eu não deixei você finalizar.

O SR. BRUNO TRAJANO PINTAR - Gente, antes de tudo, antes de finalizar, algum produtor tem alguma dúvida? Sobre o que eu falei? Sobre o que eu falei? Pode perguntar. **(manifestações da plateia)**

Então, assim, infelizmente eu vim aqui para falar um pouco somente sobre a questão dos embargos, para não expandir muito a conversa. Se alguém tiver algum questionamento sobre os embargos eu fico à disposição aqui

e, depois, se quiserem me procurar...

Gente, obrigado pela atenção. Eu sei que está todo mundo cansado, mas é um prazer. E a OAB vai estar do lado de vocês produtor. A OAB esteve muito tempo afastada, mas a gente vai voltar. **(manifestações da plateia)** Então, aí existe uma certa confusão se é embargo, se essa questão é reintegração de posse ou alguma coisa do gênero. Mas, depois eu conversei com você no particular. Pode me procurar à vontade. Eu estou à disposição. Gente, obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Obrigado, Doutor Bruno. Quero agradecer aqui ao Doutor Bruno e ele se colocou à disposição, então nós vamos abusar. Depois, se o senhor quiser passar o contato, não é? Muita gente tem dúvida e eu estou aqui com o nosso Jurídico. Eu quero aqui agradecer a uma pessoa especial, ele que desde o início abraçou a causa do homem do campo e, principalmente, defendendo contra essas situações ambientais, que é o Advogado Doutor Doca. Obrigado, Doutor Doca. Está aqui ladeado pelo Doutor Denis, também.

Quero agradecer a todos os advogados que nos ajudam. E eu vou abusar, Doutor Bruno, depois, se Vossa Excelência puder sentar com nosso Jurídico também, para trocar informações. Tudo o que puder ser feito pela Assembleia Legislativa, podem ter certeza absoluta de que será feito para ajudar o produtor rural.

Vamos ser objetivos? Passar aqui ao Deputado Rodrigo Camargo, que vai fazer as perguntas. O Doutor Denis também tem algumas perguntas. E, depois, nós precisamos franquear as respostas e também ouvir o senhor César, que é o Superintendente do Ibama. Deputado Delegado Camargo com a palavra.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Obrigado, Presidente. Eu vou ser bem objetivo e talvez vocês vão entender o porquê desses meus questionamentos.

Já falei aqui que o prazo que o órgão ambiental tem pra responder é de 10 dias. Se não fizerem isso, não cumprirem o devido processo legal, você tem direito a entrar com mandado de segurança. Ok, uma estratégia legal. Vou perguntar para o nosso Superintendentes, o Marco Antonio, da Sedam: Marco, você sabe me dizer de cabeça quantos pedidos de desembargo estão hoje na Superintendência?

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS – Não, de cabeça eu não tenho.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Mais ou menos? Não tem problema. Eu já pedi para o meu pessoal oficial vocês, lá, para pegar os números. Mas, o senhor deve saber nos informar se esse prazo de 10 dias para análise dos recursos está sendo cumprido?

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS – Não. A gente estava com o prazo um pouco mais dilatado...

O SR. DELEGADO CAMARGO - Um pouco mais é pelo volume?

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS – Demora um pouco mais a análise nossa.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Tá, mas, “um pouco mais”, quanto?

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS – Não sei de cabeça o tempo.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Mas, enquanto vocês não respondem, fica embargado?

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS – Quem achar... Quem achar... **(manifestações da plateia)**

O SR. DELEGADO CAMARGO - Só um pouquinho, pessoal.

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS – Quem achar que eu não estou cumprindo, eu falo, entre na Justiça, tranquilamente.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Sim, sim.

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS – É um dever do cidadão entrar na justiça; não é só direito, não. Mas, vamos lá. Após o embargo, eu encaminho o processo pela Coordenadoria de Geociência para, com imagem de satélite, georreferenciado, dizer se está ou se não está em área de reserva, alguma área protegida. Isso tudo altera a classificação da infração, do embargo ou de qualquer outra coisa. Pode o fiscal errar? Pode. Ele entender que ali era uma área de reserva e não ser. Por isso, vai para o meu setor de geociência, que tem muitas outras demandas; não é só a interna, da Sedam. Após o parecer técnico da geociência, voltam para o setor de autoinfração para fazer o julgamento.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Ou seja, vai uns 60 dias aí, o que era para ser 10.

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS – Vai de 60 a 90 dias.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Tá. Vamos, lá. Só para a gente traçar algumas estratégias aqui. Calma aí. Calma aí. Eles não têm efetivo para cumprir esse prazo de 10 dias. Fato.

Só que enquanto não se cumprem, não dão resposta, a área continua embargada. Eu já pedi para a minha assessoria jurídica, nós vamos colocar em votação aqui na Casa, um pedido, um Requerimento para a Sedam nos responder algumas coisas.

Olha as perguntas:

1) Quantos pedidos de desembargos estão lá, com pra-

zos superiores a 10 dias? Primeira coisa que a gente tem de saber.

2) Quantos pedidos de desembargo tiveram procedência nos últimos dois anos? Calma. Vamos lá.

3) Quantos estão parados no Chefe imediato, ainda sem resposta?

4) E quantos estão parados na mão do agente autuador? Afinal de contas, é ele quem tem de dar a primeira resposta.

A gente precisa ter esses números para poder trabalhar com algum tipo de estratégia. E, por fim, ele já respondeu, a gente já sabe que ele não tem condições de cumprir esse prazo de 10 dias.

Então, seria uma solução, aproveitando a bancada federal aqui, por que não nós não fazemos através da bancada — isso, eu sei, vai ser difícil, não é a curto prazo, eu sei, talvez o Senado, por isso é mais fácil vocês suspenderem a Resolução 15 — seria o quê? Uma vez não cumprido esse prazo de 10 dias, pelo órgão autuador, em responder o recurso, a área ser desembargada pelo Estado. Já que eu tenho de partir da presunção da inocência. E não da culpabilidade.

Então, uma vez não respondido o recurso, a área torna-se sem este ônus, e aí o processo segue tramitando. Então, são algumas sugestões que dá para a gente pensar estrategicamente. Obrigado, pessoal.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Muito bom, parabéns.

Doutor Denis para a sua pergunta, por favor.

O SR. DENIS AUGUSTO MONTEIRO LOPES - Boa tarde a todos. Eu vou ser bem breve, Deputado Alex. Não, pode ser aqui mesmo. Deputado Alex, obrigado. Na presença do Deputado Alex, cumprimento os outros deputados Alan, Ieda Chaves, que não está aqui, mas também conversou comigo; César.

Tudo que foi falado pelo colega advogado e pelo Deputado Rodrigo é extremamente importante, porém, como o Senador Bagattoli falou, a realidade é a que ele falou. Como ele, também estive em reunião com o Presidente do Ibama pessoalmente lá, e a realidade é a que ele falou: nada vai ser fácil.

Essas tramitações processuais apresentadas aqui, todas aqui, eu já olhei, conheço muitas pessoas que estão aqui, sabem que não é assim tão simples. E essa tramitação de desembargar a área que o Deputado Rodrigo propôs é extremamente importante, porém ela é inerente à Sedam; já não abarca o âmbito federal, certo?

O SR. DELEGADO CAMARGO – A nº 01/2021 é em relação ao processo administrativo federal... **(fora do microfone)**

O SR. DENIS AUGUSTO MONTEIRO LOPES - Tudo bem, deputado, mas o senhor não vai conseguir atingir o efeito lá, a não ser que o senhor certifique e finalize o procedimento no âmbito estadual, e aí, sim, o órgão ambiental federal pode utilizar, entendeu?

O SR. DELEGADO CAMARGO – A Tânia acabou de falar ali: tem recursos administrativos lá na Sedam com dois anos esperando julgamento... **(fora do microfone)**

O SR. DENIS AUGUSTO MONTEIRO LOPES - Ou mais, tem com cinco ou com seis. Mas aí, deputado, o recurso administrativo é a par do embargo. Eles correm apartados, ok? Então, dá para julgar um sem o outro, que é o que todo mundo precisa, que se veja o embargo e que esqueça o auto de infração por enquanto. Estou falando em termos de julgamento, tá?

Então, só para constar. Não é fácil, a briga não é simples, depende de muita coisa. Esta é a Casa que você tem que cobrar, uma delas, e a bancada federal também, para que se modifiquem algumas coisas e possibilite que eles consigam ajudar vocês, então cobrem isso.

E pedir para o Secretário Lagos, está aqui, na hora que ele puder falar, falar sobre a Lei Complementar 1193, saiu agora dia 22 — certo, doutor? Estou correto? Lei Complementar 1193, que fala do PPR (Programa Permanente de Regularização Ambiental), não sei se alguém já verificou, mas ela não resolve o problema, mas começa a ajudar, porque entenda uma coisa: quem não buscar se regularizar ambientalmente, fatalmente, lá na frente vai ter problema.

Então, a solução inicial não é agradável, porém ela vai trazendo um pequeno conforto aos poucos. Inclusive, foi ouvido por mim, pelo Presidente do Ibama, lá em Brasília.

O foco deles é desmatamento, não é embargo, não é tirar ninguém de terra, não é nada disso. O Ibama não tem poder para desapropriar ninguém. Então, se vocês ouvirem isso, esqueçam. Ninguém vai tirar ninguém de lugar nenhum, tá? O foco deles, claro, é cumprir os embargos e fazer com que a coisa aconteça dentro da lei, certo? Só que o foco maior é desmatamento. Então, é esse trabalho que todo mundo que está no campo tem que entender.

Então, é um trabalho árduo. Existem mecanismos, busquem o que o doutor meu colega falou da OAB, o doutor Rodrigo falou, que é o advogado ou o engenheiro que vocês tiverem para poder buscar a tramitação dos processos de vocês, junto à Sedam, junto ao Ibama e junto aos órgãos ambientais, que é o primeiro passo mais importante. E depois, vocês tentem resolver junto com os engenheiros a parte do embargo de vocês, que é a parte mais importante para flexibilizar e possibilitar que vocês trabalhem de forma correta.

Entendam uma coisa: pode ser que a curto prazo a situação de vocês seja ruim; mas vejam lá na frente: quem regularizar a área da melhor forma possível para si — é lógico, cada um sabe onde o sapato aperta —, regularizar sua área e lá na frente tiver ela regular, ela vai valer muito mais e vocês vão trabalhar muito mais tranquilos. Hoje não é bom, mas lá na frente vocês vão conseguir resolver. Com certeza, junto a isso, nesta Casa, cobrem também zoneamento fundiário etc., que se não fizer isso, não vai resolver.

Essa Lei Complementar 1193, por incrível que pareça,

ela possibilita que não só os proprietários, mas possuidores — o que a maioria dos proprietários que são possuidores, não proprietários — também busquem a sua regularização ambiental, o que é uma boa notícia. A lei não é maravilhosa, mas já começa a ajudar um pouco vocês todos.

E estamos à disposição para ajudar tanto a Assembleia, como vocês todos. Obrigada.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Perfeito, doutor. Muito boa, muito boa a fala.

Já passar aqui para o Secretário responder e depois nós vamos para o Ibama.

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS - Primeiramente, sobre o colega, Doutor Bruno, dizer que a Sedam está de braços abertos desde o ano passado para receber a OAB. E esse ano, tivemos uma conversa muito boa com o Doutor Márcio.

E dizer, estamos abertos. Eu quero a OAB mais dentro da Sedam. Eu quero o CREA mais dentro da Sedam. Eu quero ouvir os Conselhos de classe, isso é muito importante. Os dois que mais atuam na Sedam são o CREA e a OAB. E o de Biologia, eu gostaria deles dentro da Sedam, com a gente. Conversando, participando do Consesepa (Conselho Estadual de Política Ambiental), que é nosso Conselho Superior, participando das Comissões de Recursos Hídricos e todas as outras. É importante.

Bom, a respeito de regularização ambiental. É necessário que se faça o CAR. O CAR é um mecanismo, não é de gestão fundiária, é de gestão ambiental. Ele não foi feito para regularizar. Ele foi feito para procurar quem tem passivo ambiental. Essa foi a ideia do governo federal quando criou o CAR. Não foi proteger o agricultor. Foi para proteger o meio ambiente. Essa é a ideia original do CAR.

Acredito eu que todos aqui têm CAR declarado, mas muitos CAR's estão com problema de aprovação. Porque existe a vetorização de reserva legal, de APP, que tem que estar em conformidade. Eu não consigo, na canetada, aprovar um CAR. É feita a imagem de satélite vai dizer o que é uso alternativo do solo, o que é APP. E não passa na canetada.

Se eu fizer na no módulo estadual, quando eu migrar para o módulo federal, ele cancela automático. Não tem 20% de reserva legal desmatada após 2008, ou conforme a regra, antes de 2008, não passa. O sistema vai verificar e é uma inteligência artificial que faz. É por imagem de satélite. Se eu não me engano são 12 satélites que fazem isso aí.

Não tem como enganar o sistema. A pessoa declara o que vai ser sua reserva legal até porque, quem sou eu para dizer em que pedaço da tua terra vai ser o uso alternativo do solo? Qual é o melhor lugar para vocês trabalharem? Quem vai dizer são vocês. Para a Sedam, eu só tenho que ter a porcentagem conforme a cada área. E não existe uma regra geral que eu diga para todos "é dessa forma". Cada um tem uma história, cada um tem um momento de uso do solo. E isso vai mudar.

Cada um tem um tamanho de área. Isso vai mudar. Então, eu peço a vocês que procurem os seus advogados, os seus engenheiros, os seus técnicos, para a validação do CAR.

Nós estamos lutando muito. Aumentamos muito o efetivo, contratamos duas empresas para análise dos CAR's. Porém, eu tenho CAR lá que voltou 25 vezes com a mesma pendência, que é a vetorização de reserva legal. Eu não tenho o que fazer. "Ah, a pessoa não quer perder área", infelizmente, só mudando a lei. Não tem como eu deixar a pessoa com 35% de uso alternativo do solo, quando a lei diz que é 20%. Não dá.

Agora, quem vai dizer onde é a reserva legal, onde é o uso alternativo do solo, é o proprietário. Eu não posso, eu, na canetada, chegar e dizer que "essa área, esse pedaço que eu estou fazendo é que vai ser o uso alternativo do solo". É você que vai dizer é o melhor local para você usar, e o local de ser a tua reserva legal, onde estão suas APP's, Área de Preservação Permanente.

Peço aos agricultores: não destruam — não tem a ver com a Audiência, mas eu peço encarecidamente —, não destruam as nascentes, não destruam os cursos da água. É muito importante. Ninguém planta, nem cria nada sem água. Quando a gente joga, quando a gente destrói uma nascente, nós destruímos o carregamento dessa água para os pequenos rios que abastecem muitas cidades. E deixa algumas cidades, já temos cidades em Rondônia que não têm água para consumo humano na época da seca. Estamos em plena Amazônia Legal e isso está acontecendo.

Peço a todos que façam... Procure seus engenheiros, eles vão explicar melhor o sistema de recarga de lençol freático, barragemzinha, curvas de nível. Por que nós temos que fazer? A explicação é simples. Quando eu não recarrego o lençol freático, eu tiro água do subsolo — como muitos tiram, para abastecimento humano, para abastecimento de fazendas — se eu não recarrego, uma hora ela seca. Se ela secar, ninguém vai ter água. Essa chuva vai cair, escorrer para os rios maiores, que vão escorrer para o Madeira, Amazonas, mar. E quando vier época da seca, que não tiver chuva, não vai ter água para cobrir. E aí, que eu faço com a plantação? Que eu faço com os animais sem água? Não faço nada.

Então, proteger lençol freático, proteger nascente, não é proteger o meio ambiente só. É proteger a existência do agronegócio. Porque água é base para o agronegócio. Então, eu peço a vocês: façam isso, protejam os nossos lençóis freáticos. Somente o agricultor vai poder fazer isso. Eu posso fazer a lei que for, se o próprio agricultor não comprar, o pecuarista, o homem do campo, não comprar essa briga para proteger o lençol freático, não tem o que ninguém faça. São vocês, infelizmente ou felizmente, mas vão ajudar a realidade de vocês no futuro.

E, pelo amor de Deus, vamos regularizar ambientalmente. É necessário. Deixa para os deputados federais discutirem tamanho de reserva legal. Podemos pressionar, podemos brigar, mas vamos tentar regularizar. Procure seus técnicos. Quem não tiver condições, procure a Emater.

A Emater tem convênio, sim. Falta servidor? Falta. É uma estrutura que precisa ser ampliada, porém eles dão atendimento. Procure e diga: eu quero regularizar ambientalmente. Converse com os técnicos da Emater, por favor.

Muito obrigado a todos.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Deputada Dr^a Taíssa quer fazer uma colocação e depois nós vamos passar para as palavras do Ibama.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Com todo o respeito ao Secretário, que eu tenho muito carinho, Secretário, mas é muito fácil falar para a população "veja com seus advogados, veja com seus engenheiros", sendo que 81% é propriedade de pequeno produtor e que não tem condições de pagar advogado. Eu sou advogada.

E, mais ainda, nós tivemos aqui na CPI das Reservas, o Secretário sabe muito bem que eu pontuei bem claro sobre a questão do CAR. Nós sabemos. Olha, infelizmente, a situação que nós passamos: indaguei o Secretário sobre o CAR, qual é o procedimento? A pessoa que tiver interesse vai fazer um cadastro, depois ela vai receber um e-mail, aí sim que ela vai ser chamada para apresentar a documentação. Como que você fala para uma pessoa lá em Nova Dimensão, lá na ponta que ela tem que fazer o CAR dela, nem sabe que ela precisa disso.

Nós precisamos estabelecer mutirões. mutirões não quando a pessoa procura a Sedam, mas sem a pessoa procurar e esses mutirões irem no campo explicar para as pessoas a importância dessa situação.

Além disso, falo o seguinte, Deputado Alex, proponho aqui duas coisas que a nossa Assembleia Legislativa tem que fazer. Um Projeto de lei para estabelecer diretrizes de como a Sedam vai atuar em relação ao CAR, com prazo estabelecido, para o povo não ficar esperando. Além disso, precisamos mudar o nosso PPA e colocar recursos para a Sedam do que precisar colocar, para que realmente entregue o registro das pessoas, como tem que ser. E aí eu peço do Secretário: qual o valor o senhor precisa para a gente fazer a diferença?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Parabéns, Deputada Taíssa. Como sempre, conte com o nosso apoio. Deputada guerreira.

O Deputado Delegado Lucas abriu mão da fala, mas ele passou para a dona Meire, de Minas Novas, fazer uma pergunta. Por favor, pode vir, dona Meire.

Gente, próxima Audiência prometo que nós vamos fazer à tarde. Começa duas da tarde e pode ir até meia-noite. Porque esse trem de fome é complicado. Eu já tomei água, tomei uns dez litros de água aqui já, mas não passa, não. Meu vereador Zé Ceará, a fome é doída.

Dona Meire, por favor.

A SRA. ROSIMEIRE ROMUALDO – Primeiro, que a fome é uma boa conselheira. Porque nós estamos discutindo aqui do embargo e a nossa terra produz o quê? O alimento.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Comida. É verdade.

A SRA. ROSIMEIRE ROMUALDO – Então, se todo mundo se propuser também a reduzir a alimentação em 10%, 5%, nós também temos que desmatar menos. Nós não precisamos produzir tanto. Daí, pronto, resumiu.

Essa conta está muito cara, nós não somos donos dela, porque puseram a conta da destruição do mundo no agro, mas a cidade destrói. O rio Tietê é a prova, o ar-condicionado é a prova, o carro é a prova, o luxo, o descartável, tudo é a prova de que essa conta não é nossa. Essa conta tem que ser repartida. Aí a Sedam... eu respeito o senhor, respeito todo mundo, mas vocês precisam melhorar. Vocês precisam aprender a trabalhar. Vocês precisam lembrar que quem paga o salário de vocês somos nós. E como nós sabemos respeitar os nossos funcionários — que vocês são nossos funcionários, infelizmente —, nós sabemos respeitar, nós recebemos com todo o carinho na nossa casa. Eu já fui chamada de vagabunda pela pessoa que... Eu não sou, porque eu estou pagando o salário do funcionário e ele vem me chamar vagabunda. Não.

E sabe qual era o meu defeito? Estar trabalhando e ele me pegou trabalhando. Então, vocês precisam ensinar eles a desenvolver o trabalho deles com dignidade, assim como nós queremos.

Aí eu faço uma pergunta para o senhor: nós somos multados, nós somos pressionados, mas eu gostaria de saber qual o órgão que vai lá nos orientar, onde ele funciona e qual o nome dele. Porque a Emater não funciona também. Se o senhor for falar em Emater, a Emater não funciona. Aí o Ibama vai lá e me mete uma arma na cara, que eu já passei por isso. E eu convido vocês a irem lá na minha terra ir ver se eu sou alguma malandra. Não sou e não quero ser. O doutor me conhece. Aí me põem uma arma na cara para me dar uma multa. Aí dizem que — a multa — vão me notificar lá para eu vir responder aqui. Nunca foram. Aí quando ela está na dívida pública, aí eles falam, aí eles me acham para dizer que eu tenho que pagar ela. Agora, para eu vir me justificar, nunca me acharam.

Então, os órgãos não funcionam. Desculpa, Deputado Alex, a Assembleia também já nos deixou muito a desejar. Hoje eu estou vendo — e eu quero parabenizar —, e estou vendo vocês de forma diferente. Mas, esta Casa já nos envergonhou muito, porque tudo isso chegou nesse ponto. Tudo isso chegou nesse ponto, por quê? Porque esta Casa nunca trabalhou direito.

Então, hoje eu quero parabenizar vocês. Vocês estão mudando a história da Assembleia Legislativa. Nós temos que tirar o chapéu hoje para esta Casa, porque ela passou a nos ver com mais carinho. Eu quero agradecer muito. E eu queria que o senhor me respondesse o endereço onde o órgão orientador, que vai na minha propriedade e diz assim: "Olha, aqui você pode, você tem que procurar tal órgão, aonde vai me fornecer o documento, funciona e o endereço dele". Essa é a pergunta que eu tenho para o senhor.

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS - Bom, primeiramente falar sobre a denúncia de mau servidor público. Vou falar, por exemplo, de mau servidor público. Existem os canais de denúncia, como as ouvidorias federal e estadual, as corregedorias dos órgãos e punição ao servidor pelo ato dele. Eu não posso punir toda uma polícia militar, porque um policial tratou uma pessoa mal, quem tem que ser punido é ele.

Da mesma forma, que eu não aceito que trate mal, que fale que todo agricultor é um desmatador, o que é uma mentira. A agronegócio mantém muita mata de pé, sim. As reservas legais estão para provar isso. E falar que todo agricultor é desmatador, é uma mentira. Da mesma forma que falar que todo policial maltrata as pessoas. Tem que ser punido o mal profissional, não qualquer um. Existem, sim, os canais de denúncias, as Corregedorias. No caso da Sedam, tem a nossa Ouvidoria que apura. No caso da Polícia Militar tem, não só Ouvidoria do Estado, como a Corregedoria da Polícia Militar. Fazendo denúncia, é apurado, sim. Advoguei por nove anos na Associação de Policiais Militares, fazendo defesa de militares. Sou advogado de carreira. E lá defendi muito Policial Militar respondendo para abuso de autoridade. Alguns foram absolvidos, outros foram condenados. Lesão corporal e outros crimes. Alguns absolvidos, outros condenados. Por quê? Cometeram o ato. Quando provou que cometeu o ato, foram condenados, cumprindo pena. O Policial Militar não tem folga. Ele responde em uma lei extremamente rígida, que é o Código Penal Militar.

Então, eu peço, quando houver um desvio, denunciem, que é a melhor forma de punir o mal policial. Quando houver um erro do servidor da Sedam denuncie, que a única forma de eu punir o servidor errado.

Deixa-me lembrar outra tocante aqui. Órgão. Vamos lá. Na teoria é a Emater que vai em cada local. Propriedade com menos de quatro módulos fiscais pode a Sedam orientar. É permitido. O órgão é aqui em Porto Velho, nossos técnicos trabalham aqui em Porto Velho. Por que trabalham aqui, pessoal? Nós trabalhamos com imagem de satélite. O técnico não consegue ficar em uma área que não tenha bom computador com boa internet, porque o CAR é feito por imagem. Inclusive o sistema federal travou um dia desses, nós ficamos, o técnico me reclamou que ficou sete horas analisando um CAR, porque o sistema federal não dava resposta. Acontece. Não era da internet, não era do computador, era do sistema. O CAR passou por alguns problemas no começo desse ano. Não sabia nem em que Ministério ele ia ficar, se iria ficar no Ministério do Meio Ambiente, se ia ficar no Ministério da Agricultura. Não sei ainda se já resolveu agora. Está no Serviço Florestal. Tomara que defina. Eu não quero saber quem vai resolver, eu preciso que defina quem é. Eu não vou dizer quem é melhor, quem é pior. Precisa definir quem é. Isso vai ajudar muito.

Mas, eu preciso que procurem a Sedam, procurem o órgão e procurem a Emater. A Emater tem suas dificuldades? Tem, mas é o órgão que faz o extensionismo, que vai até o produtor, que tem o técnico, tem os engenheiros, os agrônomos, os veterinários, os zootecnistas. É

esse órgão, com as suas falhas, é ele. Cobrem deles. Façam pedidos. Pediu verbal, não resolveu? Peça por escrito. Pode ser de próprio punho. Peça por escrito, vai pressionar o órgão a resolver, inclusive a Sedam. Eu peço: peça à gente por escrito. Isso força a gente a ter que responder. É obrigação de todo órgão público responder, por escrito, até de próprio punho. Deixe o contato no pedido, o teu telefone, o teu endereço, o e-mail. Não tem e-mail? Mas tem um telefone? Tem alguém que tem um telefone que possa atender nossa resposta? Iremos fazer. Os servidores da Sedam estão imbuídos a fazer o melhor pelo Estado. Façam os pedidos. Nós iremos responder o mais rápido possível. Obrigada.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Gente, estou com vários pedidos de perguntas para a Sedam, mas a gente tem que ouvir o Ibama também. Eu peço desculpas, mas eu já passo a palavra aqui ao Superintendente do Ibama, Doutor César.

O SR. CESAR LUIZ DA SILVA GUIMARÃES - Muito bom dia a todos do plenário. Bom dia e meio tarde. Ou uma tarde meio dia.

Deputado Alex Redano é um prazer enorme estar aqui agradeço a oportunidade. Ao lhe cumprimentar, cumprimentar a todas as autoridades da Mesa e todas as autoridades presentes.

Bom, senhores, falar a respeito... eu estou com 14 pontuações que foram feitas pelos oradores que me antecederam. Eu vou tentar responder todas em um menor tempo possível, mas antes de qualquer coisa, eu quero trazer a saudação e as palavras do Presidente do Ibama, Rodrigo Agostinho. Eu vim aqui na qualidade de representante, ele é que foi convidado, eu também fui convidado. Então, estou representando tanto o Presidente do Ibama, quanto a Superintendência do Estado de Rondônia.

E eu queria só contar uma breve história, uma breve biografia. Eu sou Analista Ambiental do Ibama, sou concursado de carreira, o cargo é político. O cargo de Superintendente é político, óbvio. Ele é de livre nomeação, mas eu sou servidor da casa. Pela terceira vez eu exerço o cargo de Superintendente do Ibama. Fui Superintendente aqui no Estado de 2008 a 2012 e fui Superintendente do Estado do Amapá de 2013 a 2015. Essa é a terceira vez em que eu exerço o cargo. **(manifestações da plateia)** Eu posso continuar?

Bom, todos os cargos que poderiam ter dentro do Ibama, eu praticamente exerci quase todos. Iniciei no Ibama como coordenador do Prevfogo (Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais), não é, Vereador Bengala? Inclusive nos encontramos muito. Fui prefeito lá de Campo Novo. Trabalhei muito em Campo Novo, na construção das brigadas. Na instrução, na educação ambiental, o Ibama sempre esteve muito presente, principalmente junto com o Chico Mendes, lá no município de Campo Novo; na formação dessas brigadas e principalmente na questão do componente da educação ambiental.

Talvez, hoje, eu até concordo com o senhor que o Ibama deve ter se afastado, porque nesse último quadriênio o Ibama sofreu, como todos os órgãos da administração pública federal, os órgãos estão anoréxicos. Assim como a gente verifica também nos estaduais, como a Sedam, têm um número muito reduzido de servidores.

Então, obviamente, a gente não consegue atender a todos, talvez da forma com que nós já atendíamos anteriormente e, agora, nós temos um número muito reduzido. Para o senhor ter uma ideia, tinha 260 servidores lá em 2012, hoje eu tenho 77. Eu tinha um grupo de 56 fiscais lá em 2012, hoje, eu tenho 18 no Estado. Então, infelizmente, eu já peço as minhas desculpas pela ausência do Ibama, mas nós continuamos com a brigada. E ela tem esse papel da educação ambiental. O Ibama também se faz presente, lá em Campo Novo, assim como o Bengala conhece nas regiões, distritos que a gente sempre teve. Então, é testemunha que a gente tem.

Bom, senhores, com relação aos embargos propriamente ditos: quando vocês acessam aquela lista de embargo ou quem está aqui presente — vamos aproveitar aquela mesma dinâmica que eu achei interessante — quem tem embargo de 2023 aqui, por favor, levante a mão. Embargo de 2023. Opa! Um. Continua levantado, só para eu tentar: um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete. De 2023, não é isso?

Pois é, gente. Os embargos são todos anteriores, a maior parte, a grande maior parte dos 9 mil registros de embargos que estão no site, inclusive o Deputado Alex Redano, à época da divulgação disso, ele foi muito feliz, que ele falou: "Olha, essa lista que soltaram, de uma forma, não sei qual era a intenção, mas eu vejo que era uma franca intenção de atacar institucionalmente o Ibama, colocaram uma lista com 9 mil registros, e aqueles registros ali existem até nomes de empresas, existem nomes de desconhecido, e, por uma obviedade ululante, embargo se relaciona a uma área. Todo embargo tem que ter uma área associada.

Meio hectare, 0,2 hectare é uma área; que é embargada, que é proibido o uso, para que ele se recomponha. É uma área. Não existe embargo de uma empresa. Existe uma interdição ou existe uma suspensão.

É que anteriormente, no Ibama, o termo era um só. Os mais antigos, principalmente. O termo era chamado Termo de Embargo e Interrupção. Por isso, algumas empresas entravam dentro daquele rol, e não era, porque estava dentro daquela lista.

E aí, à época, eu não era o titular — eu fui nomeado na quinta-feira passada como titular, estava como interino de 16 de janeiro até ao dia 22 —, eu recebi uma conta enorme de telefonemas. Eu cheguei até a vir aqui receber a deputada, o Alexandre estava comigo, recebi o Deputado Pedro Fernandes esteve lá comigo. O Deputado Alex Redano me chamou para conversar aqui. Nós viemos conversar com ele. Conversamos uma tarde inteira. Atendemos o pessoal de Nova Mamoré, atendemos o pessoal de Vista Alegre do Abunã. Uma conversa franca e, também, assim como meu colega da OAB, não tem pretensão política nenhuma, essa não é a minha área.

Fui professor a vida inteira, hoje sou analista do Ibama, mas para a carreira política eu não tenho tino.

Mas, então, o que é que acontece com aquilo ali? Me chegaram a falar que 70% do Estado de Rondônia estava embargado. Claro que, números, dependendo de como a gente manipula ou dependendo da metodologia utilizada, eu posso chegar a vários valores.

Eu queria só dar alguns números para vocês, que eu levantei dentro do Ibama. Existem, aproximadamente 9 mil registros de embargo e interdição naquela fatídica lista que foi divulgada na internet. Na verdade, são 8.996. Vamos arredondar para 9 mil para ficar mais fácil. Existe a conta de que nós temos desmatados no Estado 3 milhões 167 mil 789 hectares desmatados. Desses desmatados, as áreas que estão embargadas pelo Ibama, esse é o número que eu tenho, são 257 mil. De 3 milhões de hectares, eu tenho 257 mil; ou seja, eu estou falando aqui numa conta, assim rapidinho, é de 8% de toda área desmatada.

Por mais que a gente tenha feito as várias operações, o máximo que nós conseguimos responsabilizar em desmatamento, embora, muito embora exista uma série de desmates que não são feitos embargos; nem todo desmate é embargado. O embargo é o embargo dentro de uma área que não pode ter o seu uso – que é a reserva legal -, mas a área de exclusão, se for feito o desmate, não tem embargo, porque ela é passiva de regularização.

Então, eu sou fiscal. Eu como fiscal, se a área está dentro dos 20% que o cidadão pode usar, eu multo, pelo desmate ilegal, se ele não tem autorização óbvio - se ele tiver autorização, "Tá, bom dia, boa tarde, tudo bom? Fica com Deus, estou indo embora." Mas, se ele não tiver autorização de desmate, ele só é multado, mas não é embargado.

Dentro da reserva legal, ele extrapolou seus 20%? Bom, aí a multa é mais pesada. Ela não é a mesma da área dos 20%. A multa é mais pesada e obrigatoriamente, o embargo tem que ser feito.

Então, nós não estamos falando de nenhuma novidade aqui, não estamos discutindo nenhuma novidade. Todo mundo aqui sabe porque foi embargado. E eu acho que todo mundo tem... quem não foi notificado ainda no período de cinco anos, que maravilha, está prescrito. Porque qualquer ação que não foi notificada, que o camarada não foi notificado, ele não tomou conhecimento, está prescrito.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Mesmo por edital? **(fora do microfone)**

O SR. CÉSAR LUIZ DA SILVA GUIMARÃES – Não, por edital é outra história. Calma, calma, por edital é outra história. É que o entendimento, que se o cidadão, existe, se o cidadão tem um CPF, e a gente está com dificuldade de encontrar ele, ele está correndo. Vamos conversar sério, não é? O camarada está correndo. É aquele cidadão que está sentindo uma dor nas costas assim: "Ah, rapaz está doendo, não é?" "É, está doendo". "Ei rapaz,

é cada dia que passa dói mais". "Rapaz, mas eu acho que é uma doença séria. Não, eu não vou no médico. Eu não quero descobrir a doença, eu quero que a doença fique assim, quando chegar morre de uma vez, eu nem fiquei sabendo do que foi".

Esse é o processo de correr de qualquer responsabilização, porque vai chegar uma hora, esquece, que vai chegar. O governo, o que ele mais tem é advogado pago, para cada um fazer a sua atribuição. Eu sou pago por vocês mesmo. Exatamente. Eu recebo e um bom salário. O salário é muito bom. Não reclamo, não. Meu emprego é maravilhoso. Mas, eu recebo para defender o meio ambiente. Essa é minha missão institucional.

Essa é a minha obrigação e se eu não fizer, eu estou na rua no outro dia. No outro dia eu estou na rua, se eu não fizer a minha obrigação. Estou cometendo um crime, que eu estou prevaricando se eu não fizer a minha obrigação. É quase sumária a minha demissão e com razão! Eu fiz concurso, eu estudei, eu fiz concurso. Depois de fazer o concurso, eu fiz curso interno, tenho mais de 15 cursos internos dentro do Ibama. O Ibama pagou para mim - que esses cursos não são de graça, isso tudo é pago, vocês pagaram para mim. Vocês me formaram, com o salário de vocês. Para quê? Foi para defender o meio ambiente. Foi para fazer auto de infração bem fundamentado. É para fazer uma multa, que ela não caia. É para fazer um embargo, que ele não caia. Essa...deixa eu só terminar. Deixa eu só terminar e aí... Sim senhor, eu respeito, claro. Eu sei. Bom. Pode, pode falar.

O SR. JOSÉ CARLOS TEIXEIRA DE OLIVEIRA – Quantas pessoas foram demitidas por prevaricação e quantas pessoas foram presas? Responde para nós. **(fora do microfone)**

O SR. CÉSAR LUIZ DA SILVA GUIMARÃES - Olha, eu não tenho esse número, mas é muita. Olha, é muita. É muita. Eu não tenho o número, primeiro que eu não trato, eu não... Primeiramente, que essa não é minha área, eu não trato da área de demissão de pessoas que são prevaricadas, mas existe um número muito grande de pessoas, que dentro do serviço público, já foram demitidas por uma série de coisas, principalmente, a prevaricação. E um número muito grande.

Mas, enfim, essa é a minha obrigação, a minha obrigação legal, eu sou um cidadão que eu cumpro a lei. Eu sou um cidadão que eu tenho mulher, filho, tenho casa, moro em Rondônia há 30 anos e não tenho a pretensão de sair daqui. E aqui eu sou um cidadão cumpridor de leis. As leis, não fui eu que criei, muitas delas - assim como o Doutor Marco falou -, realmente, eu não concordo. São duras. Eu acho, eu penso de uma forma até diferente. Eu acho que poderia ser feito de uma forma diferente.

Mas, enfim, mas eu como cidadão que cumpre a lei, eu sou obrigado a me submeter a ela. Ou não sei, eu não tenho outra opção, eu só tenho a opção de cumprir. E se eu não cumpro a lei, eu fico à margem da lei, infelizmente.

Mas aqui, trazendo ainda as palavras do Presidente do Ibama, depois de fazer essas colocações, essa Audiência Pública, eu creio que ela cumpre um papel fundamental, principalmente, quando eu usei a questão da dor, não é? Que o cidadão "está doendo, está doendo, está doendo, a dor está aumentando", e ele está correndo do médico. Então, aqui a gente está começando a discutir o assunto. Tanto é, que a coisa começou a permear por uma série de coisas, para ver como o assunto é grande. Nós viemos aqui para discutir embargo do Ibama. Tá, são os embargos que são feitos dentro das áreas, tal. Chegamos a falar de Operação Retomada, tomada de boi, falamos de garimpo, falamos de brigada, falamos de incêndio, falamos de tanta coisa aqui. Ou seja, porque o problema é muito grande. Existem vários, mas que bom, todo mundo sabe que o problema existe.

A partir do momento que a gente toma consciência de que o problema existe, eu vou dizer para os senhores: todos os problemas têm solução. Todos. Talvez não a que você queira, mas tem solução.

Porque, muitas vezes, o pessoal quer a solução assim: "não, eu quero que o Ibama me deixe utilizar a área embargada". Gente, ninguém, até hoje - pode ser que amanhã surja uma lei que mude isso -, mas, até hoje, eu lhes garanto: ninguém tem a autoridade de permitir que vocês usem a área embargada. Ninguém tem. Ninguém tem essa autoridade de falar "não, olha, você agora..." que foi o que o Doutor Marco falou: "Olha, a lei, o Código Florestal diz que é 20% que você pode usar". Por mais que ele seja o Governador do Estado. Ele falou: "Não, mas o Alex... Alex, para você eu vou te dar 30."

Ainda bem que não é assim, não é? Porque, senão, aí para quem fosse amigo do rei chegaria até 80, 100. "Você pode derrubar tudo, mas o outro aqui não pode." "O Deputado Lucas não pode, porque o dele é só 10, porque ele...". Não. Ainda bem que a lei é para todo mundo e a lei cabe para todos. E aí eu não vou discutir a lei. Eu não vou discutir a lei. Eu não vou discutir a lei porque eu não faço ela. Eu não faço ela. E ela foi feita em algum momento, lá em 2012. E ela foi discutida.

(manifestações da plateia)

Ela foi amplamente discutida, tá? Sim, mas foi. Eu não participei, mas o senhor participou? Pois é... Mas, a oportunidade era aquela, não é? Depois que a lei está pronta, votada, alguém votou, aprovaram... Porque ela não foi enfiada goela abaixo, lá em 2012. Ou foi? E eu não lembro? Foi goela abaixo? Foi? **(manifestações da plateia)** Mas, uma lei não é votada, não? Ah, mas é. Foi. Ela foi votada. Deve ser. Não, se ela foi goela abaixo, é inconstitucional. Mas, ela foi votada. Então vamos lá. Deixa eu seguir em frente, então, deixa eu seguir em frente.

E, assim como o Doutor Marco, eu tenho a plena convicção que só tem uma forma. Existiram vários discursos aqui. Existiram discursos muito lúcidos. Eu posso lembrar aqui a Deputada Silvia Cristina, que falou um discurso lúcido ao extremo. Ela falou da questão da sustentabilidade, o que ela falou a respeito da consciência. E ela foi verdadeira. O Deputado Amorim muito combativo, muito

veemente, mas não propôs uma solução. A gente tem que sair daqui, gente, é com uma proposta, mas uma proposta para tentar resolver o problema. E como é que eu resolvo esse problema? Regularização fundiária. Eu sei que o Deputado Camargo não concorda e eu, dado a todas as vênias...

O SR. DELEGADO CAMARGO – Posso fazer uma só pergunta? **(fora do microfone)**

O SR. CÉSAR LUIZ DA SILVA GUIMARÃES - Pode. Pode, deputado, pode. Claro, pode.

O SR. DELEGADO CAMARGO - É só uma pergunta. O senhor assume o compromisso de me dizer a verdade em razão da pergunta que eu vou fazer para o senhor?

O SR. CÉSAR LUIZ DA SILVA GUIMARÃES – Eu sempre falo a verdade.

O SR. DELEGADO CAMARGO – O senhor é filiado ao PT?

O SR. CÉSAR LUIZ DA SILVA GUIMARÃES - Sou.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Desde que ano? Desde que ano? Desde que ano o senhor é filiado ao PT? Desde que ano? **(manifestações da plateia)** Só um pouquinho, pessoal, deixa ele responder.

O SR. CÉSAR LUIZ DA SILVA GUIMARÃES - Desde 2008.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Desde 2008. Isso, para mim, já responde tudo. Muito obrigado. **(manifestações da plateia)**

O SR. CÉSAR LUIZ DA SILVA GUIMARÃES - Mas veja bem, pessoal. Veja bem. Eu sou servidor de carreira. Eu sou um servidor de carreira. E eu estou representando... Eu estou representando a instituição. E, como representante da instituição... **(manifestações da plateia)**

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Pessoal, só um minutinho. Vamos só dar prosseguimento para a gente encerrar. Vamos dar prosseguimento, por favor.

O SR. CÉSAR LUIZ DA SILVA GUIMARÃES – Está faltando pouco aqui. Está faltando um pouquinho.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Vamos... Com a palavra... Com a palavra, o Ibama. Temos também o Vereador Leandro, quer fazer uma pergunta também. Quer concluir ou o Vereador Leandro pergunta primeiro?

O SR. CÉSAR LUIZ DA SILVA GUIMARÃES – Deixa. Pode fazer, pode fazer.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Passar aqui para o Vereador Leandro fazer a pergunta.

O SR. LEANDRO AMBRÓSIO DA SILVA – Oi. Gente, uma pergunta, rapidinho. Eu fui funcionário do Ibama por cinco anos. Eu abandonei a instituição... Vi o senhor falando que o senhor foi coordenador do Prevfogo, eu fui funcionário através do Prevfogo. Fiz todos os testes de brigadista, fui escolhido como chefe do esquadrão, para trabalhar em Porto Velho e abandonei por ver tanta injustiça que o órgão comete. E vou falar algumas. Quatro temporadas trabalhei em Nova Mamoré. Era chefe de esquadrão e fazia o ROI, que o senhor sabe bem, que é o Registro de Ocorrência de Incêndios. Nas propriedades que derrubavam meio alqueire, às vezes um hectare, para produzir, eu ia lá e fazia o Registro de Ocorrência. Mandava aqui para a Superintendência — não era o senhor, na época, deixando claro —, sempre chegava a multa e a fiscalização. O Deputado Laerte Gomes — que vocês conhecem aqui, que disputou uma eleição para deputado estadual e tirou 12 mil votos —, ele derrubou 300 alqueires. Eu fiz mais de 7 a 8 Registros de Ocorrência lá, nunca foi a fiscalização lá. Então, esse negócio de falar que trabalha com parcialidade, eu não acredito. Pode ter, igual o amigo da Sedam falou, mas os funcionários. Então, pode ser. Mas alguma coisa errada tinha, porque para o pequeno chegava, para o grande nunca chegava.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Gente, só um minutinho, vamos esperar. O Doutor César vai concluir, e aí eu gostaria que o pessoal do Cerimonial já fosse encaminhando o coquetel, tem sanduíche, pelo menos para aliviar um pouquinho. É aqui nesse andar mesmo. O pessoal do Cerimonial vai conduzindo. Para conclusão, Doutor César.

O SR. CÉSAR LUIZ DA SILVA GUIMARÃES - Bom, e aí vamos falar a respeito dos embargos. Eu acho que a gente já resolveu. Vamos falar a respeito da Operação Retomada. A Operação Retomada é aquela que fala a respeito do gado. Que, como alguém me antecedeu aqui, o Ibama, quando iniciou a Operação Retomada, iniciou pedindo ou concedendo um prazo de cinco dias, e era um prazo extremamente exíguo para quem estava recebendo a notificação. Claro, gente, que, processualmente falando, e os advogados e os doutores que estão aqui, você pode peticionar dilação de prazo para qualquer coisa, mesmo cinco dias depois de transcorrido, dois dias, um dia, você fala: "Olha, cinco dias está muito curto o prazo, eu preciso de mais". Você só não pode deixar o quê? Vencer o prazo e pedir. Tem que ser antes de vencer o prazo. Bom, mas isso foi solucionado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Doutor César, só um aparte. Tem um rapaz que se inscreveu há muito tempo, ele queria só fazer uma pergunta. Está ali no púlpito. Pode?

O SR. CÉSAR LUIZ DA SILVA GUIMARÃES - Pode.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Por favor.

O SR. ALEX SANDER DA SILVA MORONG – Gente, boa tarde. O que eu tenho para falar é muito importante. Boa tarde à Mesa, a todos os presentes, mas o foco, qual é o foco? Desembargo. Quem só falou hoje aqui? Só os deputados, hoje foi mais político do que escutar a população. É verdade, gente, ou é mentira aqui? Quem foi que pôde falar?

Meu nome é Alex Morong, sou pecuarista, sou pioneiro de Rondônia. A gente veio de Presidente Prudente, estava com três anos — há quanto tempo? —, estou com 49 anos de Rondônia praticamente. Filho do Pedro Morong, um pioneiro de Rondônia. Sou seu xará, Alex também. Falamos de Alex para Alex.

Uma coisa que ninguém falou e tem escondido da gente há muitos anos são os royalties do quê, gente? Do carbono. É o carbono, que é o pulo do gato dessa situação toda, e que tem que ser feito um projeto nesse sentido. Não o que o senhor — como é que se chama ele aqui? — Guilherme Erse veio neste palanque falar que as nossas áreas para vender para outra pessoa. Que papo? Se não tem mais, como se diz? Se não tem mais reserva nenhuma. Como que vai...? O problema, qual é o problema? É não desmatar. Ninguém tem mais nem a sua própria área, como é que vai comprar área de outra pessoa? Que absurdo um cara vir aqui falar uma besteira dessas, não entende bulhufas nenhuma e deixa essas pessoas ficarem falando aqui, gente. É um absurdo.

O Deputado Alex está certíssimo. O ponto que tem que bater é esse tal do carbono. Como é que é? É por hectare? Quanto que é por hectare? O que é caro, gente... Porque, assim, é 30 mil alqueires para fazer como se fosse um projeto de manejo. Não é caro para fazer um manejo? Para vocês calcularem o quanto é que produz um hectare, um alqueire de carbono é caríssimo. Então, para você fazer esse trabalho, essas empresas - que o Deputado Alex Redano deve saber já disso, que já está empenhado -, é o que o Estado poderia fazer, ou uma cooperativa para ensinar para a gente não ter custo nenhum.

E outra situação, esse projeto já tem até o negócio de Kyoto, eu estava pesquisando aqui. De ontem para cá, gente, eu pesquisei só em dois dias. Ontem de manhã, eu estava na Sedam, que daí... Bom, o do carbono é o pulo do gato. Não tem outro caminho, eu vejo. Não tem outro caminho, gente. Prestem atenção. Quem conhece Dubai aqui? Levanta a mão. Eu acho que só aqui para trás (**referindo-se à Mesa de Autoridades**). Dubai. Você sabe como que começou Dubai? Quem sabe? Foi o petróleo. Todos lá têm Ferrari, carros milionários. São milionários só com o petróleo.

Aqui no Estado de Rondônia o que a gente tem? Cassiterita, ouro, diamante, minérios, e o principal - qual o principal, gente, que eles precisam? -, o carbono, gente" o carbono! Que é o quê? O oxigênio que o mundo precisa. Alimento, o alimento. O agro. O agro. Por que eles estão metendo o pau no agro? Porque a esquerda, o senhor aqui, do Ibama, vocês detestam o agro. Por que vocês

detestam o agro? E querem acabar com a gente. Vocês querem acabar com a gente aqui! É, vocês detestam o agro! O seu presidente falou isso. Eu não estou mentindo. Ou eu estou omitindo? Vocês querem acabar com a gente, cara. Chamou aquela senhora de vagabunda. Que absurdo! Vocês tratam as pessoas, os seres humanos dessa forma. São nojentos. Ibama... Desculpe falar. Gente, é tanta informação. Eu queria falar mais de uma hora aqui hoje, mais de uma hora. Eu estava na Sedam hoje, eu acordei sete e meia da manhã para falar aqui. Essa reunião acho que tem que ser uns dois ou três dias, Deputado Alex Redano. Dois ou três dias eu acho que seria pouco. Pouco, para tanta podridão que tem no nosso Estado, que você está melhorando essa situação, bem falado.

Esse prédio, gente, era para estar feito? Me fala alguém aqui, se era para esse prédio estar feito. O que era mais importante, não era o Hospital João Paulo II ou esse prédio de mármore? E que foi feito esdruxulamente errado, com dois elevadores que não tem projeto de usabilidade. Todo mundo fica se encostando um no outro naquele elevador, passando vergonha. E são duas horas para subir, duas horas para descer.

Eu vim atrás do Deputado Alex Redano para falar com ele. Do que gente? Do problema do quê? Do quê? Antes desse problema. O que vocês são aqui? A maioria? Pecuária, agro, boi, gado, não é isso? Ou eu estou mentindo? O que fomenta Porto Velho? O que fomenta? Me digam. É café? Teve o ciclo do café, meu pai foi cafeicultor. Pegou o projeto da seringa. **(Presidente Alex Redano chama a atenção do orador)** Eu sei, mas eu tenho que falar isso rápido.

E o que aconteceu com o ciclo do café? A gente teve que pagar um R\$ 1,00 para colher a lata e R\$ 0,70 para vender. E todo mundo mudou para o gado, não foi? Ou eu estou mentindo? Estou mentindo? Falem se não foi. **(manifestações da plateia)** E agora, o que está acontecendo? O ciclo da soja.

E o que está acontecendo, que é a pergunta que faço ao senhor da Sedam aqui agora. Eu fui lá hoje de manhã e os técnicos da cartografia, quem aqui sabe o que é cartografia? Ninguém, não é? Ninguém? Tem alguém que sabe o que é cartografia aqui?

Gente, não tem o Google Earth? Todo mundo conhece o Google Earth ou não? No computador, você consegue dar um zoom, você conhece o mundo inteiro. Você dá um zoom lá e você vê sua fazenda, o que você desmatou, dá para ver até os bois. O Google Earth é uma ferramenta gratuita que é do próprio Google. Todo mundo tem celular. Essa ferramenta aqui, gente. Você consegue ver tudo. E eu vou falar o mais importante aqui. O senhor da Sedam, o senhor trouxe o aplicativo para falar para o pessoal aqui? Como é que eu vou saber se a minha área foi embargada ou não? Eu não sei. Eu tive que procurar, correr atrás da Sedam para descobrir se eu desmatee errado ou não.

Está aqui gente, esse aplicativo: geoportalsedam.ro.gov.br. Só que quando você entra nele, você tem que fazer algumas coisas. Essa base de referência. Você

tem que clicar na base de referência, que era para estar pronto. Estou falando para o senhor aqui, eu sou formado em Ciências da Computação e Ciências da Internet, formado pela São Lucas aqui em Porto Velho. Ciências da Computação foi em Presidente Prudente.

E eu vejo que a parte de informática é péssima aqui do Estado de Rondônia. Tanto para o órgão do gado quando é feito, é tudo esdrúxulo, complicado, as coisas tem que ter usabilidade. Para nós que somos pecuaristas, vai entrar para tirar uma nota fiscal para você ver. Não é qualquer um, você tem que ir no escritório. É uma coisa tão simples, não é? Mas alguém que não tem conhecimento, não consegue.

Vamos lá falar da Sedam. Você tem que clicar no portal do geo, ele vai aparecer todo branco, porque você tem que descer a planta, tipo do Google Earth. Eles chamam de mosaico. Você escolhe dentro do mosaico, eu quero a planta do Google Earth referente a 2023, a mais recente. Por favor, gente, não querem que eu fale. Vocês querem que eu continue falando? Ou querem que eu pare? Fale aqui agora, Deputado Alex. Olha aqui a placa. Vocês querem que eu continue falando ou eu paro? Tem muita coisa para falar.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Ele tem que encerrar. O Deputado Alan já está comendo com metade do povo lá. Se a gente demorar..

O SR. ALEX SANDER DA SILVA MORONG – Deixa eu falar do aplicativo, terminar rápido aqui.

Você tem que baixar essa planta primeiro para aparecer as imagens igual ao Google Earth. E o que você vai fazer? Olha, eu vou falar com o menino aqui da OAB gente, é muito importante aqui também, é rapidinho. O que acontece aqui? Quando você baixa a base, tem a tal da base fundiária onde você vê o tamanho do teu lote. Que é do Incra. Tem alguém do Incra aqui? Tem ou não? Quem quiser ir embora que vá, que é super importante isso daqui.

Você coloca a base do Incra em cima da planta, que você vai descobrir se você desmatou a sua área. Ai gente, não tem a estrada? Lá na Linha C-80, o prefeito está reabrindo a linha. Eu fui ver, está entrando dentro da minha área. Ele não fez projeto, não fez nada, está no "gogó" para quê? Para o pessoal da soja. Tem gente de soja que é legal, mas tem gente que não.

E eu lhe falo, o senhor tem fiscalização para quem planta soja, para ver se as terras deles estão assoreando os rios, fiscalização? Tem hoje, na Sedam? O senhor tem funcionário ou efetivo, hoje, para fiscalizar as áreas de soja se estão comendo as nascentes e os rios? Sabe por que, gente? Escuta isso aqui. Hoje na Sedam, os técnicos da tacografia, que não vieram aqui hoje, que era super importante que tem muito mais coisas para falar, o que está acontecendo. Eles olham tudo no computador, o que está acontecendo agora, atualmente.

E os nossos rios estão secando, vocês sabiam disso? Nós vamos ficar sem rios como em São Paulo. E vocês sabiam que é a nossa mata que gera chuva lá para o Sul? Vocês sabiam disso? Alguém contou aqui? Ninguém contou. Então, eles precisam das nossas áreas e eles querem prejudicar a gente. Querem nos prejudicar.

Então, o aplicativo tem que ser melhorado. E isso tem que ser falado, passado para todo mundo, para você ver se está embargado ou não, se está com multa, tem um monte de informação lá. E tem que ter usabilidade no aplicativo. Que não tem. A pessoa fica perdida.

Ah, cadê o Governador do Estado, que está uma vergonha ele não estar aqui hoje. Porque o Estado está péssimo, gente. Vocês sabiam que não dá para eu tirar a identidade hoje? Não tem uma cédula, que é o papel-moeda, por falta do quê? Do PPA, Plano Plurianual. Porque não tem CD's (Cargos de Direção) competente. Quer dizer, não tem funcionário competente, bota CDS. Como o senhor, que é um comissionado do PT que foi colocado, mas se o senhor tem cargo ou não, tudo bem. Isso não tem nada a ver, mas a maioria das pessoas no governo são incompetentes.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Eram dois minutos. Vamos marcar aqui...

O SR. ALEX SANDER DA SILVA MORONG – O ponto principal que a gente tem que aprender aqui, pela própria OAB aqui: a gente tem que aprender a provocar. Nós que somos de direita: pro-vo-car o Estado! Estado, cidade, todas as situações iguais. Nos órgãos, gente. O que é que está acontecendo de errado? Vamos dar exemplo da carne. Quem foi que denunciou que o senhor João Gonçalves, do IG, está monopolizando e está aqui com enriquecimento ilícito? Ou o preço da arroba? Olha aqui, gente, essa é legal. Essa é legal. Estava R\$ 300,00 há um ano e meio. É mentira?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Gente, Alex. Desculpa, é porque é o seguinte: é outra... Vocês querem...? **(manifestações da plateia)** Já deu. Já deu.

O SR. ALEX SANDER DA SILVA MORONG – Sabem por que não querem que eu fale? Porque a maioria dos políticos aqui tiveram ajuda política do senhor João Gonçalves.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Eu não! O senhor está equivocado. Por favor. Meu irmão, eram dois minutos, já passou muito tempo. Tem mais pessoas para falar.

O SR. ALEX SANDER DA SILVA MORONG – Finalizando. Só para terminar de falar. Finalizando.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – A regra é para todos.

O SR. ALEX SANDER DA SILVA MORONG – A carne baixou mais de 50%. E não baixou para o consumidor. Mas vocês que são de direita, alguém provocou o Estado?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Perfeito. Uma salva de palmas. Muito obrigado. Falou mais de meia-hora. Está bom, Alex.

O SR. ALEX SANDER DA SILVA MORONG – Só essa aqui, Alex. Só essa. Só essa. Gente, ele falou de quantos mil-

metros é o problema do... **(manifestações da plateia)**

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Chega! Já está todo mundo... Olha o povo! Passou do horário. Não passou, gente? **(manifestação da plateia)** Está todo mundo chateado. Está estragando a Audiência. Prejudicou toda a Audiência. Saiu fora do foco.

O SR. ALEX SANDER DA SILVA MORONG – Espera. São 10 centímetros que ele falou, que é para poder **(ininteligível)** mas o aplicativo dá diferença de dois, três metros!

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Está bom! Uma salva de palmas. Muito obrigado. Por favor. Vamos passar agora para o encerramento. Só dar um tchau, para todo mundo.

O SR. CÉSAR LUIZ DA SILVA GUIMARÃES – Senhores, só para encerrar, o Ibama está de portas abertas para recebê-los.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Gente, quem tiver pergunta, ali no coquetel, a gente já tira as dúvidas. Sabe que eu tive uma ideia? Ele falou que precisa de três dias. E é difícil, gente, para as pessoas virem se reunir. Eu vou bolar alguma coisa com vários técnicos, todo mundo, tipo uma live, on-line, para tirar dúvidas e tal. Não sei. Passou pela cabeça. Se vocês acharem que é bom, não sei, tá?

Para encerrar, o Doutor César, por favor.

O SR. CÉSAR LUIZ DA SILVA GUIMARÃES – Senhores, o Ibama está à disposição para resolver qualquer caso pontual. Podem chegar lá no Ibama, todos os técnicos estão à sua disposição, mas se não resolver me procure. Qualquer denúncia que tiver, de qualquer procedimento equivocado que o agente não pode fazer, tem a minha palavra de que eu irei apurar e irei dar o retorno, porque não é a conduta de nenhum servidor público, principalmente do Ibama.

Mas, o Ibama continua de portas abertas para resolver qualquer dúvida e qualquer pendência que pode ter. Podem me procurar lá que eu atendo todo mundo. Sempre atendi todo mundo.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Muito obrigado todo mundo. Muito obrigado.

Meus amigos, pedir desculpas pelo horário. Mas, olha, esse é o momento de união. Se nós, políticos, produtores rurais, a população, não nos unirmos e não batermos de frente contra a pressão internacional, o nosso Estado, infelizmente, pode sofrer um grande prejuízo financeiro. Estamos juntos.

Peço desculpas. Vamos ali no lanchinho, porque, senão... Já peço desculpas. Tem muita gente que iria falar, mas vou ter que encerrar.

Sob a proteção de Deus, declaro encerrada a presente Audiência Pública.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 15 horas e 04 minutos)

SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 010/2023/PPP/ALE/RO
Processo Administrativo nº 100.173.000014/2023-91 (e-TCDF 9564/2023)

Em atendimento ao disposto no inciso XXII do Art. 4º da Lei Federal nº 10.520/2002 **HOMOLOGO** o procedimento da licitação supracitada que tem por finalidade o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA, PREVENTIVA E SUBSTITUIÇÃO DE BATERIAS DE NOBREAKS E AQUISIÇÃO DE NOBREAKS UPS (UNINTERRUPTIBLE POWER SUPPLY) PARA DATA CENTER, NAS INSTALAÇÕES DO EDIFÍCIO SEDE DA ALE/RO E ESCOLA DO LEGISLATIVO**, a pedido da **Superintendência de Tecnologia da Informação**, para atender as necessidades da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, em que se sagrou vencedora do certame a empresa abaixo relacionadas, por estar em conformidade com as normas legais, Lei nº 10.520/02, Decreto nº 7.892/2013, e Lei nº 8.666/93, a saber:

GRUPO/LOTE => 1 – NOBREAK - SERVIÇO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VLR.UNIT	VLR.TOT
1	Serviço de manutenção preventiva e corretiva de nobreak até 1400 VA, com reparos na placa principal, incluindo troca de componentes tais como reguladores de tensão, diodos, relês, resistores, capacitores, transistores, circuitos integrados, bem como troca de placas, arcando com todo o material necessário para conclusão do serviço.	UND	293	177,47	51.998,71
2	Serviço de substituição de bateria de nobreaks de até 1400 VA, incluindo, todo o material necessário, tais como baterias, cabos, conectores.	UND	586	117,74	68.995,64
3	Serviço de manutenção preventiva e corretiva de nobreak até 2000 VA, com reparos na placa principal, incluindo troca de componentes tais como reguladores de tensão, diodos, relês, resistores, capacitores, transistores, circuitos integrados, bem como troca de placas, arcando com todo o material necessário para conclusão do serviço.	UND	26	351,35	9.135,10
4	Serviço de substituição de bateria dos nobreaks de 2000 VA, incluindo todo o material necessário, tais como baterias, cabos, conectores.	UND	104	222,36	23.125,44
5	Serviço de manutenção preventiva e corretiva de nobreak até 3000 VA, com reparos na placa principal, incluindo troca de componentes tais como reguladores de tensão, diodos, relês, resistores, capacitores, transistores, circuitos integrados, bem como troca de placas, arcando com todo o material necessário para conclusão do serviço.	UND	1	410,00	410,00
6	Serviço de substituição de bateria dos nobreaks de 3000 VA, incluindo todo o material necessário, tais como baterias, cabos, conectores.	UND	2	225,00	450,00
Total do grupo/ lote 1 =>					154.114,89

Empresa vencedora: **M&M IMPORTACAO E ECOMMERCE DE INFORMATICA LTDA** - CNPJ/MF nº 27.414.128/0001-58

GRUPO/LOTE => 2 – NOBREAK - AQUISIÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VLR.UNIT	VLR.TOT
1	Aquisição e instalação de NOBREAK/UPS online de 30 Kva , incluindo banco de baterias, com garantia suporte e manutenção de 24 (vinte e quatro) meses.	UND	2	109.400,00	218.800,00
2	Aquisição de NOBREAK/UPS online de 2 kVA para rack 19", com garantia de 12 (doze) meses.	UND	8	3.870,00	30.960,00
Total do grupo/ lote 2 =>					249.760,00

Empresa vencedora: **ACRONET CORPORATIVO COMERCIO E SERVICOS LTDA** - CNPJ/MF nº 15.512.542/0001-10

Porto Velho/RO, 14 de julho de 2023.

Roger André Fernandes
Secretário Geral – ALE/RO